



Tema:

"Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil"

Enem 2023 Aplicação Regular

INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

1. O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
2. O texto definitivo deve ser escrito à tinta preta, na folha própria, em até 30 (trinta) linhas.
3. A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para a contagem de linhas.
4. **Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:**
 - 4.1. tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente";
 - 4.2. fugir ao tema ou não atender ao tipo dissertativo-argumentativo;
 - 4.3. apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto;
 - 4.4. apresentar nome, assinatura, rubrica ou outras formas de identificação no espaço destinado ao texto.

TEXTO I

O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade

O trabalho de cuidado é essencial para nossas sociedades e para a economia. Ele inclui o trabalho de cuidar de crianças, idosos e pessoas com doenças e deficiências físicas e mentais, bem como o trabalho doméstico diário que inclui cozinhar, limpar, lavar, consertar coisas e buscar água e lenha. Se ninguém investisse tempo, esforços e recursos nessas tarefas diárias essenciais, comunidades, locais de trabalho e economias inteiras ficariam estagnados. Em todo o mundo, o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago é desproporcionalmente assumido por mulheres e meninas em situação de pobreza, especialmente por aquelas que pertencem a grupos que, além da discriminação de gênero, sofrem preconceito em decorrência de sua raça, etnia, nacionalidade e sexualidade. As mulheres são responsáveis por mais de três quartos do cuidado não remunerado e compõem dois terços da força de trabalho envolvida em atividades de cuidado remuneradas.

Documento informativo – Tempo de Cuidar. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br>. Acesso em: 18 de jul. de 2023 (adaptado).

TEXTO II

Média de horas dedicadas pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade aos afazeres domésticos e/ou às tarefas de cuidado de pessoas, por sexo

Brasil - 2019	
Sexo	Horas Semanais
Homens	11,0
Mulheres	21,4

Fonte: IBGE - Pnad contínua anual

Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 de jul. 2023 (adaptado).

TEXTO III

A sociedade brasileira tem passado por inúmeras transformações sociais ao longo das últimas décadas. Entre elas, as percepções sociais a respeito dos valores e das convenções de gênero e a forma como mulheres têm se inserido na sociedade. Algumas permanências, porém, chamam a atenção, como a delegação quase que exclusiva às famílias – e, nestas, às mulheres – de atividades relacionadas à reprodução da vida e da sociedade, usualmente nominadas trabalho de cuidado.

Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br>. Acesso em: 24 maio 2023 (adaptado).

TEXTO IV



Capa da revista Pesquisa. Disponível em: <https://revistaspesquisa.fapesp.br>. Acesso em: 23 maio 2023 (adaptado).

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.

Foto: Reprodução/Inep



Alessandra Ribeiro (ela/dela)

21 anos | Teresina - PI

"A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 prevê a todos os direitos à igualdade e à dignidade. Porém, na contemporaneidade brasileira, a concretização da garantia em voga é dificultada pelos desafios relacionados ao enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher. Tal cenário ocorre, em especial, devido à morosidade estatal e à má formação sociocultural.

De início, é imprescindível ressaltar a desassistência do Poder Público como fator agravante do diminuto reconhecimento social em questão. A partir da perspectiva citada, segundo o filósofo Friedrich Hegel, o Estado é o pilar inicial de uma nação, isto é, constitui o meio correferido à atenuação das mazelas sociais. No entanto, o Governo permanece ineficaz, no tocante à efetivação do referido princípio, em virtude da escassez de investimentos voltados a combater a invisibilização do trabalho de cuidado feminino, visto que diversas mulheres, principalmente das classes mais baixas, sofrem com a baixa remuneração e cargos exaustivos de afazeres domésticos e de cuidados às pessoas que demandam serviços de assistência, como crianças e idosos, o que mostra a negligência das autoridades em oferecer iguais oportunidades de empregos remunerados a ambos os sexos. Como efeito, enquanto persistir a insuficiência governamental, a desigualdade de gênero continuará a crescer.

Ademais, a precária formação sociocultural ratifica a preocupante situação mencionada. Sob essa óptica, de acordo com o educador Paulo Freire, "Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco, a sociedade muda". Todavia, percebe-se que a escola não oferece uma instrução qualificada, no tangente à aprendizagem das consequências da desvalorização das atividades de cuidado realizadas pelas mulheres, já que grande parte das instituições educacionais foca em um ensino extremamente conteudista, pouco voltado para debates cívicos acerca das questões de gênero. Além disso, notabiliza-se a letargia familiar, uma vez que é ínfima a transmissão de princípios e de valores referentes à importância da divisão de tarefas diárias de forma igualitária entre os sexos, porquanto a normalização da mentalidade patriarcal é reflexo da não prioridade dada ao assunto em análise. Logo, há um aumento considerável do preconceito contra a mulher no cotidiano brasileiro.

Diante dos fatos supracitados, o Estado, agente regulador da comunidade, deve mobilizar a iniciativa privada, por meio de investimentos e de incentivos fiscais direcionados ao combate à invisibilidade do trabalho de auxílio feito pela mulher, bem como ao oferecimento de empregos formais de maneira justa e igual entre homens e mulheres, a fim de melhorar a qualidade de vida da população. Simultaneamente, é fundamental que a escola, aliada à família, oriente e eduque os alunos, desde a tenra idade, por intermédio de palestras – ministradas por profissionais qualificados –, de atividades lúdicas, de diálogo e de exemplos, que expliquem a importância da igualdade de gênero e do respeito a todos, com o intuito de formar cidadãos competentes. Assim, os direitos à igualdade e à dignidade, previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, poderão ser efetivados."



Comentário

A redação da participante é avaliada com nota máxima em todas as competências. Isso se demonstra, primeiramente, pelo excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, visto que faz uso de estruturas sintáticas complexas – com inversões, intercalações e predomínio de períodos subordinados (linhas 2, 4, 6, 9, 10, 12, 13, etc.) – e não apresenta desvios de norma padrão. Quanto à coesão, verifica-se presença expressiva de elementos coesivos do tipo operador argumentativo dentro de todos os parágrafos (“porém”, “devido a”, “a partir de”, “segundo”, “no entanto”, “visto que”, “sob essa ótica”, “de acordo com”, “todavia”, “uma vez que”, “além disso”, “logo”, “bem como”, “assim”, entre outros.); e entre os parágrafos (“de início”, “ademais”, “diante de”), sem que haja inadequações. Há uma única repetição do termo “baixas” (linha 10) - que não comprometeu a fluidez do texto.

Quanto ao uso de repertórios socioculturais, a participante selecionou três: (1) a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948; (2) a menção às perspectivas do filósofo Friedrich Hegel e (3) a menção ao educador Paulo Freire. Todos são repertórios legítimos e têm sua pertinência em relação ao tema construída pelas relações interpretativas que a participante faz ao relacioná-los à invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher. Ainda, destaca-se a produtividade dos repertórios, em especial, nos argumentos, pois são essenciais para a construção dos parágrafos em que aparecem, de forma que, sem eles, não haveria construção analítica acerca do tema: no primeiro desenvolvimento, fundamenta o papel do Governo para apontar sua omissão; e no segundo parágrafo de desenvolvimento, embasa as críticas à educação conteudista que contribui para manter a invisibilidade da discussão e à família que mantém a naturalização da mentalidade patriarcal que estabelece a desigualdade entre os gêneros e, portanto, da divisão do trabalho da mulher e do homem na sociedade.

Nesse sentido, é nítido que a construção de um projeto de texto estratégico que buscou uma abordagem que passa pelos âmbitos mundial (ao estabelecer como contextualização a Declaração Universal dos Direitos Humanos), nacional (ao propor uma análise sobre a omissão governamental brasileira) e individual (ao dispor uma crítica acerca do papel educacional institucional e familiar no pensamento de cada cidadão). Também merece elogio o empenho em relacionar esses pontos gerais a aspectos específicos da temática principalmente no desenvolvimento dos argumentos, o que evidencia uma boa leitura e uma excelente interpretação da proposta de redação. Exemplo disso são as alusões aos baixos salários, aos cargos exaustivos voltados aos cuidados de crianças e idosos, a desvalorização patriarcal das mulheres e a consequente desigualdade da distribuição das tarefas entre os gêneros - fatos apontados nos textos motivadores I, II e IV.

Por fim, a conclusão apresenta duas propostas de intervenção com cinco elementos válidos e coerentes com os dois argumentos apresentados no desenvolvimento. Além disso, há a retomada da contextualização apresentada na introdução (“Assim, os direitos à igualdade e à dignidade, previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, poderão ser efetivados”), afirmação que pode ser considerada o detalhamento da finalidade. A primeira proposta possui o Estado como agente, seguido de aposto explicativo que introduz o detalhamento do agente (“agente regulador da comunidade”). A ação, precisa e válida (“mobilizar a iniciativa privada”), é sequenciada pelo meio (“por meio de investimentos e de incentivos fiscais direcionados ao combate à invisibilidade do trabalho de auxílio feito pela mulher, bem como ao oferecimento de empregos formais de maneira justa e igual entre homens e mulheres”) e a sua finalidade (“a fim de melhorar a qualidade de vida da população”). Com essa proposta, a participante já havia conseguido os 200 pontos da Competência V, mas há também uma segunda proposta para manter, como dito, coerência com os argumentos. Na segunda, também completa, ela coloca como agentes a escola e a família que devem executar as ações precisas e válidas de orientar e educar. O meio dessas ações são palestras, diálogos e exemplos. O detalhamento se dá pelo apontamento de que serão “ministradas por profissionais qualificados”, e a sua finalidade é o “o intuito de formar cidadãos competentes”.



Alex Novais Maciel (ele/dele)

20 anos | Poções - BA | @macielalexnovais

"A escritora nigeriana Chimamanda Adichie - em sua obra "Sejam Todos Feministas" - afirma que a mudança do "status quo" é sempre penosa, ou seja, existem certos padrões sociais que rejeitam as transformações. Nesse sentido, percebe-se, no Brasil, que a invisibilidade do trabalho de cuidado exercido pela mulher é um desafio estrutural que se enquadra na ótica de Adichie. Tal problema se deve, sobretudo, à construção histórico-cultural do papel feminino na sociedade, cuja consequência é o preconceito e a desvalorização desse ofício.

Diante desse cenário, é importante ressaltar que os entraves relacionados ao labor de assistência pessoal - majoritariamente realizado por mulheres - podem ser explicados pelo fato de elas terem sido, historicamente, delimitadas a cumprir determinadas funções sociais. Sob esse viés, a filósofa Simone de Beauvoir explica - através da ideia do "segundo sexo" - a formulação dos papéis de gênero no corpo social, os quais se caracterizam, no caso da mulher, pela atribuição de tarefas tidas pela sociedade como secundárias, como a limpeza e o cuidado. A partir disso, constata-se a permanência dessa mentalidade atrasada no contexto brasileiro, uma vez que ainda é culturalmente atribuída à mulher a função de prestar assistência às pessoas e ao lar. Assim, por tais incumbências, como dito por Beauvoir, serem classificadas como secundárias, há uma invisibilidade prejudicial associada a elas - o que contribui para a manutenção do problema.

Como consequência disso, há a discriminação dessas trabalhadoras, que é refletida na precariedade laboral. Nesse contexto, Kimberlé Williams Crenshaw - cientista política - formulou o conceito de "Interseccionalidade", o qual se refere à existência de um cenário social em que ocorre a sobreposição de diversos preconceitos, gerando uma marginalização complexa do indivíduo submetido a essa condição. Tendo isso em vista, a realidade do trabalho de cuidado no Brasil pode ser entendida sob o viés da interseccionalidade, dado que, em geral, os agentes sociais com tais atribuições são mulheres negras de classe baixa. Esse fator cria um cenário de desvalorização da tarefa de assistência, que se expressa, por exemplo, na má remuneração desta. Dessa forma, para transfigurar o problema, nota-se a necessidade de descortinar a questão.

Portanto, é preciso que o Ministério da Educação - responsável por gerir o plano educacional do país - amplie, no ambiente escolar, o ensino sobre a equidade de gênero, por meio da inclusão do estudo de filósofas e sociólogas que tratem do assunto. Isso teria o intuito de desconstruir o papel de "segundo sexo" dado às mulheres, o que, por efeito, sanaria a marginalização daquelas que trabalham com o cuidado e tiraria a invisibilidade desse problema. Ademais, o Ministério do Trabalho deve assegurar as leis trabalhistas em todos os ramos da assistência às pessoas e ao lar, para impedir casos de condições degradantes dessa função social. Com tais medidas, o Brasil conseguiria a penosa tarefa de mudar o "status quo".



Comentário

No texto, verifica-se um texto com estrutura sintática excelente – com presença de inversões, intercalações e períodos subordinados (por exemplo, nas linhas 1,3, 12 a 14; 18 a 20; 23 a 25) – e sem desvios de norma padrão. A respeito da coesão, nota-se a presença constante de elementos coesivos dentro dos parágrafos (“ou seja”, “nesse sentido”, “sob esse viés”, “assim”, “tendo isso em vista”, “dessa forma”, “ademais”, entre outros) e entre parágrafos (“diante desse cenário”, “como consequência disso” e “portanto”); sem repetições e sem inadequação em seus usos.

A redação do participante destaca-se por sua autoria e desenvolvimento argumentativo aplicado ao tema da proposta de redação. Sua interpretação está explícita no projeto de texto: há a escolha de repertórios socioculturais de mulheres que são especialistas nas discussões de gênero e, também, a exposição detalhada de seus conceitos aplicados à problemática da invisibilidade do trabalho de cuidado da mulher no Brasil.

Tal projeto estratégico é visto já na introdução com a menção à obra “Sejamos Todos Feministas” da escritora nigeriana Chimamanda Adichie, passando à filósofa Simone de Beauvoir e seu conceito de “segundo sexo”, no segundo parágrafo, e finalizando, no terceiro parágrafo, com a exposição do conceito de interseccionalidade da cientista política Kimberlé Williams Crenshaw. A pertinência dessas escolhas destaca positivamente a redação, além de ser perceptível que o participante opta por explicar com suas próprias palavras cada ideia de cada autora em vez de expô-las por meio de uma simples e curta menção direta. Assim, ele consegue tanto garantir a produtividade de todos seus repertórios quanto demonstrar o desenvolvimento de informações, fatos e opiniões em todo o texto sem lacunas em seus parágrafos. Técnica bastante recomendável para a argumentação em grande parte dos vestibulares brasileiros e não apenas no Enem.

Nesse sentido, a partir de seus conhecimentos acerca dessas especialistas, o autor explora uma análise estrutural da sociedade para demonstrar a premissa inicial, de Adichie, sobre a dificuldade de se transformar a sociedade devido a padrões sociais estabelecidos. Aponta-se, então, no segundo parágrafo, a causa histórico-cultural (a “formulação dos papéis de gênero no corpo social” e a “atribuição de tarefas tidas pela sociedade como secundárias, como a limpeza e o cuidado” às mulheres), atrelando-a ao contexto brasileiro atual, em que há a invisibilização da questão justamente para que haja a sua manutenção. Já, no terceiro parágrafo, aprofunda-se o debate, por meio do recorte cruzado entre gênero, raça e classe (conceito de interseccionalidade mencionado), que traz consequências piores às mulheres negras e pobres – as quais terão pior remuneração quando alocadas em tais funções de cuidado.

Na conclusão, as propostas de intervenção refletem o cuidado e a coerência do projeto de texto, de tal forma que retomam não apenas o conceito de Chimamanda Adichie (o “status quo”), como também o de Simone de Beauvoir (“o segundo sexo”). Além disso, destaca-se a primeira proposta com cinco elementos válidos que lhe asseguram os 200 pontos da Competência V: um agente (“Ministério da Educação”); detalhamento do agente por aposto (“responsável por gerir o plano educacional do país”); ação (“amplie, no ambiente escolar, o ensino sobre a equidade de gênero”); meio (“por meio da inclusão do estudo de filósofas e sociólogas que tratem do assunto”); finalidade (“o intuito de desconstruir o papel de “segundo sexo” dado às mulheres”; e detalhamento da finalidade (“o que, por efeito, sanaria a marginalização daquelas que trabalham com o cuidado e tiraria a invisibilidade desse problema”). A segunda proposta, embora coerente com o segundo argumento, apenas apresenta agente, ação e finalidade, entretanto, mantém diálogo com o projeto de texto.



Amanda Zampiris (ela/dela)

18 anos | Mimoso do Sul - ES | @amandazampiris

"Na obra intitulada "Brasil, País do Futuro", Stefan Zweig, autor austríaco, em sua visita ao Brasil, defendeu a ideia de que o país estava destinado a ser um dos mais importantes países do mundo no futuro. No entanto, 80 anos depois, as previsões do autor ainda não se concretizaram e os desafios para enfrentar a invisibilidade do trabalho de cuidado - realizado por mulheres - são entraves para isso. Observa-se, assim, que isso ocorre porque a negligência governamental e a permanência histórica impedem a resolução da questão.

Sob este viés, é preciso atentar para a omissão estatal presente nessa problemática. Nessa perspectiva, o pensador Thomas Hobbes afirma que o Estado é responsável por garantir o bem-estar da população. Entretanto, isso não ocorre no Brasil, pois a falta de atuação das autoridades corrobora a permanência do trabalho de cuidado não remunerado e mal pago realizado, principalmente, por mulheres - que inclui cuidar de crianças e idosos, bem como os afazeres domésticos -, visto que o Governo não tem cumprido seu papel no sentido de assegurar os direitos básicos a esse grupo social, como o direito a um salário digno. Assim, as funções sociais e estatais são descumpridas, agravando o problema.

Outrossim, a permanência histórica é fator importante como constituinte desse imbróglio. Nesse sentido, consoante ao pensamento do antropólogo Claude Lévi-Strauss, só é possível compreender adequadamente as ações coletivas por meio do entendimento dos eventos históricos. Desse modo, a questão da invisibilidade do trabalho de cuidado feito por mulheres majoritariamente pobres e vítimas de discriminação de gênero, mesmo que fortemente presente no século XXI, apresenta raízes indissociáveis à história brasileira - que foi marcada pelo machismo e pelo patriarcado -, uma vez que as atividades domésticas não pagas ainda são delegadas às pessoas do sexo feminino de forma quase que exclusiva.

Faz-se necessário, portanto, que meios sejam criados para intervir nesse óbice. Logo, o Governo Federal - órgão responsável pela administração federal em todo território nacional - deve estabelecer políticas públicas que garantam a remuneração e a valorização do trabalho de cuidado, por meio da utilização de verbas governamentais para o pagamento de salários. Tal ação deve ser realizada com a finalidade de mitigar a invisibilidade dos afazeres domésticos realizados pela mulher na sociedade brasileira e, conseqüentemente, combater as raízes históricas presentes nessa questão. Dessarte, o Brasil poderá se tornar um "País do Futuro", como defendido por Stefan Zweig."



Comentário

A participante apresenta excelente domínio da linguagem, com uso de inversões e intercalações adequadas para a nota máxima na Competência I (como visto nas linhas 1, 5, 10 a 11, 18, 19, 22, 26, entre outras). Na análise da Competência IV, verifica-se a presença expressiva de elementos coesivos do tipo operador argumentativo dentro de todos os parágrafos (“no entanto”, “entretanto”, “visto que”, “desse modo”, “uma vez que”, “dessarte”, entre outros); e entre os parágrafos (“sob este viés”, “outrossim” e “portanto”), sem que haja inadequações.

Quanto ao uso de repertórios socioculturais, a participante fez uso de três: “Brasil, País do Futuro” de Stefan Zweig como contextualização na introdução; Thomas Hobbes no segundo parágrafo; e Claude Lévi-Strauss no terceiro. Destaca-se a produtividade dos repertórios, em especial, nos parágrafos de desenvolvimento, pois são essenciais para a construção dos argumentos, de forma que, sem eles, não haveria construção analítica acerca do tema: no primeiro parágrafo de desenvolvimento, fundamenta o papel do Governo para apontar, então, sua falta de atuação; no segundo, fundamenta que os problemas devem ser analisados a partir de suas causas históricas - nesse caso, a partir do machismo e do patriarcado.

Nesse sentido, o projeto de texto estratégico é nítido, visto que a participante buscou uma abordagem que vai de uma possível projeção de futuro positiva (ao estabelecer como contextualização a declaração do Brasil enquanto possível país do futuro); a um presente problemático (ao tratar da omissão governamental brasileira) devido a um passado estruturado na desigualdade de gênero (por conta de um passado machista e patriarcal). Merece elogio o empenho em relacionar esses pontos gerais a pontos específicos da temática, principalmente no desenvolvimento dos argumentos, o que evidencia uma boa leitura e interpretação da proposta de redação. Exemplo disso são as alusões “ao trabalho de cuidado não remunerado e mal pago” voltado ao cuidado de crianças e idosos, e à “questão da invisibilidade do trabalho de cuidado feito por mulheres majoritariamente pobres e vítimas de discriminação de gênero” - fatos apontados nos textos motivadores I, II e IV.

Por fim, a conclusão apresenta uma proposta de intervenção com cinco elementos válidos e coerentes com os argumentos, além de retomar a contextualização da introdução (“Dessarte, o Brasil poderá se tornar um “País do Futuro”, como defendido por Stefan Zweig.”). A primeira proposta possui o Governo Federal como agente, seguido de aposto, detalhamento do agente (“órgão responsável pela administração federal em todo território nacional”). A ação (“deve estabelecer políticas públicas que garantam a remuneração e a valorização do trabalho de cuidado”) é sequenciada pelo meio (“por meio da utilização de verbas governamentais para o pagamento de salários”) e pela finalidade, com mais um detalhamento, agora o desdobramento da finalidade (“com a finalidade de mitigar a invisibilidade dos afazeres domésticos realizados pela mulher na sociedade brasileira e, conseqüentemente, combater as raízes históricas presentes nessa questão”). É importante ressaltar que não há uma exigência do Enem para que os participantes apresentem duas propostas de intervenção, apenas uma completa com cinco elementos, tal qual a redação da participante em análise.



Ana Carolina Riechel Famoso (ela/dela)

20 anos | Santo Ângelo - RS | @anacrfamoso

"Em outubro de 1988, a sociedade conheceu um dos documentos mais importantes da história do Brasil: a Constituição Cidadã, cujo conteúdo garante direito à dignidade. Todavia, milhares de pessoas vivem distantes da realidade pregada pela Carta Magna, visto os desafios envolvidos no enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher. Diante disso, faz-se necessário combater a omissão estatal e reconhecer a importância dessas atividades.

Acerca dessa lógica, cabe ressaltar que a precária ação governamental contribui para a pouca atenção oferecida ao público que realiza tarefas de cuidado. Nesse sentido, a antropóloga Lília Schwarcz elaborou o termo "política de eufemismos", ou seja, determinados problemas tendem a ser suavizados, deixando de receber a visibilidade necessária. Nesse viés, o Estado falha ao não garantir adequadas condições de emprego e remuneração às mulheres que realizam trabalho doméstico diário, o que prejudica a qualidade de vida dessa parcela da sociedade. Logo, enquanto o Governo não oferecer direitos de trabalho dignos, parte expressiva do público feminino persistirá sem o adequado reconhecimento trabalhista e social.

Além disso, reconhecer a importância das tarefas de assistência é condição para enfrentar sua invisibilidade. Nesse cenário, o sociólogo francês Pierre Bordieu elaborou o conceito de "violência simbólica" como a opressão que, embora não seja palpável, causa danos morais e psicológicos. Nessa lógica, a sociedade falha ao não compreender a relevância dos trabalhos de cuidado realizados por inúmeras mulheres que contribuem para atividades essenciais de transformações sociais e que não são valorizadas em atividades de reprodução da vida. Portanto, enquanto a população não atribuir os devidos valores a essas trabalhadoras, elas continuarão invisibilizadas.

Destarte, medidas são necessárias para combater esse cenário social. Para isso, o Governo Federal – instância de máxima autoridade trabalhista – deve fixar um piso salarial adequado com garantias de direitos para quem realiza trabalhos de cuidado, por intermédio da diminuição de impostos de quem as contrata e melhor direcionamento de verbas, a fim de combater a invisibilidade, garantindo, como efeito, melhoria da qualidade de vida desses indivíduos. Ademais, também é seu dever estimular o reconhecimento dessas profissionais, mediante publicações nas redes sociais que modifiquem percepções sociais errôneas desse trabalho. Afinal, somente assim será possível cumprir um importante direito previsto na Carta Magna."

Comentário

Este texto demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa e de escolha de registro. Isso, porque há apenas dois desvios gramaticais (o uso de "visto" no primeiro parágrafo, que deve ser substituído, por exemplo, por "tendo em vista que"; e a ortografia de "francês", que não está com o acento na posição correta). Além disso, o texto é preciso no uso do vocabulário e não apresenta problemas de ordem sintática; na verdade, há alguns ganhos nesse aspecto, com períodos complexos, compreendendo orações coordenadas (por exemplo, nas linhas 17 a 20), subordinadas (por exemplo, nas linhas 9 a 12) e construções com elementos intercalados (por exemplo, nas linhas 15 a 17).



Em relação à Competência II, o texto atende às exigências de uma dissertação argumentativa, pois explicita um ponto de vista no final no primeiro parágrafo, o qual é defendido por meio de argumentos nos parágrafos de desenvolvimento, seguindo de forma clara a organização introdução - desenvolvimento - conclusão. O tema completo aparece desde o primeiro parágrafo, em que se verificam todos os elementos da frase temática, o que é produtivo não só para a abordagem completa do tema, mas também para a organização do projeto de texto, avaliado na Competência III. Para a obtenção da nota máxima na Competência II, considerou-se que o texto conta com repertório sociocultural legitimado por uma área do saber, pertinente ao tema e produtivo. Esse uso produtivo pode ser observado no segundo parágrafo, em que a participante afirma que "a precária ação governamental contribui para a pouca atenção oferecida ao público que realiza tarefas de cuidado" e, na sequência, mobiliza o conceito de "política de eufemismos", de Lilia Schwarcz, segundo o qual "determinados problemas tendem a ser suavizados, deixando de receber a visibilidade necessária".

No que tange à Competência III, temos um projeto de texto organizado com seleção de ideias e informações que servem ao desenvolvimento do tema ao longo do texto. O destaque desse projeto é a tese no final do primeiro parágrafo, que afirma a necessidade de "combater a omissão estatal e reconhecer a importância dessas atividades" [de cuidado] quando se trata dos desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil. Esses dois elementos são apresentados de forma sucinta e bem delimitada, o que é desejável para conferir clareza ao projeto de texto, pois, assim, o leitor já sabe o que esperar dos parágrafos seguintes. Neles, observam-se argumentos bem organizados, de acordo com a seguinte lógica: explicitação da ideia central do argumento; explicação dessa ideia, com o apoio de um repertório sociocultural e análise do problema no cenário brasileiro atual.

Na avaliação da Competência IV, observa-se uma boa articulação das partes do texto – com operadores argumentativos entre parágrafos ("além disso" e "destarte") – e repertório diversificado de recursos coesivos dentro dos parágrafos (no início e no meio dos períodos, como "todavia", "diante disso", "nesse sentido", "ou seja", "nesse viés", "logo", dentre vários outros). Eles são responsáveis por ligar as ideias e as informações ao longo do texto, o que é essencial para que a linha de raciocínio da participante fique clara ao leitor.

Por último, na Competência V, a nota máxima é justificada pela construção de uma proposta de intervenção completa e relacionada ao tema. Essa proposta é composta por: agente ("o Governo Federal"); detalhamento do agente ("instância de máxima autoridade trabalhista"); ação ("deve fixar um piso salarial adequado com garantias de direitos para quem realiza trabalhos de cuidado"); meio ("por intermédio da diminuição de impostos de quem as contrata e melhor direcionamento de verbas"); e finalidade ("a fim de combater a invisibilidade"). Há, ainda, mais um detalhamento, este relacionado à finalidade ("garantindo, como efeito, melhoria da qualidade de vida desses indivíduos"). Aparece, também, uma segunda proposta, com a repetição do agente da primeira ("Governo Federal"), uma ação ("estimular o reconhecimento desses profissionais"), um meio (mediante publicações nas redes sociais que modifiquem percepções sociais errôneas desse trabalho) e uma finalidade ("somente assim será possível cumprir um importante direito previsto na Carta Magna"). Essa segunda proposta de intervenção busca resolver o problema colocado no segundo argumento, e, embora incompleta – sem detalhamento –, não gera prejuízo para a nota da Competência V, mas uma valorização para a Competência III, pois, assim, são apresentadas soluções para as questões levantadas ao longo de toda a argumentação.



Ana Luiza Coutinho (ela/dela)

18 anos | Rio de Janeiro - RJ | @coutinho.anaa

"Um dos contos presentes no livro "Laços de Família", de Clarice Lispector, acompanha a epifania da personagem Ana ao fugir de seus afazeres domésticos. Ela, que se via sentenciada a cuidar da casa e dos filhos, assemelha-se a muitas mulheres brasileiras, que exercem essa e outras tarefas diariamente, sem valorização e, até mesmo, sem remuneração. Nesse sentido, cabe analisar as causas socioeconômicas da invisibilidade do trabalho de cuidado no Brasil contemporâneo.

Em primeira perspectiva, a sociedade limita a mulher e sua função social ao ambiente caseiro e à realização de cuidados especiais. Isso ocorre porque, de acordo com o corpo social estabelecido, a essência cuidadora é algo inerente ao feminino, muitas vezes associada à maternidade. Todavia, essa característica é construída e imposta às mulheres, que são frequentemente moldadas — assim como elucidado por Simone de Beauvoir: "Não se nasce mulher, torna-se". Esse cenário é instigado pela cultura patriarcal e machista da nação, que atribui o cuidado e o lar somente ao sexo feminino. Desse modo, esse trabalho é visto como uma obrigação da mulher, e não como um trabalho de fato, o que, por conseguinte, gera a desvalorização de tão importante exercício.

Ademais, o cuidado não é percebido com valor de mercado. Isso, porque não é uma atividade altamente lucrativa e produtiva, do ponto de vista mercadológico, o que, segundo Byung Chul-Han em "A Sociedade do cansaço", são fatores valorizados nos dias atuais. Esse panorama se dá pela lógica capitalista que norteia as relações de trabalho no mundo hoje, priorizando o lucro de indústrias e empresas em detrimento do cuidado com pessoas — majoritariamente exercido por mulheres. Consequentemente, há a má remuneração dessa ocupação, o que afeta a igualdade de gênero na inserção no mercado de trabalho e atrapalha a emancipação feminina.

Portanto, fazem-se evidentes as matrizes da invisibilidade do trabalho de cuidado em solo nacional. Logo, não se deve hesitar: são necessárias medidas para a erradicação da problemática. É responsabilidade, então, do Ministério da Educação — órgão federal que gere o ensino brasileiro — alterar a estrutura machista e patriarcal nas salas de aula. Isso pode ser feito por meio da inserção na Base Nacional Comum Curricular de formas de empoderamento feminino como assunto obrigatório na formação cidadã. Essa mudança deve ser alcançada com a finalidade de valorizar o trabalho exercido por mulheres, principalmente os mais invisíveis, como o de cuidado. Outrossim, cabe ao Governo Federal aumentar o salário mínimo atual, com o objetivo de garantir uma remuneração adequada a todos, bem como às mulheres, que se ocupam com o cuidado, favorecendo suas independências financeiras. Quem sabe, assim, todas as "Anas" que cuidam do Brasil tornar-se-ão visíveis, valorizadas e prestigiadas."



Comentário

A participante demonstrou pleno domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, sem desvios gramaticais e com estrutura sintática excelente: há inversões e intercalações, além de um bom uso de subordinações pertinentes à complexidade do gênero dissertativo-argumentativo, como no seguinte período do primeiro parágrafo: “Ela, que se via sentenciada a cuidar da casa e dos filhos, assemelha-se a muitas mulheres brasileiras, que exercem essa e outras tarefas diariamente, sem valorização e, até mesmo, sem remuneração”. Em relação aos recursos coesivos, há uso expressivo de conectivos do tipo operador argumentativo dentro dos parágrafos (“todavia”, “consequentemente”, “desse modo”, entre outros), além dos que foram inseridos entre os parágrafos (“ademais” e “portanto”). Assim, o texto atende completamente às exigências das faixas de nota mais altas das Competências I e IV.

No entanto, para compreender completamente por que essa redação foi avaliada como nota 1000, é importante também destrinchar o seu projeto. O texto é iniciado por uma contextualização por meio de um repertório sociocultural externo à coletânea, pertinente e produtivo no contexto: um dos contos da autora Clarice Lispector, publicado na obra “Laços de família”, no qual a protagonista vivencia uma epifania ao fugir dos afazeres domésticos que a cerceavam, da mesma maneira que muitas outras mulheres brasileiras também são limitadas. Assim, já se notam traços de um projeto de texto eficiente, já que essa situação resvala na questão da desvalorização do trabalho de cuidado no Brasil. Logo em seguida, a participante apresenta o objetivo de seu texto: analisar as causas socioeconômicas desse processo no cenário brasileiro.

No segundo parágrafo, é explorada a ideia do modelo social patriarcal como causa da atribuição do trabalho de cuidado apenas às mulheres e, consequentemente, de sua desvalorização por ser associado ao feminino, cujo lugar social é menosprezado. A participante apoia-se no pensamento da filósofa e socióloga Simone de Beauvoir – outro repertório externo à coletânea utilizado com pertinência e produtividade – para explicar por que se dá a construção do papel social da mulher vinculado à maternidade e ao lar e, portanto, ao cuidado. No fechamento, ela conclui que, por ser associado à mulher dentro de uma sociedade machista, esse tipo de trabalho perde seu valor.

No parágrafo seguinte, é explorada pela participante uma segunda causa socioeconômica da desvalorização do trabalho de cuidado: sua ausência de valor de mercado. Para desenvolver esse pensamento, ela apoia-se nas explicações do filósofo Byung Chul-Han sobre a sociedade capitalista contemporânea, a qual é por ele caracterizada como baseada no lucro e na produtividade. Nesse sentido, se há priorização do lucro em relação ao cuidado realizado por mulheres, este se torna invisibilizado e, por conseguinte, mal remunerado. Ela conclui apontando as consequências dessa invisibilidade: a dificuldade de emancipação feminina e a ampliação da desigualdade de gênero no mercado de trabalho. Nesse sentido, é possível perceber dentro dos dois parágrafos de desenvolvimento uma linha de raciocínio clara e com base em explicações bem fundamentadas, que levam a conclusões objetivas.

Por fim, na conclusão, há duas medidas de solução indicadas, com o objetivo de resolver os dois aspectos do problema desenvolvidos na argumentação. Na primeira delas, identificam-se o agente (“Ministério da



Educação"), seu detalhamento ("explicação da função desse órgão e, portanto, justificativa de sua escolha"), a ação ("alteração na estrutura machista da sociedade"), o meio de execução da ação ("inserção na BNCC de assuntos sobre empoderamento feminino") e a finalidade ("valorizar os trabalhos exercidos por mulheres"). Já a segunda proposta não está completa, pois só apresenta o agente ("Governo Federal"), a ação ("aumentar o salário mínimo"), a finalidade ("garantir remuneração adequada a todos") e o detalhamento dessa finalidade ("favorecer a independência financeira feminina"). A ausência do meio de realização da ação na última proposta, porém, não a prejudica, uma vez que só uma medida precisaria conter os cinco elementos para atender às exigências da Competência V. A participante encerra o parágrafo, enfim, com a retomada da referência à personagem de Lispector do início do texto, demonstrando cuidado com a unidade textual.



Ana Luiza Tobler (ela/dela)

18 anos | Teresina - PI | @aluiza.lt

"Na obra autobiográfica *Eu Sou Malala*, a ativista paquistanesa Malala Yousafzai afirma que as mulheres são as principais engrenagens por trás da máquina social, ou seja, apesar de terem um papel fundamental para o funcionamento coletivo, não são devidamente valorizadas. Diante dessa conjuntura, é possível relacionar a passagem da escritora com o cenário de invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil, o qual apresenta desafios para o seu enfrentamento. Nesse sentido, é válido citar a formação cultural e a apatia social como obstáculos para a resolução do problema citado.

De início, é importante mencionar as bases culturais do país como empecilhos para a mitigação da problemática em destaque. Segundo o livro *Casa Grande e Senzala*, escrito pelo sociólogo Gilberto Freyre, o Brasil foi fundado a partir de pilares como a misoginia. Sob essa óptica, percebe-se que, embora tenha sido escrita com base no contexto colonial brasileiro, a obra pode ser relacionada à atualidade, uma vez que a opressão feminina ainda se faz presente por meio de mecanismos como a invalidação das atividades realizadas pelas mulheres, principalmente quando se trata dos trabalhos de cuidado, os quais consistem nos afazeres domésticos e cuidados com crianças, idosos e portadores de deficiências. Assim, nota-se que as profissões fundamentais para o bom funcionamento coletivo, como os cuidadores de creches ou hospitais, por serem protagonizadas pela população feminina, são invalidadas, o que evidencia o papel da formação sociocultural como agente perpetuador do cenário desafiador do enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado feito por mulheres.

Outrossim, é necessário pontuar a apatia da sociedade como outro fator que dificulta a resolução do problema em análise. De acordo com a filósofa alemã Hannah Arendt, em sua teoria sobre a banalidade do mal, quando os indivíduos são constantemente expostos a determinadas situações extremas, eles tendem a tratá-las como comuns, perdendo o senso de urgência. Sob esse prisma, é possível conectar o pensamento da estudiosa com o cenário de invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela população feminina no Brasil, tendo em vista que, por ser uma problemática profundamente enraizada no corpo social, é tratada com normalidade, não havendo uma mobilização popular em prol da mudança dessa realidade. Dessa forma, visualiza-se como a indiferença coletiva perante a situação mencionada representa um desafio para o enfrentamento da invalidação do trabalho de cuidado feito por mulheres no país.

Dessarte, cabe às escolas, agentes dotados de grande poder de transformação social, a criação de um projeto de estímulo à valorização dos trabalhos de cuidado realizado por mulheres. Essa ação deve ser realizada com o fim de evidenciar a importância dessas tarefas, por meio de aulas e palestras ministradas por especialistas, de forma a minimizar a apatia social, promovendo mobilização popular em prol desse debate, e amenizar, gradualmente, as bases socioculturais que invalidam as mulheres. Desse modo, será viável diminuir os desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pelas mulheres, mudando a realidade descrita por Malala Yousafzai."



Comentário

Este texto demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa e de escolha de registro. Além de não ter desvios gramaticais ou de convenções de escrita e demonstrar precisão vocabular, não apresenta problemas de ordem sintática; pelo contrário, destaca-se nesse aspecto, com períodos mais complexos, compreendendo orações coordenadas (por exemplo, nas linhas 5 e 6), subordinadas (por exemplo, nas linhas 3 a 5) e construções com intercalações (por exemplo, nas linhas 20 a 23) e inversões (por exemplo, nas linhas 29 e 30) de elementos sintáticos, sempre com sinais de pontuação usados corretamente, o que confere clareza e fluidez à escrita. Por isso, foi avaliado com nota máxima na Competência I.

Em relação à Competência II, o texto atende às exigências de uma dissertação argumentativa, pois explicita um ponto de vista no final no primeiro parágrafo, o qual é defendido por meio de argumentos nos parágrafos de desenvolvimento, seguindo de forma clara a organização das partes da dissertação: introdução, desenvolvimento e conclusão. A abordagem completa do tema também pode ser identificada logo no primeiro parágrafo, em que aparecem todos os elementos da frase temática, uma estratégia importante não só para demonstrar a compreensão do tema, mas também para a organização do projeto de texto, avaliada na Competência III. Ainda quanto à Competência II, a nota máxima foi obtida graças à presença de repertórios socioculturais legitimados pelas áreas do saber, pertinentes ao tema e produtivos, em três momentos do texto.

Observa-se, nesta redação, também, um ótimo trabalho de organização do projeto de texto e de desenvolvimento das informações selecionadas para compor não só a argumentação, mas também a introdução e a conclusão. A escolha para apresentar o tema é uma afirmação da ativista paquistanesa Malala Yousafzai, a qual tem relação direta com o tema a ser discutido. Na sequência, há uma ponte que liga essa citação à situação-problema da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil hoje e à tese, relativa aos desafios para o enfrentamento de tal invisibilidade. Esses desafios envolvem a "formação cultural e a apatia social" – dois elementos explicitados de forma sucinta e bem delimitados, o que é desejável para conferir clareza ao projeto de texto, pois, dessa maneira, o leitor já sabe o que esperar dos parágrafos seguintes. Nestes, há argumentos com ideias de informações dispostas de forma organizada e com desenvolvimento satisfatório, de acordo com a seguinte lógica: explicitação da ideia central do argumento; explicação dessa ideia, com o apoio de um repertório sociocultural; análise do problema no cenário brasileiro atual; fechamento do argumento com retomada da ideia de desafio a ser enfrentado. Assim, fica justificada a nota máxima na Competência III.

Na avaliação da Competência IV, observa-se uma boa articulação das partes do texto – com operadores argumentativos entre parágrafos ("outrossim" e "dessarte") – e repertório diversificado de recursos coesivos dentro dos parágrafos (no início e no meio dos períodos: "ou seja", "diante dessa conjuntura", "nesse sentido", "sob essa óptica", "embora", "assim", "tendo em vista que", "desse modo", dentre outros). Eles são responsáveis por ligar as ideias e as informações ao longo do texto, o que é essencial para que a linha de raciocínio da participante fique clara ao leitor.



Por fim, na Competência V, a nota máxima é justificada pela construção de uma proposta de intervenção completa e relacionada ao tema. Essa proposta é composta por: agente ("as escolas"); detalhamento do agente ("agentes dotados de grande poder de transformação social"); ação ("a criação de um projeto de estímulo à valorização dos trabalhos de cuidado realizado por mulheres"); meio ("por meio de aulas e palestras ministradas por especialistas"); finalidades ("com o fim de evidenciar a importância dessas tarefas; de forma a minimizar a apatia social"); e detalhamento dessa segunda finalidade ("promovendo mobilização popular em prol desse debate"). Vale destacar que orações ligadas por gerúndio, como esta última, podem gerar dúvida na leitura, pois não fica claro se se tratam de duas finalidades ou de uma finalidade e seu desdobramento (isto é, seu detalhamento). Por isso, é importante construir essa relação por meio de um conectivo, em vez do gerúndio. Depois, aparece mais uma finalidade ("[com o fim de] amenizar, gradualmente, as bases socioculturais que invalidam as mulheres") e, ainda, mais um detalhamento, articulado às finalidades ("desse modo, será viável diminuir os desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pelas mulheres, mudando a realidade descrita por Malala Yousafzai"), o qual fecha o texto com a retomada do repertório apresentado na introdução.



Andreza Cristina de Oliveira (ela/dela)

20 anos | São José dos Campos - SP | @andrxzaa

"José Saramago usou o conceito de "cegueira social" para criticar o comportamento egoísta da sociedade. Na realidade brasileira, a crítica de Saramago é verificada na questão do trabalho de cuidado realizado pela mulher, visto que apresenta diversos desafios para o enfrentamento de sua invisibilidade. Dessa forma, a problemática persiste devido à má influência midiática e à formação familiar.

Sob esse viés, aponta-se como um fator determinante a negligência por parte da mídia. Para Pierre Bourdieu, "o que foi criado como instrumento de democracia não deve ser convertido em mecanismo de opressão". Entretanto, a mídia tem sido pouco democrática em relação ao trabalho de cuidado, já que, muitas vezes, em novelas dos canais abertos, são transmitidas cenas que romantizam a rotina diária das mulheres do lar, e pouco se fala sobre as reais dificuldades desse trabalho tão importante, o que colabora com o silenciamento que impera. Assim, responsabilizar a mídia pela invisibilização presente no tema é urgente.

Ademais, ressalta-se que a formação familiar influencia fortemente o problema. Nesse sentido, Talcott Parsons defende que "a família dá início à formação do indivíduo". Porém, tal formação geralmente é falha quanto ao trabalho de cuidado, pois muitos familiares desde cedo condicionam seus filhos a acreditar e a agir de acordo com a divisão de tarefas com base no gênero, criando a falsa crença de que tarefas domésticas são destinadas só às mulheres, o que reforça o estereótipo de "dona de casa" e contribui para a invisibilização do valor dessa atribuição. Logo, urge que a família repense a formação de seus filhos, como defende Parsons.

Portanto, é necessária uma intervenção pontual. Para isso, a Rede Globo deve transmitir debates entre sociólogas especialistas no âmbito do trabalho de cuidado, por meio da criação de programas, a fim de ampliar o conhecimento da população sobre o assunto, e, conseqüentemente, reduzir a invisibilidade existente. Tal ação pode, ainda, ser divulgada nas redes sociais para alcançar um número maior de telespectadores. Paralelamente, é indispensável atuar sobre a formação familiar lacunar. Dessa maneira, a mídia poderá ser vista como instrumento de democracia, como afirma o filósofo Bourdieu."



Comentário

A participante demonstrou domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, com apenas dois desvios gramaticais e estrutura sintática excelente: há inversões e intercalações, além de um bom uso de subordinações pertinentes à complexidade do gênero dissertativo-argumentativo, como em “Tal ação pode, ainda, ser divulgada nas redes sociais para (...)”. Os dois desvios encontrados foram o desvio ortográfico em “estereótipo” (grafado como “esteriótipo”), na linha 20, e uma vírgula excedente antes da conjunção “e”, na linha 26. Em relação aos recursos coesivos, há uso expressivo de conectivos do tipo operador argumentativo na construção interna dos parágrafos (“logo”, “entretanto”, “porém”, entre outros), além dos que foram inseridos entre eles (“ademais” e “portanto”). Assim, o texto atende completamente às exigências para atingir as notas máximas das Competências I e IV.

Além dos aspectos gramaticais e de coesão, a redação também é excelente em seu projeto. O texto se inicia a partir de uma contextualização por meio de uma referência sociocultural externa à coletânea: a crítica ao comportamento egoísta da sociedade por meio do conceito de “cegueira social” feita pelo autor José Saramago. No entanto, essa referência não foi o repertório com melhor aproveitamento de produtividade do texto, uma vez que é possível melhorar o desenvolvimento da relação entre o egoísmo e a invisibilidade do trabalho de cuidado. Logo em seguida, a participante apresenta sua tese: a problemática persiste devido à influência midiática e familiar. Trazer o posicionamento de forma clara na introdução a beneficia, uma vez que já organiza seu projeto de texto de antemão.

No primeiro parágrafo de desenvolvimento, é explorada a responsabilidade dos instrumentos midiáticos na manutenção da desvalorização do trabalho de cuidado. A participante apoia-se no pensamento do filósofo e sociólogo Pierre Bourdieu – repertório legitimado, pertinente e produtivo no contexto – para criticar a mídia que, ao contrário de servir à democracia, como é seu papel, assume uma posição antidemocrática ao romantizar a rotina exaustiva das mulheres que se dedicam a tal tipo de trabalho, o que silencia seus verdadeiros contornos. Dessa forma, a participante conclui que é urgente a responsabilização das instituições midiáticas diante dessa postura. Ao fechar o parágrafo dessa maneira, há a construção do gancho para o que será desenvolvido na conclusão.

No segundo parágrafo de desenvolvimento, é explorada por ela a responsabilidade da família na invisibilidade do tema, uma vez que a instituição familiar inicia a formação dos indivíduos, de acordo com Talcott Parsons – novamente uma referência externa pertinente e produtiva. Aqui, mais uma vez, a participante faz um contra-argumento ao mostrar que o problema, entretanto, se dá na medida em que a formação familiar falha, ou seja, não forma o indivíduo adequadamente ao condicionar à crença de que o trabalho de cuidado deve ser restrito às mulheres. Aqui há uma pequena lacuna (informação não desenvolvida), pois não é explicado por que creditar o trabalho doméstico à mulher é sinônimo de desvalorização. Para isso, poderia ter-se explicado a relação disso com o machismo, que inferioriza mulheres. De qualquer forma, uma lacuna pontual é aceitável na faixa de nota mais alta da Competência III, por isso, não houve desconto.

Por fim, na conclusão, há duas soluções indicadas com o objetivo de



resolver os dois aspectos do problema desenvolvidos na argumentação. Na primeira delas, identificam-se o agente ("a Rede Globo"), a ação ("transmitir debates de sociólogas especialistas no âmbito do trabalho de cuidado"), o meio ("por meio da criação de programas"), a finalidade ("a fim de aumentar o conhecimento da população") e seu detalhamento ("consequentemente, reduzir a invisibilidade existente"). Os cinco elementos aqui já garantem a nota máxima na Competência V.

Na segunda solução, há apenas a ação "atuar sobre a formação familiar lacunar" com sua finalidade ("a mídia poderá ser vista como instrumento de democracia"). A adição dessas informações contribui para o fechamento coeso do texto – esse fechamento, juntamente com a retomada da afirmação do filósofo Bordieu mostram, em mais uma ocasião, a habilidade da participante em selecionar, organizar e relacionar informações, o que favorece a Competência III.



Anna Beatriz Ramalho (ela/dela)

20 anos | Araripe - CE | @annaraamalho

"Na Grécia Antiga, onde os homens se encarregavam da política, da filosofia e das artes, consideradas áreas honradas, as mulheres desempenhavam o papel considerado inferior de cuidar dos afazeres domésticos e, sobretudo, de cuidar das crianças e dos idosos da família. Atualmente, no entanto, a conjuntura se assemelha ao momento histórico supracitado, visto que o trabalho feminino que se resume à casa e aos cuidados da família ainda é desvalorizado na sociedade. Dessa forma, é imprescindível combater a invisibilidade do trabalho de cuidado feito pela mulher no Brasil, destacando a desigualdade de gênero e a displicência estatal como principais entraves nesse objetivo.

Em primeiro plano, compreende-se que o desequilíbrio de gênero é determinante para que a problemática perdure, uma vez que a figura masculina é mais valorizada em detrimento da figura feminina, principalmente no que tange aos trabalhos realizados por cada um. Junto a isso, a luta feminina por visibilidade atravessa séculos, dado que a realidade desigual proveniente da Grécia Antiga reflete os dias atuais, em que não é dada a devida importância ao afazer doméstico e ao cuidado parental desempenhados pela mulher, em virtude de discursos errôneos de gênero que pregam superioridade masculina. Para mais, segundo o teórico político Jean-Jacques Rousseau, "a desigualdade é a fonte primária de todos os males sociais". Analogamente, os abismos de assimetria de gênero existentes na comunidade aumentam a invisibilidade do trabalho feminino e, assim, devem ser combatidos para atenuar a chaga.

Além disso, vale ressaltar a inoperância estatal em valorizar e, conseqüentemente, visibilizar o papel de cuidado feito por mulheres. No mais, o filósofo inglês John Locke destaca, em seu "Contrato Social", que é dever do Estado assegurar os direitos e o bem-estar coletivo. Correlatadamente, apesar da Constituição Federal afirmar atribuições a respeito da igualdade de todos, o que se observa diante do contexto de desvalorização do trabalho parental e doméstico realizado pela figura feminina por causa da desigualdade de gênero, é a falta de eficácia nessa garantia, configurando uma quebra constitucional e, ainda, do Contrato de Locke. Logo, sendo o Estado promotor do bem-estar de todos igualmente, é ilógico colocar a situação da invisibilidade da mulher em segundo plano.

Sendo assim, urge medidas que visibilizem o trabalho de cuidado feito pela mulher no Brasil, que transcorre da assimetria de gênero e da ineficácia estatal. É indispensável ao Estado oferecer políticas públicas de adesão popular, com a finalidade de acabar a disparidade entre homens e mulheres, tendo esse como um dos meios de atenuar a chaga. Também é importante que o Estado promova a fiscalização das leis existentes, por meio do Poder Executivo, assegurando que sejam efetivadas, a fim de que os direitos sejam devidamente sustentados a todos. Dessa maneira, será possível alcançar o bem-estar social defendido por John Locke, bem como o pleno exercício da Constituição, e uma sociedade equilibrada será construída."



Comentário

Nesta redação, a participante demonstra excelente domínio das convenções de escrita e da estrutura sintática, com uso de orações intercaladas e subordinadas (por exemplo, nas linhas 1 a 3, 4 a 5, 7 a 9, 21 a 22). O texto apresenta apenas dois desvios: a ortografia da palavra “correlatamente” no terceiro parágrafo e o uso da vírgula – que separa inadequadamente o sujeito do predicado – no trecho “[...] o que se observa diante do contexto de desvalorização do trabalho parental e doméstico realizado pela figura feminina por causa da desigualdade de gênero, é a falta de eficácia nessa garantia [...]”. Vale destacar que essa quantidade de erros não impede a atribuição da nota máxima na Competência I, que avalia o domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa. Quanto à escolha dos elementos coesivos, estes são diversificados e constantes, tanto entre parágrafos (“além disso” e “sendo assim”), quanto entre períodos (“no entanto”, “dessa forma”, “logo”, “dessa maneira”, “a fim de”, entre outros), o que contribui para a nota máxima na Competência IV.

Organizado em quatro parágrafos, é possível notar um texto com projeto estratégico e com desenvolvimento das informações e dos fatos. Para introduzir o tema, é apresentado o contexto histórico da Grécia Antiga em que o papel de cuidado da mulher era visto como inferior. Em seguida, relaciona-se adequadamente tal contexto à atualidade em que ainda perdura a desvalorização do trabalho da mulher. Ao fazer um paralelo claro entre a sociedade grega e a sociedade atual, estabelece-se a articulação do repertório sociocultural à temática, além de torná-lo produtivo. Na introdução, a participante delimita o ponto de vista defendido: “[...] é imprescindível combater a invisibilidade do trabalho de cuidado feito pela mulher no Brasil, destacando a desigualdade de gênero e a displicência estatal como principais entraves nesse objetivo”.

No primeiro argumento, como definido anteriormente, desenvolve-se que a desigualdade de gênero é essencial para que ocorra a invisibilidade do trabalho de cuidado das mulheres, especialmente no âmbito do trabalho. Para explicar esse processo histórico, novamente é feita menção à Grécia Antiga, período que colabora para construção da visão de superioridade masculina. A fim de comprovar esse raciocínio, a participante cita o político Jean-Jacques Rousseau, que postula que a desigualdade origina “todos os males sociais”. Ao fechar o argumento, é feita a relação de pensamento à desigualdade de gênero, a qual, por consequência, aumenta a problemática da invisibilidade.

No segundo argumento, o foco é discutir a falha estatal para valorização do papel de cuidado feito pelas mulheres. Como estratégia para comprovar a ideia defendida, mobiliza-se a teoria do “Contrato Social”, do filósofo John Locke, que responsabiliza o Estado na garantia dos direitos coletivos. Esse repertório é associado à Constituição Federal, que garante em sua legislação a igualdade a todos, com intuito de ressaltar que ocorre uma falha estatal a qual resulta em uma quebra constitucional.

Atendendo às exigências da banca quanto à presença de uma intervenção para a problemática, a participante opta por desenvolver duas propostas articuladas às discussões promovidas na redação, o que demonstra planejamento estratégico do texto. Ainda que não esteja completa, a primeira apresenta: agente (“Estado”), ação (“oferecer políticas públicas de adesão popular”, finalidade (“acabar a disparidade entre homens e mulheres”) e detalhamento da finalidade (“Dessa maneira, será possível alcançar o bem-estar social defendido por John Locke, bem como o pleno exercício da Constituição, e uma sociedade equilibrada será construída”). A segunda proposta aponta o desafio discutido no segundo argumento e, assim, apresenta todos os elementos exigidos, o que garante nota máxima na Competência V: agente (“Estado”), ação (“promova a fiscalização das leis existentes”), modo (“por meio do Poder Executivo”), finalidade (“a fim de que os direitos sejam devidamente sustentados a todos”) e detalhamento da finalidade (“Dessa maneira, será possível alcançar o bem-estar social defendido por John Locke, bem como o pleno exercício da Constituição, e uma sociedade equilibrada será construída”). Esse detalhamento, ao retomar os dois repertórios mencionados na argumentação, finaliza o projeto estratégico desenvolvido.



Arthur Sanches (ele/dele)

17 anos | Belém - PA | @_.arthursales

"Conforme estudos demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de idosos crescerá drasticamente nas próximas décadas. Nesse contexto, o trabalho de cuidado realizado pelas mulheres é fundamental para acolher essa parcela populacional. Todavia, a invisibilidade e a omissão estatal são desafios que perpetuam o descaso sofrido por essas trabalhadoras no Brasil. Logo, faz-se imperiosa a tomada de medidas que resolvam esse contexto de emergência generalizada.

Sob essa perspectiva, é crucial que a escassez de debates acerca da importância das atividades de assistência seja superada. A esse respeito, a ilustre filósofa Djamilia Ribeiro defende que, para atuar em uma situação, deve-se, antes de tudo, tirá-la da invisibilidade. Entretanto, o panorama nacional destoa do pensamento da autora, já que o alto índice de empregadas domésticas em condições ocupacionais precárias não é enxergado pelo círculo social, de modo que discussões sobre essa questão não sejam priorizadas, dificultando intervenções nesse problema. Então, essa nebulosidade precisa ser exposta para conscientizar a sociedade.

Outrossim, vale ressaltar de que maneira a negligência do Estado fomenta a marginalização das cuidadoras. A partir disso, o sociólogo polonês Zygmunt Bauman utiliza o termo "Instituição Zumbi" para simbolizar as entidades que não cumprem seu papel previamente estabelecido. Segundo o raciocínio, é possível compreender o Poder Executivo como um exemplo da ideia do expoente da Sociologia, uma vez que a sua função de garantir dignidade profissional a todo não está sendo cumprida em sua totalidade, pois muitas trabalhadoras de acolhimento ainda encontram-se em situações indignas. Por isso, a conduta governamental necessita ser reformulada para assegurar os direitos dessas profissionais.

Portanto, torna-se primordial mitigar a marginalidade do trabalho de cuidado realizado pelo gênero feminino. Dessa forma, o Ministério da Cidadania, enquanto responsável por políticas cidadãs, deve propagar dados e pesquisas que revelem a gravidade do esquecimento sofrido pelas cuidadoras, por meio de plataformas midiáticas de destaque, a fim de atingir o maior contingente possível e conscientizá-lo. Ademais, a coletividade, por intermédio do Ministério Público, precisa cobrar do Governo Federal ações efetivas de proteção ocupacional às empregadas domésticas, com o intuito de promover o labor digno a esses indivíduos. Assim, a acolhida da nova geração de pessoas de terceira idade poderá ser efetiva."



Comentário

Com excelente estruturação sintática e domínio das convenções da escrita, o texto do participante apresenta apenas um desvio de colocação pronominal no trecho “[...] muitas trabalhadoras de acolhimento ainda encontram-se em situações indignas.”, em que o pronome “se” deveria ser usado antes do verbo “encontram” pela presença do advérbio “ainda”, que promove a próclise. Para articular os parágrafos e os períodos, há expressivo uso de elementos coesivos como “nesse contexto”, “todavia”, “logo”, “entretanto”, “por isso”, “portanto”, “dessa forma”. O domínio da modalidade escrita e o uso expressivo e diversificado dos elementos coesivos garantem as notas máximas nas Competências I e IV.

Em seu primeiro parágrafo, o participante introduz o tema a partir de estudos do IBGE, os quais demonstram que a população idosa crescerá, o que evidencia a importância do trabalho de cuidado realizado pelas mulheres, já que são elas as cuidadoras, em maior parte, dessa faixa etária. Contrapondo esse cenário, o texto delimita em seu ponto de vista a invisibilidade e a omissão estatal como problemáticas que perpetuam o descaso recebido pelas mulheres em seu trabalho de cuidado.

No segundo parágrafo, desenvolve-se a escassez de debates como um dos motivos para invisibilidade e, a fim de sustentar a importância de mudar tal cenário, mobilizam-se ideias da filósofa Djamila Ribeiro, as quais, além de aprofundar a argumentação, configuram um repertório sociocultural, elemento importante para Competência II. Para tornar esse repertório produtivo, é explicado que a especialista defende a importância de tirar uma situação da invisibilidade para atuar sobre ela, entretanto, o cenário brasileiro demonstra que as empregadas domésticas não são vistas socialmente. Conclui-se, ao final do argumento, que é importante expor o problema para conscientizar a todos sobre ele.

O terceiro parágrafo discorre sobre o desafio da negligência do Estado. A fim de sustentar esse ponto de vista, é citada outra autoridade: o sociólogo Zygmunt Bauman, que, a partir do termo “Instituição Zumbi”, defende que há entidades que não cumprem seus papéis estabelecidos. Analisa-se, então, que o Poder Executivo não desempenha sua função ao não garantir a dignidade a todo profissional, como as trabalhadoras que atuam cuidando de outros indivíduos, o que estabelece relação entre a discussão e o tema abordado.

O texto finaliza com duas propostas de intervenção voltadas a resolver os desafios discutidos na argumentação. A primeira proposta apresenta os cinco elementos necessários: agente (“Ministério da Cidadania”), detalhamento do agente (“responsável por políticas cidadãs”), ação (“deve propagar dados e pesquisas que revelem a gravidade do esquecimento sofrido pelas cuidadoras”), meio (“plataformas midiáticas de destaque”) e finalidade (“atingir o maior contingente possível e conscientizá-lo”). Embora seja primordial apenas uma proposta completa para nota máxima na Competência V, ainda há uma segunda proposta, que também está completa e colabora, principalmente, para um projeto de texto estratégico: agente (“coletividade”), meio (“intermédio do Ministério Público”), ação (“cobrar do Governo Federal ações efetivas de proteção ocupacional às empregadas domésticas”), finalidade (“promover o labor digno a esses indivíduos”) e detalhamento da finalidade (“a acolhida da nova geração de pessoas de terceira idade poderá ser efetiva”). Destaca-se que a frase de fechamento do texto se articula ao início do texto, evidenciando o planejamento da redação, como também pode ser considerado mais um detalhamento da finalidade.



Beatriz Medeiros dos Santos Tudella (ela/dela)

19 anos | Salvador - BA | @_biatudella

"O filme "Que horas ela volta?", produzido pela "Globo", retrata a história de Val, uma mulher que durante toda a sua vida se dedicou a cuidar da família e da casa de seus empregadores. Durante a trama, é revelada a maneira hostil como a personagem é tratada, deixando de receber o pagamento pelo seu trabalho e a valorização pelo seu esforço. Fora do espectro ficcional, a valorização do trabalho de cuidado realizado pela mulher ainda não ocorre de forma eficaz, contribuindo para que a situação permaneça na invisibilidade. Sendo assim, cabe analisar o óbice com foco na desvalorização histórica desse tipo de atividade e na omissão governamental.

Diante desse cenário, é peremptório apontar a herança histórica como causa principal da invisibilidade feminina no que se refere ao trabalho de cuidado. Nesse viés, a obra "Casa Grande e Senzala", escrita por Gilberto Freire, aborda o Período Colonial brasileiro, no qual as escravas se dedicavam, majoritariamente, à função de cuidar da família dos senhores de engenho, sem receber nenhum tipo de pagamento por essa atividade. Nesse sentido, é lamentável evidenciar que essa estrutura social arcaica ainda perdura no Brasil pós-moderno, visto que, segundo dados do IBGE, a maior parte dos brasileiros que se dedicam ao trabalho de cuidado são mulheres que, ou não recebem pagamento por isso, ou são extremamente mal remuneradas. Desse modo, o fator histórico de construção da sociedade brasileira representa um legado que tem como consequência a invisibilização da figura feminina, sobretudo aquela que se dedica ao cuidado, dificultando a resolução da problemática.

Somado a isso, é fulcral denunciar a postura inerte do Estado brasileiro, que contribui para a manutenção dessa desvalorização na sociedade. Nesse contexto, o filósofo inglês John Locke, participante do movimento contratualista, defende que o governo deve cumprir o "Contrato Social", ou seja, deve garantir a proteção e a dignidade de toda a sociedade. Contudo, ao estudar a atual conjuntura nacional, evidencia-se uma divergência entre o modelo de governo proposto pelo teórico e a atuação do poder público no país, uma vez que essa esfera de poder não elabora medidas eficientes de apoio às mulheres que trabalham com o cuidado e não destina recursos para que essa parcela social exerça seu papel de forma digna. Assim, é imperioso que as autoridades se mobilizem para mitigar essa mazela social.

Ante o exposto, fica evidente a necessidade de estratégias para atenuar a problemática. Para tanto, urge que o Ministério do Trabalho - pasta do Executivo - elabore, por meio de um projeto de lei, um programa de suporte destinado às mulheres que trabalham com os afazeres domésticos. Esse programa deve destinar verbas, provenientes do Tribunal de Contas da União, à essa parcela populacional, para que sua função seja exercida com a dignidade e o reconhecimento necessários. Espera-se, com essa medida, a tirada do trabalho de cuidado feminino da invisibilidade e, portanto, afastar a figura da mulher de realidades como a do filme "Que horas ela volta?".



Comentário

O texto produzido pela participante demonstra domínio da modalidade escrita da língua portuguesa a partir do emprego de estrutura sintática excelente com subordinações e termos intercalados (por exemplo, linhas 1 a 2, 9 a 11, 20 a 23). O mesmo ocorre quanto ao domínio das convenções de escrita, já que apenas apresenta o uso inadequado da crase em “[...] destinar verbas[...] à essa parcela populacional” – que não deveria ser empregada antes do pronome demonstrativo “essa”. Em relação aos elementos coesivos, há presença expressiva, diversificada e constante ao longo de todo o texto na articulação dos parágrafos, como “somado a isso” e “ante o exposto”, e na articulação dos períodos, como “sendo assim”, “nesse viés”, “nesse sentido”, “desse modo”, “contudo”, “assim”.

Com abordagem completa do tema, a participante inicia o texto com menção ao filme “Que horas ela volta?”, articulado diretamente à temática, por explicar que a trama representa o cenário de desvalorização do trabalho doméstico e de cuidado exercido por uma personagem. Destaca-se que o paralelo entre o repertório artístico se materializa por meio do uso do elemento coesivo (“fora do espectro ficcional”), essencial no estabelecimento da analogia entre ficção e realidade. Após estabelecer essa ligação, a participante determina seu ponto de vista em que aponta duas causas as quais acarretam os desafios para a invisibilidade do trabalho de cuidado da mulher: “desvalorização histórica desse tipo de atividade” e “omissão governamental”. Essa delimitação clara é primordial para construção de um projeto de texto estratégico.

A fim de analisar a primeira causa destacada, o texto parte do contexto histórico representado na obra “Casa Grande e Senzala”, escrita por Gilberto Freire. Tal menção situa o Período Colonial no Brasil com intuito de demonstrar o histórico de desvalorização dos cuidados realizados pelas mulheres e, desse modo, sustentar que essa problemática é perpetuada na sociedade pós-moderna. Em seguida, dados do IBGE, citados no Texto II da proposta, são explicados e articulados às ideias presentes no Texto I, que apresenta a má remuneração do trabalho de cuidado. Nesse sentido, observa-se que a apropriação adequada das informações da coletânea de textos, sem cópia, pode contribuir para desenvolvimento do argumento.

No terceiro parágrafo, a participante evidencia a falta de ação do Estado, o que colabora para a desvalorização do trabalho de cuidado. Para fundamentar essa causa, evidencia-se a teoria do contrato social, defendida pelo filósofo inglês John Locke, o qual determina que o governo deve garantir a dignidade da sociedade. Tal ideia é contraposta ao que ocorre de fato no poder público, e, desse modo, faz-se oposição da teoria à realidade social. Finaliza-se o argumento com destaque para a importância da mobilização de autoridades com objetivo de resolver o problema.

O parágrafo de conclusão, por fim, apresenta uma proposta de intervenção completa composta por: agente (“Ministério do Trabalho”), detalhamento do agente (“pasta do Executivo”), ação (“um programa de suporte destinado às mulheres que trabalham com os afazeres domésticos”), meio (“projeto de lei”) e finalidade (“destinar verbas, provenientes do Tribunal de Contas da União, à essa parcela populacional”). Há um segundo detalhamento, desenvolvido por meio do desdobramento da finalidade (“a tirada do trabalho de cuidado feminino da invisibilidade e, portanto, afastar a figura da mulher de realidades como a do filme “Que horas ela volta?”). Além de finalizar uma medida completa, articulada à discussão proposta, a frase que encerra o texto retoma o filme mencionado no primeiro parágrafo, o que arremata o projeto de texto estratégico.



Caroline Oliveira (ela/dela)

21 anos | Goiânia - GO

"Na Grécia Antiga, berço das civilizações ocidentais, a mulher era excluída da cidadania ateniense, fato que reflete a marginalização da figura feminina na população da época. Essa herança excludente se perpetuou ao longo dos séculos e exerce considerável influência na sociedade contemporânea, em especial, no que tange à invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil, problemática que se materializa na sobrecarga laboral e na reduzida remuneração. Por essa razão, é preciso discutir os desafios para o enfrentamento da adversidade em questão: a negligência do Estado e a omissão da comunidade.

De início, cabe pontuar que a inoperância do governo, expressa na falta de políticas públicas voltadas à valorização da cuidadora de idosos, por exemplo, constitui um bloqueio ao combate da invisibilidade desse ofício. Sem dúvidas, isso ocorre, pois a escassez de fiscalização em clínicas de repouso da terceira idade para averiguar as condições de trabalho das cuidadoras sedimenta o descaso do Estado em exercer seu papel administrativo, já que o excesso de carga laboral vivenciado por elas ceifa o direito à dignidade humana, previsto no artigo primeiro da Carta Magna de 1988. Sob essa ótica, as condições impróprias de ofício são normalizadas no cotidiano pela inobservância governamental e as mulheres, historicamente segregadas da atenção estatal, são ainda mais invisibilizadas na execução de suas funções. Logo, a ineficiência do poder público dificulta o enfrentamento do problema abordado.

Além disso, vale ressaltar que a omissão da população, ao ignorar a desvalorização salarial de trabalhadoras de cuidado, como o zelo doméstico, solidifica os empecilhos para coibir a invisibilidade dessa temática. De fato, esse cenário ocorre a partir da indiferença social, conduta que despreza as mazelas alheias – consideradas irrisórias –, de modo a alicerçar a carência de notoriedade do ofício, bem como suas defasagens salariais enfrentadas por aquelas que limpam e cozinham, por exemplo. Sob essa perspectiva, além do preconceito de gênero histórico, as mulheres cuidadoras são secundarizadas do olhar social atual, confirmando a citação do romancista Juan Montalvo, para o qual "não há nada mais duro do que a suavidade da indiferença", uma vez que o descaso de remuneração se mantém pela falta de debates sociais acerca do problema. Portanto, a inação coletiva é um desafio.

Em suma, o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil tem como desafios a negligência do Estado e a omissão da coletividade. Para mitigar esses entraves, o Ministério Público deve exigir maior exercício constitucional do Estado, por meio de fiscalizações nas clínicas de repouso – haja vista as cuidadoras vítimas da sobrecarga trabalhista serem alijadas do direito à dignidade –, a fim de conferir maior valorização a essa classe. Ademais, a sociedade deve superar as amarras da indiferença social para combater a falta de notoriedade do cuidado de um grupo vitimado desde a antiga Grécia."



Comentário

A participante apresenta excelente domínio da norma padrão, com raro desvio (ao escrever “irrizória” com “z” em vez de “s”) e com mobilização de estruturas sintáticas complexas, o que é bastante evidente, por exemplo, no início do segundo parágrafo, com uma oração subordinada reduzida e intercalada (“expressa na falta de políticas públicas voltadas à valorização da cuidadora de idosos”) e no terceiro parágrafo, em que, num curto intervalo, entre as linhas 21 e 24, há uso de oração intercalada (“além do preconceito de gênero histórico”) seguida de subordinações (“para o qual não há nada mais duro do que a suavidade da diferença”; “uma vez que o descaso da remuneração se mantém pela falta de debates sociais acerca do problema”). Esses dois fatores expressam o ótimo desempenho na avaliação da Competência I.

Além disso, o uso produtivo e cuidadoso dos recursos coesivos garante fluidez na leitura e assertividade nas relações traçadas entre as informações, as ideias e as opiniões. Esses recursos aparecem tanto entre os parágrafos do texto (“de início”; “além disso”; “em suma”), quanto dentro deles, apresentando uso de conectivos variados e recorrentes em todos os parágrafos. Há uso da coesão referencial (“essa herança excludente”, na linha 2; “isso ocorre”, na linha 9; “dessa temática”, na linha 17; “esses entraves”, na linha 26) nos quatro parágrafos, bem como de coesão sequencial, que dá movimento ao raciocínio (“por essa razão”, na linha 5; “já que”, na linha 11; “uma vez que”, na linha 23” e “a fim de”, na linha 29, são apenas alguns exemplos entre outros vários). Assim, a Competência IV também é avaliada com nota máxima.

Do ponto vista estrutural, é traçado um caminho introdutório que apresenta o assunto de um modo mais geral (exclusão da mulher), para em seguida delimitar o tema (a invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher) e, enfim, apresentar um posicionamento claro sobre o recorte temático em específico (desafios para o enfrentamento dessa invisibilidade), o qual é subdividido em dois aspectos centrais (“negligência do Estado” e a “omissão da comunidade”), que serão retomados e desenvolvidos nos parágrafos seguintes. Cabe ressaltar a abordagem temática focada no trabalho de cuidado mal remunerado no lugar de uma abordagem mais generalizada, o que era uma possibilidade permitida pela proposta de redação, conforme já indica o primeiro dos textos motivadores. A redação se revela, ainda, fruto de um planejamento prévio bastante seguro, manifesto textualmente não só na estrutura coesa e nas escolhas vocabulares precisas, como também no uso de repertório sociocultural condizente com o tema e bem articulado à discussão específica levantada no texto.

De início, a participante faz uso de um repertório histórico, com a menção à exclusão sofrida pelas mulheres de um modo mais geral, para destacar que ela influencia as novas dinâmicas sociais (entre elas, a do tema em questão) ao se perpetuar ao longo do tempo. Essa menção à condição da mulher na Grécia Antiga é bem articulada justamente porque são usados recursos linguísticos que constroem as conexões necessárias: aponta-se que o local é “berço da civilização ocidental”, portanto, dialoga com nossa cultura, e que há uma “herança excludente” que se perpetua e se manifesta na “invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher”. Vale destacar que a escolha desse repertório histórico é atrelada à perspectiva adotada no terceiro parágrafo do texto, em que se argumenta sobre “a omissão da população solidificar os empecilhos para coibir a invisibilidade” desse tipo de trabalho, conectando-se os elementos culturais às



raízes históricas. Não é à toa que a participante usa, no meio do parágrafo, a frase "além do preconceito de gênero histórico", recuperando a estratégia inicial do texto para ratificar a relevância do enraizamento dessa cultura excludente.

Outra estratégia importante a se destacar é a menção, no segundo parágrafo, à Carta Magna, documento que fundamenta a república brasileira atual. Usar esse repertório para reforçar a insuficiência estatal foi um recurso produtivo, dado que um direito resguardado pelo Estado (o da dignidade humana) está sendo ferido, o que pressupõe alguma responsabilidade dessa instituição social. Esse argumento, ademais, não é puramente retórico, uma vez que a participante acrescenta à lógica traçada fatores concretos que corroboram seu posicionamento, a partir da indicação de que não há fiscalização suficiente a respeito das condições de trabalho das cuidadoras, além do apontamento das consequências decorrentes dessa insuficiência, como a problemática normalização de uma condição imprópria de trabalho. Destaca-se, também, que as escolhas feitas pela participante são coerentes com a abordagem inicial a respeito do trabalho de cuidado, isto é, o foco da argumentação continua sendo o trabalho de cuidado mal remunerado e não aquele realizado sem remuneração.

O uso de exemplos pertinentes ao tema e sobretudo à discussão específica elaborada na redação se dá também no terceiro parágrafo. Nele, desenvolve-se a ideia de que há uma falta de remuneração adequada ao trabalho de cuidado, situação mantida, segundo a participante, pela ausência de maiores debates sobre o tema na sociedade brasileira. De fato, tanto a remuneração quanto a ausência de debates podem ser entendidas como questões sociais que se colocam como desafios para o enfrentamento do problema. Todas essas características garantem um texto seguro nas notas das Competência II (por conta do uso produtivo de repertório e da abordagem adequada ao tema, dentro dos limites estruturais da dissertação argumentativa) e III (pelo projeto de texto estratégico e desenvolvimento produtivo dos argumentos).

Por fim, o parágrafo de conclusão aponta para medidas possíveis para mitigar a problemática trabalhada ao longo do texto. Há uma primeira proposta de intervenção completa, com a apresentação de um agente ("Ministério Público"), uma ação ("exigir maior exercício constitucional do Estado"), um meio ("fiscalizações nas clínicas de repouso"), um detalhamento do meio, a partir de uma justificativa para ele ("haja vista as cuidadoras vítimas da sobrecarga trabalhista serem alijadas do direito à dignidade") e uma finalidade ("conferir maior valorização a essa classe"). Há, ainda, outra breve proposta de intervenção ("a sociedade deve superar as amarras da indiferença social para combater a falta de notoriedade do cuidado de um grupo vitimado desde a antiga Grécia"). Destaca-se, por fim, a existência de um claro vínculo entre as propostas escolhidas e os desafios específicos discutidos no texto, o que também solidifica a unidade textual, evidenciando mais uma vez o caráter estratégico de todo o projeto argumentativo.



Catharina Simões (ela/dela)

17 anos | São Paulo - SP | @cathsimoes

"O trabalho de cuidado se mostra necessário na medida em que é o responsável pelo zelo de crianças, idosos, pessoas com deficiências e afazeres domésticos. Entretanto, nota-se, na comunidade brasileira, a invisibilidade desse serviço e seu protagonismo majoritariamente feminino. Isso ocorre por duas causas principais: o baixo prestígio social estigmatizado a essas tarefas e as convenções de gênero estabelecidas pela sociedade brasileira.

A princípio, o prestígio social de um trabalho é um fator importante para a determinação de seu reconhecimento e remuneração. Nesse raciocínio, atividades de cuidado são estigmatizadas dentro do corpo social como inferiores e discriminadas pelo seu baixo nível de escolaridade. Isso acontece, pois com a predominância do capitalismo no ocidente e a Revolução Tecnológica introduzida a partir da 3ª Revolução Industrial no mundo contemporâneo, houve a crescente valorização de serviços de alto grau de especialização e nível acadêmico. Dessa forma, atividades de baixo ou nenhum valor tecnológico, como o trabalho do cuidado ou tarefas domésticas, foram socialmente marginalizadas em escala global.

Além disso, percebe-se a predominância de mulheres na realização de serviços de assistência. Essa é uma realidade que demonstra que as transformações sociais ocorridas no Brasil não foram suficientes para desconstruir convenções de gênero e seus papéis sociais, pois atividades relacionadas ao cuidado e de cunho doméstico são predominantemente associadas a mulheres. Como exemplificação, "A Hora da Estrela", de Clarice Lispector, retrata esse cenário pela personagem Macuabé, nordestina que trabalha como empregada doméstica no Rio de Janeiro. Descrita ao longo da narrativa como pequena e invisível, ausente de acontecimentos ou importância em sua própria história, Clarice representa, dessa maneira, a invisibilidade e o preconceito da sociedade brasileira pelas mulheres que realizam o trabalho do cuidado e seus desafios.

Portanto, é necessária a aplicação de medidas para o enfrentamento da desvalorização do trabalho de cuidado no Brasil. Para isso, o Governo Executivo Federal deverá realizar ações de combate à desigualdade social sofrida por essa atividade, por meio de políticas de valorização do serviço de assistência, como a validação legal dessa prestação como trabalho remunerado e a obrigatoriedade do pagamento do salário mínimo. Assim, o Brasil se tornará um país que enxerga e prioriza todos os tipos de serviços."



Comentário

A redação se destaca, de início, pela demonstração de um ótimo domínio da norma padrão e pela seleção vocabular adequada ao gênero textual. Há raros desvios de paralelismo* nas linhas 7 (o adequado seria “determinação de seu reconhecimento e de sua remuneração”) e 12 (o adequado seria “o trabalho do cuidado ou as tarefas domésticas”) e de escolha vocabular na linha 8 (troca de “discriminadas” por “discriminadas”), além da falta de uma vírgula para isolar o adjunto adverbial na linha 9 (“isso acontece, pois com a predominância do capitalismo”). Destaca-se, também, a presença de estruturas sintáticas complexas, como intercalações (“na comunidade brasileira”, na linha 2), subordinações (nas linhas 9 e 16, por exemplo) e inversões (exemplo das linhas 19 e 20). Somados, esses fatores garantem o ótimo desempenho na Competência I.

Ainda no destaque para o uso da linguagem, evidencia-se a presença expressiva de recursos coesivos ao longo de toda a redação, tanto para construir relações de sentido, dando sequência à argumentação, quanto para realizar retomadas e conferir fluidez ao texto, evitando também repetições desnecessárias. Esse uso se dá no interior dos parágrafos, de modo a tornar evidente a construção dos raciocínios, e entre os parágrafos, garantindo a progressão textual. Mesmo com raras repetições (como no caso do pronome “isso” e da conjunção “pois”), não há prejuízo para o entendimento da leitura ou para sua fluidez, o que, em paralelo à constância de acertos, ratificam a avaliação com nota máxima na Competência IV.

Quanto à estratégia textual, mais especificamente a partir da seleção das informações e do repertório a ser utilizado, o texto também cumpre as expectativas da prova, na medida em que realiza o projeto textual subjacente à redação de maneira coerente e produtiva. No segundo parágrafo, em que o primeiro argumento é elaborado, a participante traça um raciocínio lógico amparado na análise do valor que cada trabalho compartilha socialmente, considerando o contexto em que o tema se insere. Ao atribuir o reconhecimento e a remuneração de um trabalho ao seu prestígio social e ao destacar que, no mundo contemporâneo (capitalista e tecnológico), esse prestígio se direciona aos serviços de alto grau de especialização acadêmica, o reconhecimento do que leva à baixa valorização do trabalho de cuidado fica bastante evidente e consistente, dado que essa é uma atividade de “baixo ou nenhum valor tecnológico”. Nota-se, portanto, o uso de um repertório histórico-social para o embasamento de um raciocínio lógico, demonstrando, assim, habilidades fundamentais para a boa avaliação nas Competências II e III.

O terceiro parágrafo mostra também uma autora atenta, ao expandir as informações já presentes nos textos motivadores. Nesse parágrafo, a participante não apenas reconhece e reafirma que o trabalho de cuidado é realizado majoritariamente por mulheres, mas traça inferências a partir desse fato. Por exemplo, ao dizer que “as transformações sociais ocorridas no Brasil não foram suficientes para desconstruir convenções de gênero e seus papéis sociais”, verifica-se um cuidado em considerar que o mundo atual não é o mesmo de outros tempos e é consenso que houve avanços sociais, porém, insuficientes, o que ratifica a relevância da discussão em questão. Uma vez que o parágrafo anterior já consolidou que o trabalho de cuidado é pouco valorizado, agora o leitor pode entender por que é problemático que ele siga exercido majoritariamente



por mulheres: reforça a ligação de um trabalho desprestigiado a um gênero e a um papel social predeterminado. Para elucidar ainda mais o argumento, resgata-se a marcante personagem da literatura brasileira Macabéa (grafada no texto como “Macuabé”, o que não gera problema algum para o entendimento e não diz respeito a um problema gramatical, e sim mera confusão na lembrança do nome), do livro "A Hora da Estrela" de Clarice Lispector. A referência é usada como ilustração de que o vínculo elaborado anteriormente (entre o trabalho invisível e a mulher, principalmente de um contexto de pobreza material) também acaba privando indivíduos de suas liberdades e de suas possíveis relevâncias sociais: Macabéa era "ausente de acontecimentos ou importância em sua própria história".

Essas relações traçadas no texto garantem sua progressão de forma plena e produtiva. A conclusão irá, então, amarrar os pontos em função de uma proposta de intervenção coerente com o que foi elaborado, de modo a validar a unidade textual por completo. O fato de haver de modo bem delimitado cada um dos elementos exigidos para compor uma proposta detalhada, com uso de agente ("Governo Executivo Federal"), ação ("deverá realizar ações de combate à desigualdade sofrida por essa atividade"), meio ("por meio de políticas de valorização do serviço de assistência"), detalhamento do meio a partir de sua exemplificação ("como a validação legal dessa prestação como trabalho remunerado e a obrigatoriedade do pagamento do salário mínimo") e finalidade ("Assim, o Brasil se tornará um país que enxerga e prioriza todos os tipos de serviços.") permite que a redação seja facilmente avaliada com a nota máxima na Competência V.

**Vale destacar que, quando um artigo é utilizado antes de um substantivo em uma construção sintática, é preciso empregar artigo antes de todos os outros substantivos que apresentam a mesma função sintática (paralelismo sintático), até mesmo em momentos em que há contração de preposição + artigo.*



Dandara Amaral Alcântara (ela/dela)

18 anos | Salvador - BA | @dandaramaraal

"Na canção "Mulheres de Atenas", do músico Chico Buarque, retrata-se o cotidiano subserviente da mulher ateniense em uma sociedade estruturada pelo patriarcado, de modo que a sua existência é resumida à procriação e ao cuidado do lar. Analogamente à música aludida, evidencia-se que tais papéis de gênero continuam presentes no Brasil. Assim, mimetiza-se a invisibilização do ofício de cuidado realizado pela mulher em decorrência da lógica patriarcal e da informalização do trabalho de cuidado.

Diante do exposto, observa-se que as construções de gênero são perpetuadas pelo patriarcado. À vista disso, em consonância com Simone de Beauvoir, escritora francesa, não se nasce mulher, mas se torna uma. Sob essa perspectiva, reforça-se que as relações interpessoais são estruturadas nas funções socioculturais atribuídas aos gêneros masculino, o qual exerce atividades consideradas relevantes para a população, e feminino, o qual, em sua maioria, executa trabalhos imprescindíveis para a manutenção social, mas que são invisibilizados pela lógica patriarcal. Dessa forma, os ofícios de cuidado realizados por mulheres são pouco valorizados e, conseqüentemente, precarizados.

Em paralelo a isso, nota-se uma relação direta entre informalização do trabalho de cuidado feito por mulheres e sua precarização. Sob esse viés, durante o mandato presidencial do Getúlio Vargas, foi criada a Carteira de Trabalho, documento o qual formalizou e, como consequência, assegurou dignidade às relações trabalhistas. Isso posto, evidencia-se que o não reconhecimento do ato de cuidar de pessoas e do lar como um trabalho que requer esforço, tempo e dedicação vulnerabiliza milhares de mulheres, uma vez que não as garantem suporte financeiro, bem como não contabilizam para as suas aposentadorias.

Depreende-se, portanto, que o patriarcado e a informalização do trabalho de cuidado são problemáticas que carecem de medidas efetivas para serem mitigadas. Nesse sentido, para que haja o enfrentamento constante de tais desafios, é elementar que o Poder Legislativo, aliado ao Ministério do Trabalho, formalize o ofício doméstico exercido por incontáveis brasileiras, por meio de uma lei, a qual reconheça na Carteira de Trabalho tal exercício. Dessa forma, serão assegurados às mulheres os direitos trabalhistas e a redução da precarização do ofício. Ademais, urge que o Ministério das Comunicações promova campanhas, através das redes sociais, a qual fomente o fim da lógica patriarcal. Somente assim, a realidade brasileira será dessemelhante à ateniense."



Comentário

Nesta redação, há boas escolhas lexicais e dois desvios de concordância verbal, um identificado entre as linhas 18 e 22 ("o não reconhecimento do ato [...], uma vez que não as garantem suporte financeiro, bem como não contabilizam para as suas aposentadorias") e outro na linha 30 - participante usa os singulares "a qual" e "fomente" quando deveria ter escrito "as quais" e "fomentem", uma vez que o sujeito da frase é "campanhas". Há, também, bom uso dos elementos coesivos entre os parágrafos e no interior deles. No segundo parágrafo, por exemplo, foram usados elementos adequados e numa sequência que conduz a lógica argumentativa, a saber, "Diante do exposto" na linha 7 (para remeter ao conteúdo da introdução), "À vista disso", "Sob essa perspectiva" e "Dessa forma" (linhas 8, 9 e 13).

O bom projeto de texto, avaliado na Competência III, se destaca entre as qualidades dessa redação nota mil. É possível percebê-lo na inteligente leitura dos textos de apoio e na escolha estratégica dos repertórios socioculturais que, de forma bastante organizada, ajudam a condução do raciocínio argumentativo. Cabe notar que, ao trazer a música de Chico Buarque para contextualizar o tema da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil na introdução, a participante não reproduz versos da canção, mas prefere fazer uma síntese do conteúdo da letra do cantor e compositor brasileiro. Essa escolha se faz pertinente porque a estratégia é justamente mostrar que a síntese de sentido da música se conecta diretamente com o comportamento da sociedade, que é o de reduzir a figura feminina à procriação e ao cuidado do lar. Vale destacar que esses fatores de apoucamento da figura feminina estavam denunciados no terceiro texto motivador e foram muito bem aproveitados pela participante.

Além disso, é a partir desse repertório que aparece a primeira linha argumentativa do texto: essa redução tem caráter histórico. Desde Atenas até a realidade presente, as mulheres ainda estão envolvidas numa estrutura patriarcal que as mantém subservientes e, então, invisíveis. Esse fio argumentativo, inclusive, é arrematado no final do texto quando, na última linha e após a proposta de intervenção, a participante ressalta como as ações propostas são fundamentais para que o curso da história se modifique e a realidade se torne dessemelhante à das "Mulheres de Atenas".

A histórica lógica patriarcal como causa do problema da invisibilização é desdobrada nos parágrafos subsequentes conectada à informalização do trabalho de cuidado. A filósofa francesa Simone de Beauvoir é a autoridade evocada na construção do argumento de que a sociedade estrutura as funções sociais dos gêneros, de modo que, à mulher, ficam reservados os papéis secundários. No parágrafo seguinte, um dado histórico (a criação da Carteira de Trabalho no governo Getúlio Vargas) é o repertório sociocultural escolhido para construir o argumento de que o trabalho de cuidado é tão invisível que não foi observado na criação da lei e, portanto, precisa ser visto, ou seja, uma lei precisa ser criada para reverter esse quadro.

A participante encaminha o seu texto para a exposição da proposta de intervenção, que estabelece um diálogo direto com a argumentação desenvolvida no corpo do texto. Ainda que duas propostas sejam apresentadas, apenas uma delas está completa: agente ("o Poder Legislativo, aliado ao Ministério do Trabalho"), ação ("formalize o ofício doméstico exercido por incontáveis brasileiras"), meio ("por meio de uma lei"), finalidade ("Dessa forma, serão assegurados às mulheres os direitos trabalhistas e a redução da precarização do ofício") e detalhamento da finalidade ("Somente assim, a realidade brasileira será dessemelhante à ateniense.").



Francisco Roney (ele/dele)

20 anos | Fortaleza - CE | @roneycoelho

"A Constituição Federal, promulgada em 1988, foi esboçada com o objetivo de delinear direitos básicos para todos os cidadãos — como condições satisfatórias de trabalho. Contudo, hodiernamente, esse postulado constitucional é deturpado, visto que o contato com a área trabalhista, por meio do trabalho de cuidado realizado por mulheres, se encontra na invisibilidade e não efetivado na sociedade nacional. Acerca disso, para discutir a questão de maneira ampla, hão de ser analisados os seguintes fatores: as desigualdades no acesso à informação e a inobservância governamental.

Em primeiro âmbito, é válido perceber o panorama de assimetria social como fator potencializador da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil. Segundo Ariano Suassuna, ilustre pensador brasileiro, o território nacional está dividido em dois países distintos: o dos privilegiados e o dos despossuídos. Sob essa lógica, o autor faz um alerta a respeito da desigualdade de renda, de oportunidades e de acesso à informação vigente no Brasil. Nesse sentido, parcela da população feminina, majoritariamente jovem e preta, padece frente à carência de informações relacionadas às garantias de assistência previstas para esse setor trabalhista, pois tem dificuldade em obter meios de comunicação, como o aparelho celular, pelo custo elevado. Esse cenário potencializa a invisibilidade do trabalho de cuidado, tendo em vista que a desinformação permite que muitas mulheres fiquem passivas e inativas na busca por seus direitos, ocasionando, conseqüentemente, explorações em jornadas de trabalho exaustivas, muitas vezes, não remuneradas. Dessa maneira, por não reconhecer a importância da assistência e da regulamentação do trabalho, por exemplo, muitas mulheres assumem trabalhos de cuidado sozinhas e na informalidade,— conduta que dá margem à formação de diversos problemas, como desgastes físicos e psicológicos, dificultando, assim, o combate à invisibilidade do trabalho de cuidado. É essencial, então, a difusão de informações sobre a assistência para esse setor laboral.

Outrossim, cabe enfatizar a negligência governamental como um dos principais fatores que viabilizam a invisibilidade do trabalho de cuidado no tecido social. Nesse aspecto, por não investir suficientemente na criação e na implementação de projetos que fiscalizem e promovam assistências para as trabalhadoras de cuidado, o país omite esse impasse do meio comunitário e permite, dessa forma, a continuidade desse infeliz cenário de exploração feminina. Nessa perspectiva, como afirmou o filósofo Gilberto Dimenstein, em sua obra “Cidadão de Papel”, a legislação brasileira é ineficaz, dado que, embora aparente ser completa na teoria, muitas vezes, não se concretiza na prática. Prova disso é a escassez de políticas públicas satisfatórias voltadas para a aplicação do Artigo 23 da “Constituição Cidadã”, que garante, entre tantos direitos, condições dignas e satisfatórias de trabalho. Sob esse viés, evidencia-se que a pouca atuação do Estado no que concerne à garantia de condições laborais dignas para as mulheres possibilita, de certa forma, a existência de várias “cidadãs de papel” no Brasil, uma vez que, embora um ambiente de trabalho satisfatório seja um direito constitucional, muitas mulheres sofrem com a falta de assistência ao realizar trabalhos de cuidado. É preciso, pois, como alternativa ao enfrentamento da



invisibilidade do labor de cuidado, a reformulação dessa postura estatal.

Portanto, é nítido que o debate sobre os desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil é relevante e precisa ser difundido. Para tanto, urge que as instituições educacionais, a exemplo de escolas e faculdades, promovam, por meio de verbas governamentais, campanhas e palestras em espaços públicos, validando a importância da valorização do trabalho de cuidado e informando as garantias assistenciais desse setor para a sociedade, visando garantir a construção de uma mentalidade crítica na coletividade. Ademais, cabe ao Ministério do Trabalho desenvolver, em parceria com o Ministério da Mulher, fiscalizações em ambientes de trabalho de assistência, aspirando mitigar formas de exploração de laborais de cuidado. Quiçá, nessa via, tornar-se-á notável a amenização do infortúnio, e a Constituição será cumprida de forma precisa."

Comentário

O trabalho com a modalidade formal da língua portuguesa, além da completude da argumentação são os pontos de relevância dessa redação nota mil. O participante saiu-se bem nos dois aspectos porque soube manejar com qualidade os recursos linguísticos e, assim, comunicar claramente seu posicionamento acerca do enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil. Apesar de uma certa recorrência da palavra satisfatório, é elogiável a modalização de substantivos femininos que identificam e reforçam que o problema discutido tem relação com a questão de gênero, dado que é realizado, majoritariamente, por mulheres, a exemplo do emprego de "trabalhadoras" (linha 17) e "cidadãs" (linha 22).

No que se refere aos aspectos coesivos, há diversidade no emprego e, sobretudo, boa utilização de elementos referenciais e operadores argumentativos ("portanto", "pois", "prova disso", "dessa maneira", entre outros) que contribuem significativamente para a clareza na exposição das ideias e para a defesa dos argumentos, o que resulta em uma excelente avaliação também na Competência IV.

O segundo ponto de destaque, conforme apontado anteriormente, é a completude dos argumentos. Os dois parágrafos de desenvolvimento, ou seja, segundo e terceiro parágrafos do texto, respectivamente, apresentam uma ideia-núcleo explicada e comprovada. Isso significa que o argumento está devidamente explicado e embasado. Vale ressaltar que o embasamento não acontece apenas no uso dos repertórios, mas também nos exemplos escolhidos. Além de iniciar tais parágrafos com uma frase diretamente ligada à tese, o participante a explica conectando-a a um repertório e, logo após, é adicionado um exemplo como forma de comprovar o seu ponto de vista. Para finalizar o parágrafo e, assim, completar o argumento, a última frase tem conteúdo que aponta para a necessidade de solução do problema, isto é, conecta-se à proposta de intervenção. Ao denunciar a insuficiência estatal (tese - tópico frasal do primeiro desenvolvimento) no terceiro parágrafo, o autor se apoia no dever constitucional do Estado que é repertoriado pelo livro "Cidadão de Papel". Ao explicar essa relação, ainda exemplifica com o descumprimento do artigo constitucional de número 23, finalizando o trecho com a defesa da necessidade de reformulação da postura estatal.

O participante, elaborou duas propostas de intervenção na conclusão, dado que, em sua tese, apontou para dois fatores principais como causadores do problema da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher. Com o



objetivo de solucionar a desigualdade no acesso à informação, o participante propôs que “as instituições educacionais (agente), a exemplo de escolas e faculdades (detalhamento), promovam, por meio de verbas governamentais (meio), campanhas e palestras em espaços públicos (ação), validando a importância da valorização do trabalho de cuidado e informando as garantias assistenciais desse setor para a sociedade (efeito). Com vistas a solucionar o problema da inobservância governamental, a proposta de intervenção elaborada estabelece que “cabe ao Ministério do Trabalho (agente) desenvolver, em parceria com o Ministério da Mulher (agente), fiscalizações em ambientes de trabalho de assistência (ação), aspirando mitigar formas de exploração de laborais de cuidado (efeito). Quiçá, nessa via, tornar-se-á notável a amenização do infortúnio, e a Constituição será cumprida de forma precisa (detalhamento). Assim, o fechamento do texto garante nota máxima, também, na Competência V.



Gabriela Larissa de Souza Gurgel (ela/dela)

20 anos | Natal - RN

"A filósofa contemporânea Hannah Arendt constata, por meio do conceito denominado "Banalidade do Mal", a tendência existente nas sociedades no que tange à naturalização das mazelas presentes na coletividade. Nessa vertente, percebe-se que, na realidade brasileira atual, a proposição teórica mencionada se torna evidente, sobretudo quando são considerados os entraves para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pelas mulheres. Com efeito, hão de ser analisados os principais intensificadores da temática em questão: o machismo estrutural e a omissão estatal.

Diante desse cenário, a persistência de um ideário preconceituoso contra o público feminino potencializa a desvalorização de atividades relacionadas ao cuidado. Nesse viés, cabe citar que, durante o Período Colonial, houve a estruturação da família brasileira com base em valores patriarcais, de modo a haver a restrição do papel social da mulher à reprodução e aos afazeres domésticos. No entanto, apesar do lapso temporal, tais convenções ainda estão presentes no território nacional, haja vista que, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres se dedicavam mais que o dobro de horas semanais, em 2019, em comparação aos homens, às tarefas de cuidado. Nessa linha de raciocínio, atividades desse tipo — que incluem o trabalho com crianças, idosos e pessoas com deficiência, assim como as demandas domésticas — são comumente vistas como uma obrigação feminina, mas, lamentavelmente, recebem um grau inferior de reconhecimento e de importância. Isso se torna ainda mais claro pelo fato de muitas tarefas dessa natureza serem mal pagas ou não remuneradas, o que é extremamente preocupante em um país como o Brasil — o qual apresenta, em sua Constituição Federal de 1988, o direito à dignidade laboral.

Ademais, é imperioso destacar a postura inerte do Estado brasileiro quanto à tentativa de mitigar a invisibilização que acomete a problemática. Sob tal ótica, o sociólogo polonês Zygmunt Bauman define como "Instituições Zumbi" aquelas entidades que mantêm suas estruturas vigentes, contudo não cumprem adequadamente seus papéis sociais. Nesse sentido, o aparato estatal nacional pode ser enquadrado na visão baumaniana, tendo em vista que o trabalho de cuidado colocado em prática pelas mulheres é decorrente, em muitos contextos, da intersecção de desigualdades socioeconômicas e étnicas. Dessa forma, enquanto não for combatida a conjuntura precária vivenciada por tantas meninas e mulheres, as quais se encontram, principalmente, em situação de pobreza e de vulnerabilidade, elas continuarão inseridas em um trabalho de cuidado sem o amparo estatal necessário.

Portanto, fazem-se urgentes medidas de enfrentamento aos impasses da temática supracitada. Assim, o Ministério do Trabalho e Emprego deve realizar um registro das principais áreas com presença do trabalho de cuidado. Tal iniciativa será efetivada por intermédio de profissionais do IBGE, os quais, em parceria com o Poder Executivo, irão às residências onde as mulheres exercem suas atividades e organizarão um auxílio financeiro para ajudá-las a garantir suas dignidades enquanto cidadãs. Isso poderá proporcionar melhores perspectivas de vida para o público feminino, de maneira a fragilizar o machismo e ampliar a igualdade."



Comentário

Na análise deste texto, cabe apontar o assertivo emprego da linguagem tanto nas escolhas lexicais, quanto no domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa e de seus mecanismos de coesão, fatores importantes para garantir uma boa avaliação das Competências I e IV. Já na introdução, a participante investe em expressões pouco comuns, sem que pareçam mecânicas, ou seja, ao escrever, entre as linhas 2 a 5, “por meio de”, “no que tange a”, “sobretudo quando” e “hã de ser” há a demonstração de um claro domínio da modalidade, bem como de recursos coesivos, e não do emprego artificial de expressões previamente decoradas.

Com relação aos aspectos argumentativos, a participante delimita, no final de sua introdução, uma tese, a qual apresenta dois argumentos que foram desenvolvidos no corpo do seu texto, a saber, "o machismo estrutural e a omissão estatal". Para desenvolver o primeiro argumento, vale-se de uma fonte histórica, o Período Colonial, a fim de evidenciar como a estrutura familiar tem raízes históricas. Estas são perpetuadas até agora na sociedade brasileira, tendo em vista o número de horas que as mulheres ainda dedicam ao trabalho de cuidado cotidianamente. Para finalizar a construção argumentativa, a participante evidencia que essas atividades não são valorizadas nem remuneradas, o que é contrário ao que é previsto na Constituição Federal. Há, nesta análise, o uso de dois repertórios socioculturais, que, por estarem diretamente relacionados aos argumentos, mostram-se pertinentes ao tema e produtivos e, por estarem atrelados a Áreas do Conhecimento, são também legitimados, o que assegura a nota máxima na Competência II.

O segundo parágrafo de desenvolvimento, de maneira semelhante ao primeiro, é construído a partir da relação entre um argumento e um repertório sociocultural - neste caso, o conceito de "instituições zumbi" de Zygmunt Bauman. Tal pensamento é aplicado ao descaso governamental diante da desigualdade socioeconômica e étnica às quais essas trabalhadoras estão submetidas, já que são, em geral, mulheres e meninas pobres e vulneráveis. A explicação adequada dos dois argumentos assegura nota máxima também na Competência III.

Essas problemáticas, por fim, são solucionadas através de uma única proposta de intervenção que apresenta todos os elementos: agente ("Ministério do Trabalho e Emprego"), ação ("deve realizar um registro das principais áreas com presença do trabalho de cuidado"), meio ("Tal iniciativa será efetivada por intermédio de profissionais do IBGE"), finalidade ("Isso poderá proporcionar melhoras perspectivas de vida para o público feminino") e detalhamento da finalidade ("de maneira a fragilizar o machismo e ampliar a igualdade").



Geórgia de Carvalho Cunha (ela/dela)

19 anos | Porto Alegre - RS | @_georgiacunha

"A obra literária "A vida que ninguém vê", de autoria de Eliane Brum, retrata os mais diversos personagens sociais (sobretudo as mulheres domésticas) que são invisíveis para o povo e para o próprio Estado. De maneira análoga à narrativa, a desvalorização das pessoas encarregadas do cuidado do lar e da família é um desafio enfrentado no Brasil contemporâneo, uma vez que não há um devido reconhecimento da importância dessas atividades para a economia do país. Nesse sentido, tanto a perpetuação do imaginário patriarcal quanto o descaso do governo para com essa parcela da sociedade é responsável pela invisibilidade do trabalho do cuidado realizado por mulheres no país brasileiro.

Em primeiro lugar, é impossível desvincular o contexto histórico de formação dos papéis sociais da permanente conjuntura que submete a mulher ao serviço doméstico. Desde os primórdios da humanidade - no período dos homens da caverna, por exemplo - o sexo masculino era designado às tarefas de caça, e o sexo feminino, enquanto isso, deveria cuidar dos filhos e dos afazeres do lar. A despeito de todo o progresso científico e humanitário, esse imaginário patriarcal ainda vigora no Brasil da atualidade, de maneira que as convenções de gênero continuam delegando o trabalho do cuidado, majoritariamente, às mulheres. Nesse contexto, as meninas são, desde pequenas, ensinadas a ajudar nos serviços de casa, sendo que, em comunidades mais pobres, essa já é uma responsabilidade de fato para elas. Isso se deve à normatização do papel atribuído à mulher na sociedade - reclusa em casa para ordenar o lar e para assistir a família -, que ocorreu de tal forma que hoje o trabalho de cuidado é invisível aos olhos do corpo social e, por conseguinte, desvalorizado por ele.

Outrossim, o descaso do governo frente à economia do cuidado também é um empecilho para o enfrentamento da invisibilidade do serviço doméstico realizado pela mulher no Brasil. Tendo em vista a má e, por vezes, ausente remuneração do trabalho de assistência, é evidente que o Estado, bem como o corpo social, não reconhece a necessidade desse serviço para a sociedade. Sendo assim, cria-se um cenário de desvalorização das atividades de cuidado, já que nem mesmo o governo atribui um valor digno às mulheres que se ocupam dos afazeres domésticos. Sob essa óptica, é nítida a promoção da invisibilidade das prestadoras de cuidado da casa e da família pelo próprio Estado - que não garante o reconhecimento e um salário justo a essas mulheres.

Portanto, o Ministério da Economia - responsável pelas políticas fiscais - deve, por meio de um reajuste de verbas, destinar um auxílio financeiro às trabalhadoras de cuidado, a fim de dar reconhecimento ao valor dos serviços domésticos. Além disso, a mídia deve promover uma campanha de desconstrução dos papéis de gênero, de modo que a atuação dessas mulheres não seja mais por mera convenção social. Com isso, dar-se-á visibilidade a essas personagens sociais retratadas por Eliane Brum."



Comentário

Cabe apontar primeiramente que a participante demonstrou excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, com estrutura sintática excelente e apenas dois desvios gramaticais (de regência nominal em “o descaso do governo para com essa parcela da sociedade”, quando deveria ser “o descaso do governo com essa parcela da sociedade”; de concordância verbal em “tanto a perpetuação do imaginário patriarcal quanto o descaso do governo para com essa parcela da sociedade é responsável (...)”, quando deveria ser “tanto a perpetuação do imaginário patriarcal quanto o descaso do governo para com essa parcela da sociedade são responsáveis (...)”). Quanto à estrutura sintática, cabe apontar a complexidade na construção dos períodos, com recorrência de subordinações (exemplo: “(...) o contexto histórico de formação dos papéis sociais da permanente conjuntura que submete a mulher ao serviço doméstico”). Ainda quanto à linguagem, destaca-se o excelente domínio e precisão vocabular.

Cabe ressaltar que a coesão do texto é garantida tanto pelos recursos coesivos referenciais que estabelecem a continuidade dos referentes sem repetições penalizáveis, por meio de pronomes (“Isso”, “essa”, “elas”, “ele”) e de variadas expressões lexicais (“dessas atividades”, “esse imaginário patriarcal”, “nesse contexto”, “desse serviço”, “essa óptica”, “essas personagens sociais retratadas por Eliane Brum”), quanto pelo uso expressivo e diversificado de recursos coesivos sequenciais, principalmente os do tipo operador argumentativo que estabelecem a articulação e a relação semântica entre orações, períodos e parágrafos (“uma vez que”, “tanto...quanto...”; “nesse sentido”, “a despeito de”, “por conseguinte”, “outrossim”, “também”, “bem como”, “sendo assim”, “já que”, “portanto”, “além disso”, dentre outros).

O projeto de texto estratégico fica evidente pela forma como a seleção, a relação e a organização das informações e das ideias contribuem para a defesa do ponto de vista sobre o tema. No parágrafo introdutório, há a seleção de um repertório legitimado – a referência à obra literária “A vida que ninguém vê” – e pertinente ao tema – o livro retrata a invisibilidade social e governamental de personagens sociais como as trabalhadoras domésticas. Depois de apresentar esse repertório, a participante estabelece uma analogia entre a narrativa e o tema proposto – a falta de reconhecimento da importância das pessoas encarregadas do cuidado do lar e da família. Desse modo, com essa analogia, a participante garante que o repertório seja produtivo em seu texto. Depois de estabelecer essa relação entre a contextualização e o tema proposto, a autora apresenta uma tese clara em que delimita duas causas para o problema da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pelas mulheres no Brasil: “a perpetuação do imaginário patriarcal” e “o descaso governamental”. Essa tese, por sua vez, ajuda na organização do texto, na medida em que antecipa os argumentos que são desenvolvidos nos parágrafos de desenvolvimento.

A introdução do primeiro argumento, no segundo parágrafo, apresenta claramente o ponto de vista sobre o tema que será sustentado ao longo do parágrafo: a relação entre o contexto histórico de formação dos papéis sociais e a submissão da mulher ao serviço de cuidado. Em seguida, a participante explica esse contexto histórico, fazendo alusão aos tempos dos homens das cavernas e explicando como foram divididos, nesse momento, os papéis de homens e mulheres. Depois, ela analisa como esses papéis de gênero se mantêm ao mobilizar o fato de que as meninas são ensinadas, já na infância, a ajudar nos



serviços domésticos, diferentemente dos meninos. Assim, com esse fato, ela sustenta a afirmação de que ocorre a normatização do papel de cuidado atribuído à mulher na sociedade.

No segundo argumento, colocado no terceiro parágrafo, a participante também inicia com o ponto de vista que será sustentado ao longo das próximas linhas: o descaso do governo em relação à economia do cuidado como empecilho para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pelas mulheres. No desenvolvimento do argumento, é mobilizado um fato que ajuda a sustentar o descaso do governo em relação à temática: a má ou a ausente remuneração do trabalho de assistência. Em seguida, analisa-se como esse fato evidencia como o governo não atribui valor digno às mulheres responsáveis pelo trabalho doméstico. Dessa forma, os fatos apresentados são expostos e relacionados ao ponto de vista sobre o tema, tornando, assim, a argumentação bastante consistente. Fica evidente, portanto, como a participante constrói a argumentação de forma autoral e a partir de um projeto de texto estratégico com tese clara ao final da introdução e argumentos que são organizados de forma a sustentá-la.

Por fim, na conclusão do texto, para garantir o projeto de texto estratégico, são apresentadas duas propostas de intervenção: uma relacionada com a desconstrução dos papéis de gênero estabelecidos historicamente, causa que foi discutida no primeiro argumento, e outra relacionada com a desvalorização econômica das trabalhadoras domésticas, causa discutida no segundo argumento. A primeira proposta de intervenção se mostra completa: agente (“o Ministério da Economia”), detalhamento do agente (“responsável pelas políticas fiscais”), ação (“deve (...) destinar um auxílio financeiro às trabalhadoras de cuidado”), meio (“por meio de um reajuste de verbas”) e finalidade (“a fim de dar reconhecimento ao valor dos serviços domésticos”). Há, ainda, ao final, um detalhamento da finalidade (“Com isso, dar-se-á visibilidade a essas personagens sociais retratadas por Eliane Brum”), com a retoma da contextualização de forma estratégica.



Giovanna de Freitas Heitz (ela/dela)

18 anos | Linhares - ES | @gicaffz

"Em sua música "Podres poderes", Caetano Veloso critica a política da ordem vigente no contexto pós-ditadura e expressa sua angústia diante das indefinições do futuro do país, advinda da conduta passiva de grande parcela da sociedade brasileira da época frente a problemas sociais. Infaustamente, a composição ainda é uma realidade no cenário contemporâneo, ao observar a postura inerte da população no que concerne aos desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil, de modo que a habitualidade diante desse quadro agrava tal problemática. Dessa maneira, torna-se premente analisar os principais propulsores desse problema: a falta de representatividade política e o ideal de produtividade.

Sob esse viés, é lícito postular que a carência representativa no meio político é um fator preponderante para a ocorrência desse imbróglio. Nesse sentido, o escritor José Saramago afirma tropologicamente, em sua obra literária "Ensaio sobre a cegueira", que "um governo de cegos a quererem governar cegos é o nada a pretender organizar o nada". Nesse raciocínio, a "cegueira" metafórica corresponde à conduta invisibilizadora dos representantes políticos acerca de problemas sociais, tendo em vista que parcela desses representantes é pautada em uma concepção patriarcal – ou seja, valorização do homem em detrimento da mulher – e realiza ações que são meramente mecanismos de autopromoção de seus interesses. À vista disso, tal postura indiferente dos governantes corrobora uma ordem vigente que não atende às necessidades da população feminina, que é majoritária no país, e uma invisibilização acerca do trabalho de cuidado realizado pelas mulheres, ocasionando uma carência resolutiva de ações que visem à valorização desse tipo de trabalho. Dessa maneira, é notória a necessidade de uma ordem vigente representativa para a resolução desse cenário.

Ademais, é válido ressaltar que o ideário produtivo potencializa essa adversidade. Isso ocorre porque, com o mandato do ex-presidente Vargas, difundiu-se a perspectiva de trabalho e cidadania como sinônimos, ou seja, a ideia de trabalhar é equivalente à ideia de ter cidadania, de modo a criar um ideal produtivo que perpetua até a atualidade no país. Sob essa reflexão, tal ideal de produtividade – advindo de Vargas e enraizado na população – tem como consequência a desvalorização e invisibilização de atividades essenciais consideradas não produtivas, a exemplo do trabalho de cuidado, o qual não é remunerado. Evidencia-se, portanto, que o ideário produtivo corrobora essa problemática.

Mediante o exposto, são imperiosas resoluções acerca desse quadro. Para isso, o corpo governamental deverá atuar juntamente ao Ministério do Trabalho – órgão responsável pela proteção dos direitos trabalhistas e promoção de políticas públicas voltadas para o trabalho – na criação de projetos como remuneração por parte do Estado às mulheres submetidas ao trabalho de cuidado e como campanhas informativas acerca da importância dessas atividades de cuidado para o desenvolvimento do país. Tais ações poderão ser realizadas por intermédio do Plano Nacional de Visibilização do Trabalho de cuidado, e terão como finalidade a visibilização e, consequentemente, a valorização de um serviço imperioso para o país como o trabalho de cuidado. Assim, atenuar-se-á a questão dos desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil, e a postura passiva – retratada em "Podres poderes" – da população não será mais uma realidade brasileira."



Comentário

Com a intenção de demonstrar domínio da língua portuguesa, a participante usa vocábulos pouco comuns, como “infaustamente” (linha 2), “imbróglio” (linha 7) e “tropologicamente” (linha 8); entretanto, a Competência I não é avaliada pelo refino das escolhas lexicais empregadas, mas pela ausência de desvios e de falhas sintáticas. Nesse sentido, ainda que não tenham gerado desconto de nota, há de se pontuar os poucos desvios da norma padrão presentes no texto: um de pontuação em “Tais ações poderão ser realizadas por intermédio do Plano Nacional de Visibilização do Trabalho de Cuidado, e terão” (linhas 23 e 24) e problemas de paralelismo* em “como consequência a desvalorização e invisibilização” (linha 18) e em “órgão responsável pela proteção dos direitos trabalhistas e promoção de políticas públicas” (linha 21). Há, no texto, um uso constante e diversificado de recursos coesivos, tanto entre os parágrafos (“sob esse viés”, “ademais”) quanto dentro de cada um deles (“nesse sentido”, “nesse raciocínio”, “assim”, entre outros), com uma única repetição do conectivo “dessa maneira” (linhas 5 e 14).

Quanto ao domínio do gênero, a participante desenvolve a estrutura da dissertação-argumentativa a partir de um projeto de texto estratégico, estabelece na tese – devidamente apresentada na introdução – o que será sustentado pela argumentação nos parágrafos de desenvolvimento. No caso, ela escolhe abordar as causas do problema: a “falta de representatividade política” (linha 5) e o “ideal de produtividade” (linhas 5 e 6). A conclusão do texto é marcada pela elaboração da proposta de intervenção para resolver o problema indicado na frase temática: visibilizar e valorizar o trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil.

O tema é devidamente mencionado em todos os parágrafos do texto e a participante lança mão de três repertórios socioculturais, de três áreas diferentes do conhecimento, para trabalhar o tema. Na introdução, ela retira da música “Podres Poderes”, de Caetano Veloso, a ideia de passividade de grande parcela dos brasileiros em relação a problemas sociais, relacionando essa passividade à “postura inerte da população” (linha 3) diante dos desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no país.

Para sustentar a primeira causa do problema – a “falta de representatividade política” –, ela usa uma citação do livro “Ensaio sobre a cegueira”, de José Saramago, para explicar que os representantes políticos brasileiros, predominantemente homens, são “cegos” diante dos problemas femininos, uma vez que buscam apenas a autopromoção de seus interesses, pautados em princípios patriarcais, dificultando que medidas sejam tomadas para reverter esse quadro de invisibilidade que acomete grande parte das mulheres no Brasil.

A segunda causa – o “ideal de produtividade” – é explicada com embasamento histórico: o Governo Vargas associou o trabalho à cidadania, criando um ideal de valorização da produtividade; dessa forma, atividades não consideradas produtivas, como o trabalho de cuidado não remunerado, são desvalorizadas e invisibilizadas.

Para dar visibilidade às mulheres que exercem esse trabalho de cuidado no Brasil, a participante propõe que os agentes (Governo e Ministério do Trabalho) – detalhando a função de um deles (do Ministério do Trabalho) – criem projetos



(ação) – como remunerar as mulheres que realizam o trabalho de cuidado e criar campanhas para informar sobre a importância desse trabalho (detalhamento da ação) – por meio de um Plano Nacional de Visibilização do Trabalho de Cuidado (meio), com o intuito de visibilizar (finalidade) e, consequentemente, valorizar (detalhamento da finalidade) o tão importante trabalho de cuidado. Para enfatizar sua proposta, a participante retoma a ideia de que assim, com essa medida, a passividade retratada na música “Podres Poderes” não será mais uma realidade no país.

**Vale destacar que, quando um artigo é utilizado antes de um substantivo em uma construção sintática, é preciso empregar artigo antes de todos os outros substantivos que apresentam a mesma função sintática (paralelismo sintático), até mesmo em momentos em que há contração de preposição + artigo.*



Helena Moreira Alves (ela/dela)

17 anos | Barra Mansa - RJ | @helenaalvxs

"A dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos da Constituição Federal, proposta no Artigo 1º. Esse fundamento pode ser garantido através do exercício do trabalho - que contribui para o desenvolvimento do indivíduo ao fornecê-lo condições para se sustentar na sociedade. Contudo, apesar de ser fundamento constitucional, percebe-se que, na realidade atual do país, a dignidade humana é violada pela invisibilização do trabalho de cuidado realizado por mulheres. Nesse prisma, deve-se analisar como a desvalorização do trabalho manual e a perpetuação do machismo são desafios para enfrentar essa realidade contrária à Constituição.

A princípio, cabe salientar que há uma influência cultural que explica a desvalorização do trabalho manual. Na Grécia Antiga, o trabalho braçal era considerado inferior porque os mais ricos - detentores de melhores condições de vida - eram pensadores, ou seja, eram aqueles que exerciam trabalho mental. Partindo da compreensão de que a história das sociedades ocidentais, como o Brasil, é baseada na cultura grega, é inevitável dizer que a desvalorização dos serviços braçais - como o trabalho de cuidado realizado por mulheres que limpam, lavam, cozinham e cuidam de crianças e idosos - é resultado de uma cultura elitista enraizada nas sociedades do Ocidente. Dessa forma, mudar essa realidade estrutural é uma tarefa complexa, já que envolve uma questão cultural, porém é uma ação necessária para que o elitismo não favoreça a desqualificação de certos tipos de trabalho.

Outrossim, a perpetuação do machismo é uma arma que invisibiliza o valor social das mulheres. Foucault - filósofo francês - propôs os conceitos de silenciamento e normalização, explicando que a sociedade silencia alguns assuntos para perpetuar organizações de poder e normaliza problemas sociais quando eles se tornam repetitivos. Fazendo um paralelo com os estudos do filósofo, entende-se que o machismo foi normalizado pela sociedade devido a sua perpetuação ao longo da história e silenciado pelo patriarcado que queria manter-se no poder. Um exemplo pode ser visto quando o voto foi concedido às mulheres, que, de início, precisavam ser casadas com um homem para votar. Ou seja, até num pequeno indício de liberdade, as mulheres tiveram seu valor social silenciado pelo machismo, realidade que está - negativamente - normalizada na sociedade atual.

Infere-se, portanto, que modificar essa realidade discriminatória e opressora é missão da sociedade. Logo, cabe ao Governo - administrador do país - financiar as escolas para criar projetos de valorização a todos os tipos de trabalho e às mulheres, através de palestras, a fim de romper com o elitismo e o machismo que desconsideram as cuidadoras brasileiras. Talvez, assim, as mulheres não serão mais invisibilizadas e terão sua dignidade humana garantida."



Comentário

A participante conhece plenamente as cinco competências do Enem e alcança a nota máxima em todas elas. Uma evidência desse domínio sobre a prova está no uso dos recursos coesivos: a redação tem menos recursos do que outros textos que também são nota mil, mas ainda assim a participante faz uso deles de forma diversificada, apurada, sem repetição, garantindo articulação tanto entre os parágrafos ("a princípio", "outrossim", "portanto") quanto entre as ideias dentro de um mesmo parágrafo ("contudo", "nesse prisma", "dessa forma", entre outros). Em relação à linguagem, a participante domina a norma padrão da língua portuguesa e em seu texto há apenas dois desvios: a ortografia de "invisibiliza" (linha 17) e a regência em "valorização a todos" (linha 27).

A redação foi pensada de forma estratégica, com a introdução apresentando uma tese clara, que se propõe a analisar as causas da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil: "a desvalorização do trabalho manual" (linha 6) e "a perpetuação do machismo" (linha 6). Tais causas são devidamente sustentadas pelos parágrafos de desenvolvimento e resolvidas pela proposta de intervenção no parágrafo de conclusão.

O tema está presente em todo o texto, ainda que no terceiro parágrafo não haja menção específica ao "trabalho de cuidado", mas uma abordagem da invisibilidade da mulher de forma geral. Para sustentar sua análise, a participante usa três repertórios socioculturais legitimados e produtivos, de três áreas do conhecimento diferentes.

O primeiro repertório, a Constituição Federal, é um clássico nas redações do Enem, sendo a base para estabelecer uma comparação entre a teoria e a prática: a dignidade da pessoa humana, presente nos princípios constitucionais, pode ser garantida mediante o trabalho; entretanto, há violação desse princípio no trabalho de cuidado realizado por mulheres, o qual é invisibilizado no Brasil contemporâneo.

A primeira causa desse problema – "a desvalorização do trabalho manual" – é explicada a partir de um repertório histórico: na Grécia Antiga, o trabalho braçal era inferiorizado, uma vez que o trabalho intelectual estava atrelado aos mais ricos; em seu argumento, a participante mostra a influência dessa mentalidade hoje em dia, pois o trabalho de cuidado realizado por mulheres – devidamente exemplificado em serviços como limpar, lavar, cozinhar e cuidar de crianças e idosos – sofre essa desvalorização.

A segunda causa – "a perpetuação do machismo" – é sustentada a partir das ideias do filósofo francês Michel Foucault. No texto, a participante apresenta o conceito do filósofo – "a sociedade silencia alguns assuntos para perpetuar organizações de poder e normaliza problemas sociais quando eles se tornam repetitivos" (linhas 19 e 20) – para explicar o machismo sendo silenciado para que o patriarcado se mantivesse no poder, e, dessa forma, as mulheres vêm sendo invisibilizadas porque o machismo ainda é perpetuado.

As duas causas do problema são contempladas por uma única proposta de intervenção completa no parágrafo de conclusão: o Governo (agente), na função de administrador do país (detalhamento do agente), deve financiar as escolas para criar projetos de valorização de todos os tipos de trabalho e das mulheres (ação) – o que resolve a primeira causa – através de palestras (meio), a fim de romper com o elitismo e o machismo (finalidade) – englobando a segunda causa – que invisibilizam as cuidadoras brasileiras. Para terminar seu texto, a participante considera que, assim, com essa medida, mulheres não serão mais invisibilizadas e terão sua dignidade humana garantida – retomando o repertório sociocultural usado na introdução para abordar o tema e selando o projeto do texto, que pode ser considerado mais um detalhamento – neste caso, da finalidade.



Heloísa Vitória Santos Silva (ela/dela)

18 anos | Poço Verde - SE | @heloisa__v

"Na obra "Utopia", de Thomas More, é retratada uma sociedade perfeita e em harmonia, a qual é livre de conflitos e mazelas. Todavia, fora de ficção, a realidade contemporânea está distante disso, haja vista os desafios para enfrentar a invisibilidade do trabalho de cuidado exercido pela mulher no Brasil. Por certo, a negligência governamental e a desigualdade social são fatores que favorecem esse quadro.

Percebe-se, a princípio, que o descaso estatal possui íntima relação com o revés. Nessa ótica, de acordo com o filósofo John Locke, configura-se como um rompimento do Contrato Social, já que o Estado não cumpre com sua função de garantir que todos desfrutem de seus direitos. Assim, devido à débil ação do Poder Público e à insuficiência de legislações, os impasses para acabar com a invisibilidade vivenciada por aquelas que realizam o trabalho de cuidadoras, sejam elas babás, donas de casa ou empregadas domésticas, têm crescido cada vez mais no Brasil. Dessa forma, é inadmissível que esse cenário continue a perdurar.

Ressalta-se, ademais, a situação de vulnerabilidade em que diversas cuidadoras estão inseridas como impulsionadora do problema. Nesse contexto, segundo o escritor Ariano Suassuna, o Brasil é dividido em dois países distintos: o país dos privilegiados e o país dos despossuídos. Sob esse viés, grande parte dessas mulheres vivem em condições precárias, por isso, tendem a aceitar qualquer coisa e realizam até mesmo trabalhos sem remuneração; o que faz com que as dificuldades para enfrentar essa problemática aumentem e tornem essas mulheres cada dia mais invisíveis perante o corpo social. Destarte, é imprescindível que haja mudança.

Infere-se, portanto, a necessidade de combater essa problemática no Brasil. Logo, cabe ao Governo, como Ministério do Trabalho, desenvolver leis mais rígidas e projetos sociais, por meio de petições e da criação da campanha "Cuidar Também é Trabalhar", a fim de vencer os impasses enfrentados pelas cidadãs que exercem a função de cuidadoras e garantir que passem a ser enxergadas e não sofram mais com a invisibilidade e desvalorização. Por conseguinte, uma sociedade mais próxima da que é citada em "Utopia" será consolidada."



Comentário

A participante apresenta escolhas lexicais formais e precisas para construir um raciocínio que contemple a problemática da proposta a partir de um projeto de texto claro e organizado. Tais escolhas podem ser verificadas pela diversidade linguística para se referir aos argumentos centrais do seu texto; a título de exemplo, em seu primeiro parágrafo de desenvolvimento a ideia da “negligência governamental” é retomada e atualizada como “descaso estatal”, “débil ação do Poder Público” e “insuficiência de legislações”. Assim, o pleno domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa serve não só ao propósito de garantir a nota máxima na Competência I, mas também de elaborar uma argumentação que encadeia suas ideias, evitando repetições dispensáveis e permitindo a progressão do seu raciocínio, essencial para a Competência III, apesar do único desvio de paralelismo em “com a invisibilidade e a desvalorização” (linha 29). Também foram bem utilizados recursos coesivos, como percebido pelo uso de ao menos dois conectivos dentro de cada parágrafo, além dos que foram inseridos entre os parágrafos (“ademais” e “portanto”), considerados operadores argumentativos. Esse emprego diversificado e adequado garante à participante a nota máxima na Competência IV.

A obra “Utopia” de Thomas More é trabalhada como repertório sociocultural para contextualizar o tema, pontuando como a problemática da realidade distancia-se da ficção. Além disso, outros repertórios como John Locke e Ariano Suassuna são mobilizados como forma de fundamentar os argumentos, conexão realizada de forma satisfatória na relação com a tese delimitada na introdução. Respectivamente, no primeiro parágrafo argumentativo, segundo do texto, a ideia do contrato social proposta pelo pensador inglês serve como base para defender como as legislações não asseguram a remuneração adequada ao trabalho de cuidado exercido por babás, donas de casa ou empregadas domésticas. No segundo parágrafo argumentativo, terceiro do texto, a ideia de que o Brasil é dividido em duas realidades distintas, “o país dos privilegiados e o país dos despossuídos”, fortalece o raciocínio de que aquelas mulheres que vivem em situações precárias aceitam qualquer possibilidade de emprego, mesmo que mal remunerado. Dessa maneira, esses fatores promovem um projeto de texto coerente para atingir a nota máxima da Competência II e para a concretização de um terreno fértil à nota da Competência III. Esse terreno argumentativo prospera com a explicação concreta de como a questão se manifesta na realidade, pelos exemplos citados especialmente no primeiro parágrafo argumentativo.

Por fim, na conclusão, há uma proposta de intervenção bem direcionada, com o intuito de resolver os dois aspectos do problema elaborados no desenvolvimento. Apresentam-se: agente (“Governo, como Ministério do Trabalho”), ação (“desenvolver leis mais rígidas e projetos sociais”), meio (“petições e da criação da campanha “Cuidar Também é Trabalhar””), finalidade (“a fim de vencer os impasses enfrentados pelas cidadãs que exercem a função de cuidadoras e garantir que passem a ser enxergadas e não sofram mais com a invisibilidade e desvalorização”) e detalhamento da finalidade (“Por conseguinte, uma sociedade mais próxima da que é citada em “Utopia” será consolidada”). A proposta completa tem elementos eficazes para o diálogo com os dois argumentos tratados. A referência da introdução finaliza o texto, consolidando uma unidade textual integrada às exigências da grade de correção.



Igor Castagnetti Silva (ele/dele)

29 anos | Santa Maria - RS | @psi.igorcastagnetti

"A sociedade brasileira exclui, segrega, silencia, invalida e interdita as mulheres e as suas conquistas. Nesse sentido, a universalização do acesso à cidadania é o principal desafio que precisa ser enfrentado para que a invisibilidade do trabalho de cuidado feminino, no Brasil, seja superada. Desse modo, não só é imprescindível compreender esse nocivo processo de exclusão, como também é crucial promover uma mudança atitudinal significativa.

Em primeiro lugar, de acordo com o filósofo italiano Norberto Bobbio, em sua obra "Teoria Geral da Política", todos os sujeitos pertencem a uma mesma categoria de cidadão, haja vista que seus direitos são igualmente relevantes para o Estado. No entanto, no Brasil, há um pensamento retrógrado e extremamente equivocado – manifestado por uma parcela significativa da população – de que o cuidado dos filhos e da casa é uma tarefa exclusivamente feminina. A exemplo disso, meninos são educados para serem esportistas, visto que recebem bolas de futebol de presente, e meninas são instruídas, desde muito cedo, a realizarem tarefas domésticas e cuidarem de bebês, uma vez que os presentes que elas recebem são bonecos e panelas de plástico. Dessa forma, torna-se evidente que a invisibilidade do trabalho de cuidado feminino é uma consequência do impedimento da universalização da cidadania.

Além disso, outro grande desafio a ser superado para a resolução dessa problemática é a mudança comportamental. Nesse viés, conforme o pensamento do psicólogo Albert Bandura, criador da "Teoria Social Cognitiva", a imitação é uma das principais formas de aprendizado e ocorre por intermédio da prévia observação da realidade. Dito isso, para que o trabalho de cuidado realizado pelas mulheres tenha a devida visibilidade, é indispensável que todos manifestem a conduta de reconhecer a importância dessa tarefa e do compartilhamento dela: os homens devem dividir igualmente o trabalho de cuidado.

Posto isso, compete ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, com o intuito de garantir a universalização da cidadania e a modificação atitudinal necessária, a execução do programa "Visibilidade do Trabalho de Cuidado Feminino". Por meio dessa iniciativa, serão implementadas oficinas com famílias, em centros comunitários municipais, ministradas por psicólogas que abordarão os seguintes eixos temáticos: reflexão sobre estereótipos de gênero, compartilhamento de tarefas de cuidados com os homens, incentivo ao protagonismo social feminino. Ademais, paralelamente, a visibilidade do trabalho de cuidado feminino será alvo de uma campanha publicitária. Assim, a cidadania será universalizada e a invisibilidade superada."

Comentário

O participante demonstra domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, com uma expressão linguística autoral, perceptível por estruturas sintáticas excelentes e seleção vocabular diversificada, como se verifica no início do texto: "A sociedade brasileira exclui, segrega, silencia, invalida e interdita as mulheres e as suas conquistas." e na tese: "é crucial promover uma mudança atitudinal significativa". Esses aspectos contribuem não apenas para a avaliação da Competência I, mas também auxiliam na construção de um texto com



unidade e com um projeto bem encadeado quando se observa a associação disso à utilização estratégica dos recursos coesivos: seja dos referenciais (como pronomes relativos “que”, demonstrativos “isso” e pessoais “seu”), seja dos sequenciais (como os conectivos entre os parágrafos “além disso”, “posto isso”, bem como no interior deles “desse modo”, “no entanto”, “ademais”). Desse modo, houve atendimento completo ao que exigem as Competências I e IV.

A apresentação do tema na introdução é bem dirigida ao que a frase temática propõe e o posicionamento delimitado em diálogo com a proposta é preparado já a partir de uma contextualização que enumera os problemas relacionados à figura feminina. Ainda assim, tal posicionamento é consolidado com uma tese definida, articuladora de dois aspectos norteadores do desenvolvimento, de modo que a nota da Competência III é favorecida — um processo de exclusão social e uma mudança atitudinal da sociedade em relação ao trabalho de cuidado feminino.

No primeiro parágrafo de argumentação, segundo do texto, a ideia de “invisibilidade” presente na frase temática é elaborada a partir da perspectiva de uma exclusão do caráter cidadão das mulheres. O participante inicia seu raciocínio com o conceito “Teoria Geral da Política”, de Norberto Bobbio, para apontar que os direitos de todas as pessoas são igualmente relevantes ao Estado, algo que é contrariado no Brasil por um pensamento social que, desde muito cedo, toma como pressuposto ser o trabalho de cuidado inerente às mulheres, ao passo que homens são incentivados ao esporte, por exemplo. Assim, além de o repertório ser externo à coletânea, ele fundamenta de modo produtivo o raciocínio central do parágrafo juntamente aos exemplos concretizadores da relação. Para finalizar, o aluno, emprega o termo “invisibilidade”, agora concluindo que isso é fruto do impedimento da universalização da cidadania.

No segundo parágrafo de desenvolvimento, terceiro do texto, por meio da referência à “Teoria Social Cognitiva”, o participante explica como a imitação é uma das principais maneiras pelas quais ocorre o aprendizado de normas e comportamentos sociais. Com isso, para que haja uma divisão igualitária das tarefas de cuidado, deve-se reconhecer a desproporcionalidade dessa atividade que recai sobre as mulheres, assim como promover a realização dela pelos homens. Especialmente no final do parágrafo, o tom de que algo deve ser feito antecipa a lógica da proposta de intervenção que será elaborada na conclusão e, dessa forma, encerra-se um desenvolvimento que satisfaz plenamente as exigências da Competência III.

Por fim, na conclusão, há duas medidas planejadas como resolução das problemáticas levantadas na argumentação. A primeira, que está completa, apresenta o agente (“Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania”), a finalidade (“com o intuito de garantir a universalização da cidadania e a modificação atitudinal necessária”), a qual corresponde aos dois argumentos do texto. Segue-se com o modo de execução (“o programa “Visibilidade do Trabalho de Cuidado Feminino”), seguido da ação (“serão implementadas oficinas com famílias, em centros comunitários municipais”). Esta, por sua vez, recebe um elaborado detalhamento (“ministradas por psicólogas que abordarão os seguintes eixos temáticos: reflexão sobre estereótipos de gênero, compartilhamento de tarefas de cuidados com os homens, incentivo ao protagonismo social feminino”) e o detalhamento da finalidade (“Assim, a cidadania será universalizada e a invisibilidade superada”). A segunda medida é concisa, delimitando apenas uma ação (“campanha publicitária”), o que não prejudica a nota da Competência V, uma vez que, segundo os critérios de correção do Enem, basta uma proposta de intervenção completa.



Indira Morgana (ela/dela)

31 anos | Simão Dias - SE | @indiramorgana

"A Constituição Cidadã traz, entre suas diretrizes legais, a igualdade entre homens e mulheres, nas diversas áreas, o que inclui a esfera laboral. No entanto, na prática, a realidade brasileira tem sido diferente do que propõe a lei, sobretudo, no que se refere aos desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado, em grande parte, realizado pelas mulheres. Logo, debater sobre os principais fatores relacionados à problemática — raiz cultural e negligência estatal — é indispensável para a reversão do atual quadro no Brasil.

De início, é válido salientar que os impasses relativos à ausente visibilidade do trabalho feminino de cuidados decorre de padrões culturais construídos ao longo dos séculos. Nesse sentido, a sociedade brasileira naturalizou as atribuições de zelo com o outro e de trabalho doméstico, fundamentalmente, às mulheres, como se tais atividades estivessem associadas às suas características biológicas. Entretanto, segundo o que afirmava a socióloga Simone de Beauvoir, em seu livro "O Segundo Sexo": "Não se nasce mulher, torna-se". Sob a ótica "beauvoiana", percebe-se, então, que aquilo que vem a ser tido do escopo feminino não se trata de obra, genuinamente, da natureza distinta dos sexos, mas sim de uma construção social que determina, por exemplo, os cuidados com o próximo e com o lar às mulheres e não aos homens. Em consequência do exposto, dificulta-se a valorização desse tipo de labor em termos legais e remunerativos, pois, já que "é natural", em consequência, para o senso comum, não haveria motivos para reconhecimento formais. Portanto, corrigir as visões deturpadas não apenas deixa de contradizer a Constituição de 88, como também é essencial para o enfrentamento do problema no país.

Ademais, é imprescindível destacar o falho papel do Estado quanto ao endosso da invisibilidade do mundo laboral das cuidadoras da nação, principalmente, a partir de um olhar socioeconômico. Isso acontece, porque, conforme apontava o sociólogo brasileiro Florestan Fernandes, desde o final da escravidão, no Brasil, pouco foi feito pelo governo no que diz respeito à inserção do negro na sociedade; sendo, naquele contexto, os meninos pretos destinados aos trabalhos nas feiras e as meninas pretas, para o serviço doméstico. Assim, como de outrora até os dias atuais, pouco foi feito pelo poder público, para modificar tal padrão, é esta última a minoria a qual permanece como empregadas domésticas ainda pouco valorizadas, cuidadoras mal remuneradas e donas de casa com pouca qualificação educacional e profissional. Dessarte, gerar mais benefícios legais a esse público é medida incontroversa para reverter o cunho de desigualdade de etnia e de classe relacionada à questão.

Destarte, para enfrentar a invisibilidade do trabalho feminino de cuidado, algumas ações devem ser adotadas. Dessa forma, o Poder Legislativo, na figura das deputadas (estaduais e federais) e das senadoras, dada a sua representatividade do coletivo feminino, deve difundir informações e ampliar direitos às cuidadoras de pessoas e de lares. Isso pode ser feito através do desenvolvimento de projetos de lei responsáveis por criar campanhas modificadoras das construções sociais de gênero e por meio da elaboração de emendas constitucionais (inclusive para a PEC das domésticas). Com tais atitudes, objetiva-se corrigir a desproporcionalidade de gênero no desempenho das referidas atividades, bem como, aumentar a visibilidade e as benesses legais às mulheres pretas cuidadoras, reduzindo-se, conseqüentemente, as desigualdades ligadas ao tema."



Comentário

A participante demonstra, em seu texto, domínio das regras gramaticais, o que pode ser exemplificado pela clareza da sintaxe e pelas escolhas vocabulares precisas. Mesmo com o equívoco de concordância no primeiro período do segundo parágrafo (“De início, é válido salientar que os impasses relativos à ausente visibilidade do trabalho feminino de cuidados decorre...”), a configuração da linguagem da redação corresponde satisfatoriamente à nota máxima conquistada na Competência I. No âmbito do trabalho com a linguagem, é perceptível a preocupação da participante em articular períodos e parágrafos com conectivos que corroboram as relações pretendidas, além de evitar repetições de palavras que comprometeriam a fluidez da leitura e a progressão textual. Concernente a esse último aspecto, termos como “laboral”, “labor”, “atribuições de zelo” e “problemática” garantem que as palavras da frase temática não sejam desnecessariamente repetidas, contribuindo para o bom trabalho de coesão avaliado na Competência IV.

No que diz respeito ao projeto textual, o texto revela uma participante segura quanto à estrutura padrão da dissertação-argumentativa. Nesse sentido, na introdução, as ideias foram bem relacionadas em contextualização, ponte e tese, e os dois argumentos (“raiz cultural” e “negligência estatal”) evidenciam a intenção de investigar as possíveis causas do problema da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher. Atendendo ao caráter argumentativo, os dois parágrafos de desenvolvimento retomam os argumentos indicados ao final da introdução e, sob meticulosa organização, apresentam um movimento de diálogo com referências teóricas para explicação e sustentação da ideia central. Além disso, é nítida a perspicácia da participante em construir uma proposta de intervenção que se articula aos dois argumentos anteriormente desenvolvidos – o que é verificado na indicação do protagonismo feminino na política para resolução da negligência estatal e na sinalização de campanhas que possam desconstruir a visão social a respeito do gênero feminino –, confirmando o resultado obtido na Competência III.

No escopo da Competência II, os repertórios socioculturais empregados não apenas são pertinentes ao tema, mas também contribuem diretamente para a argumentação. Isso é verificado na retomada da Constituição, ao final do primeiro parágrafo de desenvolvimento, para ressaltar que a resolução do problema cultural garantiria a soberania da lei quanto à igualdade de gênero na sociedade brasileira. Ademais, as referências a Simone de Beauvoir e Florestan Fernandes, sob a perspectiva de argumentos de autoridade, sustentam as ideias de construção social e negligência estatal, respectivamente, argumentos centrais do texto.

Por fim, a proposta de intervenção foi construída de forma completa com os cinco elementos necessários para a Competência V: “Poder Legislativo, na figura das deputadas (estaduais e federais) e das senadoras” (agente); “dada a sua representatividade do coletivo feminino” (detalhamento do agente); “deve difundir informações e ampliar direitos às cuidadoras de pessoas e de lares” (ação); “através do desenvolvimento de projetos de lei responsáveis por criar campanhas modificadoras das construções sociais de gênero e por meio da elaboração de emendas constitucionais” (meio); “objetiva-se corrigir a desproporcionalidade de gênero no desempenho das referidas atividades, bem como, aumentar a visibilidade e as benesses legais às mulheres pretas cuidadoras” (finalidade). O trecho final “reduzindo-se, conseqüentemente, as desigualdades ligadas ao tema”, ao mesmo tempo que encerra a dissertação reafirmando o tema proposto, configura-se como detalhamento da finalidade da proposta de intervenção, demonstrando o cuidado da participante em lidar com os critérios de avaliação da prova.



Isabelle Vitória (ela/dela)

21 anos | Rio de Janeiro - RJ | @zabellex

"Em sua famosa composição "Mulheres de Atenas", Chico Buarque retrata, de maneira subjetiva, as nuances socioculturais que permeiam o cotidiano das mulheres atenienses, que vivem em estado de subserviência e são reduzidas à função de cuidar da casa e da família. Embora seja de caráter literário, a referência da obra é perceptível na atual conjuntura brasileira, na medida em que os obstáculos para o combate à invisibilidade do trabalho de cuidado feito por mulheres no país são irrefutáveis. À vista de tal panorama, são evidentes os malefícios da exploração do trabalho de cuidado como profissão e da manutenção das convenções de gênero.

Diante desse cenário, a persistência de padrões exploradores da condição da mulher como cuidadora é, de fato, potencializadora da problemática. Nesse sentido, no filme brasileiro "Que Horas Ela Volta?" – protagonizado por Regina Cazé – é retratada a dura trajetória de uma empregada doméstica à qual são delegados todos os afazeres da casa, com baixa remuneração e descaso pelos patrões. Apesar de ser ficcional, a verossimilhança da obra se revela inegável, uma vez que, no Brasil, inúmeras mulheres enfrentam diariamente a exploração de seus trabalhos como cuidadoras, sendo negligenciadas, de modo majoritário, devido a fatores como etnia e classe social, o que torna indiscutível a vulnerabilização de minorias nesse contexto. Por conseguinte, a discussão acerca das implicações sociais dessa invisibilidade na qualidade de vida das mulheres é imprescindível.

Além disso, cabe ressaltar que tal debate evidencia uma questão mais complexa: a manutenção dos papéis de gênero convencionados socialmente. Frente a um contexto multifacetado de opressões de gênero, a filósofa existencialista Simone de Beauvoir salienta, em seus estudos, que a mulher já nasce com características socialmente pré-estabelecidas para ela, precisando lutar para sua emancipação enquanto indivíduo. Nessa lógica, o pensamento de Beauvoir é institucionalizado no Brasil devido, principalmente, à carência de valorização da figura feminina e à constante redução da mulher à função de servir, cuidar e procriar, perpetuando, assim, inegáveis opressões. Dessa forma, a busca pela valorização feminina para além do cuidado com o lar e da condição de cuidadora é indispensável.

Portanto, a invisibilidade do trabalho de cuidado feminino no país é incontestável. Logo, o Ministério da Economia, responsável pela administração do erário brasileiro, deve intensificar a ação de políticas públicas voltadas a esse grupo social. Isso ocorrerá por meio do redirecionamento de verbas para a criação de auxílios financeiros a essas mulheres, visto que sofrem com baixa remuneração, a fim de aprimorar o trabalho de cuidado como profissão. Ademais, cabe ao Ministério das Comunicações, encarregado das propagandas nacionais, divulgar a importância da valorização feminina. Tal ação ocorrerá mediante a elaboração de conteúdos audiovisuais – como comerciais de televisão – que mostrem a realidade da mulher como cuidadora, os quais serão exibidos durante programas de alta audiência, tais como intervalos de novelas e jornais, para sensibilizar a população. Assim, as mulheres brasileiras não serão um reflexo das "Mulheres de Atenas" de Chico Buarque, e o Brasil será uma nação mais próspera e justa."



Comentário

O texto revela a segurança da participante quanto à modalidade escrita formal da língua portuguesa, uma vez que as construções sintáticas são claras e respeitam as estruturas coordenadas e subordinadas. A redação possui apenas um desvio ortográfico, em “papeis”, no terceiro parágrafo, configurando-se como exceção. Diante disso, a pontuação máxima obtida na Competência I corresponde à excelência da linguagem apresentada pela participante. Em relação à Competência IV, é notável a variedade de recursos coesivos (a exemplo das conjunções “embora”, “à vista de”, “apesar de”, “uma vez que”, “além disso” e “portanto”) utilizados entre períodos e parágrafos do texto, não havendo qualquer inadequação. Dessa forma, a precisão sintática, a seleção lexical e as corretas articulações garantem tanto a fluidez da leitura quanto a progressão textual.

No âmbito de avaliação da Competência III, o texto é bem organizado em torno da tese delimitada ao final da introdução, a qual indica os argumentos que, na sequência, serão desenvolvidos: a “exploração do trabalho de cuidado” e a “manutenção das convenções de gênero”. Esses dois argumentos são apontados como problemas que precisam de resolução, movimento que contribui para a adequada articulação entre as propostas de intervenção e as ideias dos parágrafos de desenvolvimento.

Outro ponto que merece destaque sob a perspectiva do projeto textual é o diálogo com a canção “Mulheres de Atenas”, de Chico Buarque, a partir da qual, inicialmente, é traçado um paralelo entre o aspecto de subserviência das mulheres atenienses e o tema no contexto brasileiro, sendo estabelecida uma relação entre arte e realidade, além de passado e presente. Tal referência artística é retomada no parágrafo de conclusão, em que é assegurada a produtividade do repertório ao ser estabelecida, novamente, uma articulação com a realidade do Brasil, só que, dessa vez, sendo apresentado um contraponto relacionado à perspectiva decorrente da efetividade das propostas de intervenção (“Assim, as mulheres brasileiras não serão um reflexo das ‘Mulheres de Atenas’ de Chico Buarque”). O trabalho com esse repertório sociocultural atende às demandas da Competência II, à qual também correspondem a utilização do filme “Que Horas Ela Volta?” e a referência à filósofa Simone de Beauvoir.

No último parágrafo, a participante apresentou duas propostas de intervenção, ambas completas e de acordo com as expectativas da Competência V. Na primeira delas, são evidentes o agente (“Ministério da Economia”), o detalhamento do agente (“responsável pela administração do erário brasileiro”), a ação (“deve intensificar a ação de políticas públicas voltadas a esse grupo social”), o meio (“por meio do redirecionamento de verbas para a criação de auxílios financeiros a essas mulheres”) e a finalidade (“a fim de aprimorar o trabalho de cuidado como profissão”). Na segunda proposta, também são claros o agente (“Ministério das Comunicações”), o detalhamento do agente (“encarregado das propagandas nacionais”), a ação (“divulgar a importância da valorização feminina”), o meio (“mediante a elaboração de conteúdos audiovisuais”) e a finalidade (“para sensibilizar a população”). Vale ressaltar que, além de indicar esses elementos, a participante demonstra habilidade em lidar com a Competência V ao garantir a presença de outras formas de detalhamento: “visto que sofrem com baixa remuneração”, “como comerciais de televisão” e “Assim, as mulheres brasileiras não serão um reflexo das ‘Mulheres de Atenas’ de Chico Buarque, e o Brasil será uma nação mais próspera e justa”, informações associadas ao meio e à finalidade das duas propostas.



João Pedro (ele/dele)

19 anos | Caicó - RN | @jpemrnh

"A rigidez hierárquica da sociedade colonial brasileira, a qual pode ser designada como um exemplo cruel de um sistema patriarcal, manteve as mulheres – sobretudo as escravizadas – sob o domínio de sérios aparatos repressivos e impôs condições de trabalho bastante desgastantes. Nesse sentido, ainda que essas estruturas tenham sido superadas, o legado histórico é evidente, à medida que a precarização da mulher em trabalhos de cuidado edifica um quadro de invisibilidade, reproduzindo o horror do passado. Esse cenário nefasto ocorre não só em razão da prevalência do desamparo governamental, mas também em virtude da desvalorização humana. Logo, é fundamental a discussão dessa problemática, a fim de propor itinerários para o seu enfrentamento.

É relevante enfatizar, precipuamente, que a negligência estatal se caracteriza como um grande desafio para o enfrentamento da invisibilidade feminina em tarefas de acompanhamento doméstico, visto que há um reduzido empenho em aplicar os dispositivos jurídicos pertinentes. Acerca disso, a Constituição Brasileira de 1988, promulgada para a manutenção do bem-estar social, assegura a inviolabilidade da igualdade e a assistência aos desamparados, como direitos fundamentais e objetivos fundamentais. Entretanto, embora estabelecida de forma simbólica e legítima, é notória a sua fragilidade, haja vista que, infelizmente, existe uma nítida discrepância de gênero na execução de trabalhos de cuidado, e as mulheres permanecem violentadas pela falsa atribuição popular e tradicional de que são, naturalmente, responsáveis por trabalhos domésticos e assistenciais. Desse modo, é importante lutar pela materialização de regalias consideravelmente teóricas, para que a invisibilidade feminina destacada possa ser atenuada.

Outrossim, compete abordar que, no que se refere aos trabalhos de cuidado desempenhados por mulheres, o desprezo humanitário crescente, inerente ao estágio capitalista atual, estende a disseminação do óbice. Nesse contexto, Franz Kafka, em sua obra emblemática "Um Artista da Fome", apresenta a narrativa de um homem faminto cuja habilidade é jejuar por longos períodos, valendo-se da metáfora de que nunca encontrou um alimento que saciasse a sua fome. Com esse desfecho nada banal, o artista é aprisionado em uma jaula e morre de inanição, figurando uma total animalização. Sob esse viés, por não receberem reconhecimento necessário e terem que conviver, diariamente, com a humilhação de seus chefes, muitas mulheres tendem a sucumbir a coerção sistemática - simbolizada, no conto, pela jaula. Assim, com a concepção instituída de que há uma ampla desvalorização humana em detrimento da falta de suporte governamental, o qual tem íntima relação com o avanço das desigualdades propiciadas pelo capitalismo, é urgente a avaliação desse panorama.

Depreende-se, portanto, que a carência de enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher precisa ser, decisivamente, estudada no âmbito político. Para tal, faz-se imprescindível que o Ministério das Mulheres - pasta executiva encarregada de atenuar as desigualdades de gênero e a invisibilidade feminina - promova a formalização dos trabalhos de cuidado, por meio dos suportes digitais atrelados às páginas virtuais do governo e do apoio a Projetos de Emendas Constitucionais que assegurem uma remuneração (no mínimo) assistencial, com o intuito de facilitar o mapeamento dessas atividades laborais e, conseqüentemente, de valorizar o papel da mulher na execução delas. Sem abrir margem para o desprezo da mulher nos locais de trabalho e mitigando a arbitrariedade dos seus empregadores, será possível suplantarmos a herança patriarcal vigente."



Comentário

O texto revela um participante com entendimento pleno das regras e das convenções gramaticais, o qual demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa, como exige a banca avaliadora na Competência I. Além de não haver desvios gramaticais, o participante elabora construções complexas, variando a estrutura das frases entre orações coordenadas, subordinadas e inversões sintáticas.

Outro ponto que merece destaque é o uso variado e preciso dos recursos coesivos. Já na introdução, verifica-se a recorrência de conjunções ("acerca disso", "desse modo", "entretanto", "visto que") para a conexão entre as ideias, garantindo, desde o início, fluidez à redação. Destaca-se, ainda, que as conjunções não são o único recurso coesivo ao qual recorre o participante para manter a progressão textual: há o uso de pronomes, sinonímia, locuções adverbiais, por exemplo, que também garantem a elaboração de um texto coeso, assim consolidando a nota máxima na Competência IV.

Ademais, o texto já se inicia com um repertório externo pertinente, por ser ligado ao tema de maneira explícita, legitimado, por ser reconhecido por uma área do conhecimento, e produtivo, por contextualizar adequadamente a introdução – a menção à sociedade colonial brasileira –, o qual inclusive é retomado na conclusão, quando o participante reitera que, a partir da proposta de intervenção, será possível "suplantar a herança patriarcal vigente". Esse movimento serve de amarração para o texto, evidenciando a produtividade do repertório escolhido e de uma organização textual cuidadosamente pensada. Vale ressaltar que, além desse, há mais dois repertórios: a Constituição Brasileira de 1988 e a obra literária "Um artista da fome", não obrigatórios para a nota máxima na Competência II, mas pertinentes e produtivos ao desenvolvimento da argumentação.

Em relação à Competência III, nota-se que o texto se estrutura por meio de uma tese bem delimitada, com dois argumentos que visam à investigação da problemática exposta pelo tema: "a prevalência do desamparo governamental" e a "desvalorização humana". No desenvolvimento das ideias prometidas na tese, o participante constrói, no segundo parágrafo, o raciocínio de que a negligência estatal dificulta a resolução da invisibilidade feminina e, para sustentar essa afirmação, recorre à Constituição. Enquanto nela a igualdade é assegurada, na prática, a disparidade de gênero segue impactando a visão social construída em relação aos trabalhos de cuidado. Dessa forma, percebe-se que a menção à Constituição funciona como um repertório externo à coletânea que foi mobilizado para dar embasamento ao raciocínio argumentativo do participante. No terceiro parágrafo, por sua vez, o percurso é a construção de uma analogia entre a situação de desvalorização vivenciada por diversas mulheres nos ambientes de trabalho e o personagem da obra de Kafka. É por meio da construção detalhada dessa relação que o participante sustenta a ideia de que há, na sociedade capitalista atual, uma desvalorização das mulheres e, conseqüentemente, do trabalho de cuidado por elas exercido.

Para finalizar, o participante apresenta uma única proposta de intervenção capaz de resolver ambos os problemas apontados na tese como causa da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher. Como agente aponta-se o "Ministério das Mulheres"; em seguida, vê-se o detalhamento do agente com o apostrofo explicativo "pasta executiva encarregada de atenuar as desigualdades de gênero e a invisibilidade feminina". Na sequência, explicita a ação ("promova a formalização dos trabalhos de cuidado"), o meio ("por meio dos suportes digitais atrelados às páginas virtuais do governo e do apoio a Projetos de Emendas Constitucionais que assegurem remuneração (no mínimo) assistencial") e a finalidade ("com o intuito de facilitar o mapeamento dessas atividades laborais"). De modo a garantir plenamente a presença e a contabilização de todos os elementos exigidos na Competência V, salienta-se, ainda, um detalhamento da finalidade ("e, conseqüentemente, de valorizar o papel da mulher na execução delas"), o que reforça a compreensão plena das exigências da banca avaliadora.



Karoline Soares Teixeira (ela/dela)

20 anos | Fortaleza - CE | @karol_steixeira

"O filme "Como você consegue?" explora as transformações que envolvem a figura feminina durante a chegada da maternidade e a organização das tarefas domésticas. Semelhante à obra cinematográfica, no atual contexto social brasileiro, observam-se desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pelas mulheres, relacionados às configurações de gênero historicamente construídas e à inadequação da legislação trabalhista do país. Urge, então, a transformação de tal conjuntura, tendo em vista a necessidade de acompanhar as mudanças sociais ocorridas nos últimos anos.

De início, é válido elencar o processo de construção dos parâmetros de gênero que permeiam a sociedade brasileira. Nesse sentido, no período da República Velha e do Coronelismo, as ideias patriarcalistas, que atribuem aos homens os papéis de chefia e de destaque, foram fortalecidas e conferiram às mulheres uma postura de subordinação, acompanhada da responsabilidade reprodutiva e da organização familiar, estrutura abordada no filme "Como você consegue?" e que, além de ter sido reproduzida por muitos anos, foi transferida às gerações futuras. Sob esse viés, apesar das diversas mudanças sociais, que incluem a participação da mulher no mercado de trabalho formal e a progressiva redução da taxa de fecundidade, ainda existem resquícios dos paradigmas históricos, que se manifestam por meio da permanente associação do ideal de cuidado à figura feminina, do insuficiente reconhecimento do assistencialismo das mulheres como forma de trabalho e da contínua necessidade de reafirmação dos direitos conquistados. Dessa forma, é possível estabelecer a parcela de participação da cadeia social na invisibilização dos serviços realizados pelas mulheres.

Ademais, não há uma especificidade legislativa que reconheça o trabalho de cuidado feito pela população feminina dentro dos padrões de formalidade. Nesse ponto, ainda que a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) tenha ampliado e normatizado os direitos dos trabalhadores brasileiros, há uma incoerência no que diz respeito à ausência de uma lei específica sobre o trabalho das chamadas "donas de casa" e sobre a garantia de sua cidadania, fato que reverbera seus efeitos pelo elevado contingente de mulheres que desempenham funções de assistência com pouca ou nenhuma remuneração, ficando à margem dos benefícios promovidos pela admissão em cargos formais. Dessa maneira, faz-se necessária uma reorganização do complexo legislativo nacional.

Logo, torna-se evidente a necessidade da adoção de medidas que visem à minimização dos desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado desempenhado pelas mulheres no Brasil. A partir disso, o governo, como principal responsável pela manutenção do bem-estar dos brasileiros, junto aos complexos midiáticos, deve debater sobre o tema, por meio da criação de campanhas publicitárias sobre o essencialismo dos serviços feitos pelas mulheres, com o intuito de estimular a sociedade a dar mais atenção ao tema. Além disso, o mesmo agente deve readequar a legislação, por intermédio da criação de uma lei específica sobre o assistencialismo feminino, com o propósito de tirar tal parcela da invisibilidade de direitos trabalhistas. Assim, haverá condições favoráveis ao desenvolvimento da equidade de gênero."



Comentário

A excelente fluidez da linguagem é um dos pontos que mais chama a atenção nesse texto. Apresentando apenas um desvio ortográfico na linha 16 ("invisibilização"), seja pela precisão nas escolhas vocabulares, pelas construções sintáticas variadas ou pela diversidade de recursos coesivos que compõem o texto, é evidente o domínio da participante da modalidade formal da língua portuguesa. Além disso, nota-se claramente sua capacidade de garantir a progressão textual de várias maneiras, por exemplo por meio do uso de operadores argumentativos ("então", "dessa forma", "sob esse viés", "dessa maneira") e de sinonímia (a expressão "configurações de gênero", utilizada na introdução, é retomada como "parâmetros de gênero" no parágrafo seguinte e, mais adiante, como "paradigmas históricos"). Todos esses pontos são fundamentais para a nota máxima atingida nas Competências I e IV.

No que diz respeito à estrutura do texto, é nítido o domínio do tipo textual dissertativo-argumentativo, uma vez que a participante orienta sua escrita a partir da apresentação explícita de uma tese no final da introdução, na qual evidencia dois argumentos que analisam possíveis causas da problemática: as "configurações de gênero historicamente construídas" e a "inadequação da legislação trabalhista do país". Além disso, o texto mobiliza três repertórios externos à coletânea: o filme "Como você consegue", que aparece na introdução como forma de contextualizar para o leitor o tema a ser abordado e que é retomado pontualmente no segundo parágrafo como forma de exemplificar o raciocínio; o período histórico da República Velha e do Coronelismo, o qual é fundamental para a construção da argumentação, visto que a participante sustenta o argumento de que existe uma construção histórica de parâmetros sociais que se mantém presente na sociedade contemporânea; e, no terceiro parágrafo, a CLT, documento que serve de premissa para a constituição dos direitos trabalhistas, ou seja, para o reconhecimento de um direito fundamental, segunda causa prometida na tese. Todos esses pontos demonstram um texto completamente adequado às exigências tanto da Competência II, quando analisados os usos dos repertórios socioculturais externos à coletânea, quanto da Competência III, por conta da amarração lógica entre as informações selecionadas.

Na conclusão, a participante elabora duas propostas de intervenção completas, com os cinco elementos exigidos na Competência V. Na primeira, evidencia os agentes ("governo junto aos complexos midiáticos"), o detalhamento do agente ("principal responsável pela manutenção do bem-estar dos brasileiros"), a ação ("debater sobre o tema"), o meio ("criação de campanhas publicitárias sobre o essencialismo dos serviços feitos pelas mulheres") e a finalidade ("estimular a sociedade a dar mais atenção ao tema"). Na segunda, apresenta apenas o agente ("o mesmo agente"), retomando o que já havia sido mencionado na proposta anterior, a ação ("readequar a legislação"), o meio ("criação de uma lei específica sobre o assistencialismo feminino"), a finalidade ("tirar tal parcela da invisibilidade de direitos trabalhistas") e o detalhamento da finalidade ("haverá condições favoráveis ao desenvolvimento da equidade de gênero"). É, por fim, importante destacar o papel crucial dos mecanismos linguísticos para a elaboração plena da proposta de intervenção: a participante utiliza recursos como "por meio de", "com o intuito de", "por intermédio de", "com o propósito de" e "assim" para garantir a explicitação de cada um dos elementos, demonstrando compreender plenamente as exigências do Enem e garantindo a nota máxima não só na Competência V, como na redação toda.



Letícia Moraes (ela/dela)

20 anos | Inhumas - GO | @leticiafmorais

"São inegáveis os desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil. A obra literária "Orgulho e Preconceito", de Jane Austen, retrata o desejo da Sra. Bennet de casar as cinco filhas. Fora da ficção, observa-se semelhança entre a Sra. Bennet e a sociedade, a qual associa o casamento e o cuidado familiar ao sucesso feminino. Todavia, nota-se a falta de valorização, que gera invisibilidade, ao trabalho de cuidado realizado pela mulher. Portanto, é imprescindível verificar os motivos que impedem a solução do problema.

Em primeiro lugar, há de se ressaltar a omissão governamental diante da invisibilidade do trabalho de cuidado feito pela mulher. Consoante sociólogo Thomas Hobbes, o Estado deve garantir o bem-estar social. Entretanto, a ausência de valorização do trabalho de cuidado feito pela mulher contraria o pensamento de Hobbes. Nesse contexto, 75% do trabalho de cuidado não remunerado é realizado por mulheres. Dessa maneira, as mulheres têm a qualidade de vida privada ou prejudicada, uma vez que não há programas governamentais os quais garantam segurança financeira para as mulheres que deixam o trabalho remunerado para cuidar dos entes. Sendo assim, a falta de apoio governamental corrompe o bem-estar social.

Em segundo lugar, sabe-se que a sociedade contribui para a ausência de valorização do trabalho de cuidado realizado pela mulher. Nessa perspectiva, a história brasileira apresenta valores e percepções sociais enraizadas em relação ao trabalho feminino. Desse modo, a imagem da mulher caracterizou-se como reprodutora e cuidadora, devido ao passado no qual a mulher foi inferiorizada. Paralelamente, na atualidade, a perpetuação de tal imagem referente à mulher impediu a valorização e o reconhecimento do trabalho de cuidado realizado pela mulher, formando, assim, uma sociedade baseada no preconceito e na discriminação de gênero.

Logo, para superar os desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil, cabe ao poder público, em parceria com o Ministério da Família, promover a valorização do trabalho feminino de cuidado. Dessa forma, por meio de campanhas na mídia nacional que sensibilizem a população, bem como pela promulgação de projetos de apoio financeiro destinados às mulheres que saem do trabalho formal para realizar o trabalho de cuidado, tem-se o intuito de mitigar o legado histórico de preconceito e de garantir o devido valor do trabalho de cuidado feito pelas mulheres no Brasil. Posto isto, espera-se assegurar a importância do trabalho de cuidado feito pela mulher e superar o cenário mostrado por Jane Austen."

Comentário

O texto revela excelente domínio da modalidade formal da língua portuguesa, sem desvios ou falhas sintáticas, cumprindo o que exigido para avaliação da nota máxima na Competência I. Também é possível notar uso expressivo e variado dos recursos coesivos para articulação dos períodos



("todavia", "portanto", "entretanto", "dessa maneira", "desse modo", "assim", "posto isto", entre outros), bem como articulação entre os parágrafos ("em segundo lugar" e "logo"), garantindo, assim, a nota máxima na Competência IV.

Em relação ao tema, a participante aborda claramente as palavras-chave do recorte temático da proposta ENEM 2023: "Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil". Quanto ao gênero, desenvolve um texto dissertativo-argumentativo com as três partes fundamentais (introdução, desenvolvimento e conclusão) e defende, ao longo da redação, um ponto de vista com argumentos fundamentados. Esses aspectos – associados ao uso de repertório sociocultural legitimado e pertinente apresentado realizado no segundo parágrafo – caracterizam um texto nota máxima na Competência II.

No primeiro parágrafo, apresenta-se a obra "Orgulho e Preconceito", de Jane Austen, para contextualizar que há uma associação entre o sucesso da mulher e o trabalho de cuidado, no entanto, como apontado pela participante, esse trabalho não é valorizado na sociedade brasileira, o que evidencia a problemática debatida posteriormente nos argumentos. Esse repertório é legitimado, pertinente e produtivo, já que se trata de uma obra literária relacionada ao tema que embasa a construção da introdução.

O segundo parágrafo apresenta a omissão governamental como um fator que causa a invisibilidade do trabalho de cuidado. Ao sustentar essa afirmação, a participante cita o sociólogo Thomas Hobbes, a fim de demonstrar que o Estado deve garantir o bem-estar social. Tal ideia é contraposta a um dado estatístico o qual demonstra que as mulheres realizam a maior parte do trabalho de cuidado sem remuneração. Em seguida, a análise realizada evidencia que essa falta de segurança financeira ocorre devido à ausência de programas governamentais, o que prejudica o bem-estar social. Desse modo, a nota máxima na Competência II é garantida, visto que o repertório sociocultural legitimado (nesse caso, o sociólogo Hobbes) sustenta a explicação do argumento, o que torna a referência produtiva. Vale observar que há a possibilidade de refinar o argumento com menção à fonte do dado.

No terceiro parágrafo, há enfoque no papel da sociedade que contribui para a desvalorização do trabalho de cuidado. De acordo com a participante, as raízes históricas perpetuam valores e percepções sociais, o que acarreta a continuidade da inferiorização da mulher. Nesse trecho, observa-se uma oportunidade de aprofundamento da explicação de como o histórico brasileiro resultou nos valores sociais citados, o que ainda é admitido para a atribuição da nota máxima na Competência III. Para concluir o argumento, é reforçado que a construção da imagem da mulher resulta em uma sociedade preconceituosa e com discriminação de gênero.

Na conclusão do texto, a proposta de intervenção colabora para evidenciar um projeto de texto estratégico, visto que está articulada aos argumentos construídos. Essa proposta apresenta todos elementos exigidos: agentes ("poder público, em parceria com o Ministério da Família"), ação ("promover a valorização do trabalho feminino de cuidado"), meios ("por meio de campanhas na mídia nacional que sensibilizem a população, bem como pela promulgação de projetos de apoio financeiro destinados às mulheres que saem do trabalho formal para realizar o trabalho de cuidado"), finalidades ("mitigar o legado histórico de preconceito e de garantir o devido valor do trabalho de cuidado feito pelas mulheres no Brasil") e detalhamento da finalidade ("assegurar a importância do trabalho de cuidado feito pela mulher e superar o cenário mostrado por Jane Austen"). Para fechar o texto, a retomada do repertório exposto na contextualização demonstra, mais uma vez, o projeto de texto estratégico.



Letícia Vicente (ela/dela)

17 anos | Mossoró - RN | @leviicente

"Como símbolo da discriminação feminina no Brasil, o papel social da mulher, originado e consolidado na colonização portuguesa, é caracterizado pelo trabalho, exclusivamente, doméstico, haja vista que a escravização de indígenas e de africanas restringiu as suas funções ao labor do lar - como cozinheiras, faxineiras e até cuidadoras de crianças e dos senhores de engenho. Nesse contexto, é válido ressaltar que, embora não seja um tópico de constante discussão, os serviços das mulheres, especificamente o de cuidar de outras pessoas, é inviabilizado pela desvalorização e pela invisibilidade recebidas da sociedade, sendo uma marca do desafio enfrentado por essa minoria cotidianamente. Ademais, torna-se viável relacionar essa complicação à perpetuação de valores preconceituosos e à precarização dessa atividade laboral.

Nessa perspectiva, é possível citar que a criação de estereótipos agrava a permanência de raízes estruturais, tradicionalmente, discriminatórias, uma vez que a mulher se torna uma figura funcional padronizada. Sob esse viés, como afirma a escritora contemporânea Chimamanda Adichie, grupos minoritários são marginalizados pelo corpo social devido às características pré-estabelecidas sobre eles, de forma que a imagem feminina seja um exemplo dessa situação ao ser relacionada, constantemente, ao trabalho de cuidado com uma conotação social negativa. Nessa conjuntura, é perceptível inferir que, analogamente à teoria de Chimamanda, a associação das mulheres ao cuidado, comunitário ou doméstico, é histórico, cultural e literário, como retratado na obra de Letícia Wierzchowski, "A casa das sete mulheres" - que conta os 15 anos da Revolução Farroupilha pela visão de 7 mulheres destinadas a cuidar dos feridos -, servindo de exemplo para o reforço de estereótipos femininos nos diversos âmbitos sociais, principalmente, no laboral.

Outrossim, a precarização do trabalho de cuidado realizado pela mulher brasileira é um dos inúmeros desafios que essas profissionais enfrentam diariamente, sendo um modo de invisibilizar a atuação no mercado profissional. Sob essa ótica, segundo o sociólogo Ricardo Antunes, a sociedade atual possui uma tendência de precarizar as atividades laborais, influenciada pela bolha ideológica que a isola no comportamento capitalista de luta desigual frequente. Nesse prisma, pode-se concluir que, em consonância com o pensamento de Antunes, um grande desafio para quem vive desse exercício trabalhista é a desvalorização, já que, além das más remunerações financeiras e sociais, há o agravante da desigualdade de gênero que, historicamente, é uma pauta em discussão para erradicação.

Portanto, é indubitável constatar que medidas são necessárias para corrigir essa problemática. Assim, é imprescindível que o Ministério do Trabalho - órgão governamental responsável pela garantia de direitos - promova, por meio de incentivos fiscais, programas de fiscalização das garantias trabalhistas das mulheres cuidadoras, a fim de diminuir os desafios enfrentados por essas profissionais cotidianamente. Paralelamente, é dever da mídia - máximo canal de informações da atualidade - viabilizar, por intermédio de comerciais televisivos, campanhas de conscientização sobre o papel da mulher na sociedade, com o intuito de eliminar estereótipos associados às funções exercidas por ela. Dessa forma, será possível uma maior visibilidade do trabalho de cuidado e das múltiplas atividades que uma mulher exerce."



Comentário

A participante demonstra pleno domínio da unidade textual de sua redação, o que fica evidente pelo projeto de texto estrategicamente elaborado. A estrutura padrão de uma dissertação-argumentativa se faz presente - introdução, desenvolvimento, conclusão -, sem lacunas significativas na construção das ideias e é notável a articulação das partes do texto com o uso de conectivos do tipo operador argumentativo entre os parágrafos ("nessa perspectiva", "outrossim", "portanto"), elementos que contribuem para a sua boa avaliação nas Competências III e IV. No âmbito da Competência IV, merece destaque o uso pouco comum do conectivo "Ademais" para introduzir as ideias centrais a serem discutidas no texto, o que não configura um desvio por, no trecho, realmente exercer a função de adição ao que havia sido dito antes. No âmbito da Competência I, há um outro ponto que merece atenção: no segundo parágrafo da redação, o excerto "a associação das mulheres ao cuidado, comunitário ou doméstico, é histórico, cultural e literário, como retratado..." apresenta uma imprecisão na concordância de "histórico", "literário" e "retratado", que se relacionariam à "associação" e, portanto, gerariam maior fluidez se concordassem com a terminação feminina "a". Para além dessas ressalvas pontuais, os conectivos foram empregados bem em todo o texto, sem repetições e com presenças em todos os parágrafos, e a linguagem demonstra excelente domínio da norma-padrão.

Na contextualização, a autora se utiliza de uma alusão histórica para mapear a origem da problemática – a colonização portuguesa –, perspectiva que orienta a linha analítica do texto; na tese, ficam explícitos quais os dois vieses de análise escolhidos por ela para abordar a frase temática ao discutir as causas da invisibilidade do trabalho de cuidado exercido pela mulher no Brasil: a perpetuação de valores preconceituosos e a precarização dessa atividade laboral.

A fim de desenvolver o primeiro argumento, no segundo parágrafo, que associa estereótipos à permanência de raízes estruturais discriminatórias, a participante se utiliza da perspectiva de análise trabalhada pela escritora Chimamanda Adichie como repertório sociocultural que embasa sua argumentação e cria uma progressão argumentativa ao conectar-se à perpetuação desses estereótipos, que já havia sido citada na contextualização histórica de sua introdução. Para exemplificar o fenômeno descrito, a participante se utiliza de uma comprovação com viés literário, ao citar a obra "A casa das sete mulheres", de Letícia Wierzchowski, e enfatizar o papel das mulheres no contexto da Revolução Farroupilha.

Ao abordar a outra causa do problema, no terceiro parágrafo, a participante associa a precarização do trabalho de cuidado realizado pela mulher a um desafio que inviabiliza a sua atuação no mercado profissional. Para sustentar essa perspectiva, mobiliza mais um repertório sociocultural ao integrar a perspectiva do sociólogo Ricardo Antunes à discussão e reconhecer a tendência da sociedade atual de precarizar e desvalorizar essas atividades laborais, o que se comprova com exemplos específicos, como a má remuneração e a desigualdade de gênero. Nos dois parágrafos argumentativos, a exemplificação dos raciocínios contribui para que sejam repertórios usados de maneira produtiva e que estejam plenamente integrados à discussão temática proposta, garantindo um bom desempenho também na Competência II.



Na conclusão, a participante apresenta – após uma retomada abrangente do problema –, duas propostas de intervenção completas, embora apenas uma delas fosse suficiente para a nota máxima na Competência V. Na primeira proposta, constam de forma bastante organizada os seguintes elementos: agente ("Ministério do Trabalho"), detalhamento do agente ("órgão responsável pela garantia de direitos"), meio ("por meio de incentivos fiscais"), ação ("promova programas de fiscalização das garantias trabalhistas das mulheres cuidadoras") e finalidade ("a fim de diminuir os desafios enfrentados por essas profissionais cotidianamente"). A segunda proposta segue um modelo muito similar ao primeiro: agente ("mídia"), detalhamento do agente ("máximo canal de informações da atualidade"), meio ("por intermédio de comerciais televisivos"), ação ("viabilizar campanhas de conscientização sobre o papel da mulher na sociedade") e finalidade ("com o intuito de eliminar estereótipos associados às funções exercidas por ela"). Há, ainda, um último período que pode ser compreendido como um detalhamento da finalidade e que também funciona como um fechamento do parágrafo conclusivo: "Dessa forma, será possível uma maior visibilidade do trabalho de cuidado e das múltiplas atividades que uma mulher exerce".



Lídia Resende (ela/dela)

27 anos | Teresina - PI

""Ninguém respeita a Constituição, mas todos acreditam no futuro da nação." Na música "Que país é este?", da banda Legião Urbana, há a denúncia acerca de diversos problemas sociais. Na realidade brasileira, isso pode ser observado na medida em que a indiligência governamental e o silenciamento midiático perpetuam-se como desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pelas mulheres. Nesse sentido, faz-se imprescindível remediar esse imbróglio em prol da plena harmonia social.

Diante disso, em uma primeira análise, é importante pontuar o dever da máquina pública na garantia de direitos ao cidadão. De acordo com o jornalista Gilberto Dimenstein, em seu livro "O Cidadão de Papel", o Brasil é marcado pela não aplicação prática dos mecanismos legais – como a Constituição de 1988 – e pela cidadania apenas no campo teórico. Sob esse viés, percebe-se que a postura estatal é de descaso no que se refere às atividades laborais de cuidado, realizadas, sobretudo, pelas mulheres, uma vez que essa temática é deixada em último plano nas discussões e decisões políticas. Dessa forma, ao não regulamentar esse tipo de atividade, o Estado fomenta uma cultura de invisibilização das atividades domésticas. Assim, esse cenário se perpetua no Brasil, e as mulheres, por serem socialmente pressionadas a priorizarem os cuidados com a família e o lar, muitas vezes perdem importantes oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional.

Além disso, é válido perceber o silenciamento midiático como fator potencializador da problemática em debate. Segundo o filósofo Pierre Bourdieu, o que foi criado como instrumento da democracia não deve ser utilizado como mecanismo de opressão. Nesse contexto, devido ao desprezo dado pelos canais midiáticos no que se refere ao trabalho invisível realizado pelas mulheres – o que pode ser observado na ausência da abordagem desse tema em novelas, propagandas e notícias – os cidadãos brasileiros, condicionados a refletir as posturas da mídia, passam a ignorar esse tópico. Dessa maneira, e somado à desinformação vigente no Brasil, essa temática não recebe a devida atenção. Por conseguinte, a anulação das mulheres em prol do bem-estar dos familiares e da casa é, infelizmente, normalizada.

Portanto, são notórios os fatores que alimentam a árdua realidade brasileira no que tange o trabalho invisível realizado pelas mulheres. O Governo Federal deve, pois, atuar na conscientização da população, por meio da criação de campanhas informativas, que serão veiculadas nos meios de comunicação de grande abrangência, como os canais televisivos. Essa ação terá como finalidade chamar atenção da sociedade para o problema em questão. Ademais, cabe à mídia, no papel de principal formadora de opinião, atuar na mudança do comportamento social, por meio da inserção dessa temática em novelas e programas, com o fito de incentivar o pensamento crítico da população a respeito da sobrecarga feminina, de forma que esse assunto ganhe relevância nacional e a "cidadania aparente" abordada por Dimenstein seja superada."



Comentário

A participante demonstra pleno domínio da estrutura dissertativa argumentativa na redação e organiza o texto com o emprego expressivo de recursos coesivos ao longo de toda a escrita, evitando repetições desnecessárias. Ela explora o uso de recursos referenciais (como pronomes relativos, demonstrativos e pessoais), bem como utiliza pelo menos um conectivo dentro de cada parágrafo, além de operadores argumentativos entre os parágrafos ("diante disso", "além disso" e "portanto"). Além disso, demonstra domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, com estrutura sintática excelente (há uso de intercalações, inversões e subordinações), apesar de apresentar um único desvio gramatical: a ausência de paralelismo sintático* no trecho "nas discussões e decisões políticas". Além disso, na versão manuscrita, há uma translineação que deixa a letra "a" de "apenas" isolada na separação silábica, o que não é recomendado. Apesar dessas ressalvas pontuais, foram atendidas as exigências para a nota máxima nas Competências I e IV.

A redação é iniciada pela música do grupo Legião Urbana como estratégia de contextualização para denunciar problemas sociais da realidade brasileira. Na sequência, evidenciando um projeto de texto estratégico e previamente planejado, é anunciado o ponto de vista que será defendido a partir da discussão de duas causas sobre a invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil: "a indiligência governamental" e "o silenciamento midiático". A finalização do parágrafo de introdução é feita com o reforço da necessidade de "remediar o imbróglio", criando um encaminhamento para a discussão que se concluirá com a solução do problema, na proposta de intervenção.

Os dois parágrafos de desenvolvimento se adequam à estrutura do parágrafo padrão ao apresentarem um tópico frasal que é expandido e comprovado, sem apresentar lacunas que impeçam notas elevadas na Competência III. No primeiro parágrafo de desenvolvimento, segundo do texto, é explorada a ideia da responsabilidade estatal no "enfrentamento da invisibilidade", apresentado na frase temática, visto que, como explica a participante, o descaso com as atividades laborais de cuidado fica evidente ao serem deixadas em último plano nas discussões e nas decisões políticas. Essa perspectiva de análise é corroborada pela citação do livro "O Cidadão de Papel", de Gilberto Dimenstein, indicando a contrariedade dos mecanismos legais da Constituição de 1988 e o reforço da invisibilidade das atividades ao não regulamentar esse tipo de atividade. Na finalização do parágrafo, conclui-se que a perpetuação desse cenário em que as mulheres são socialmente pressionadas ao trabalho de cuidado faz com que percam oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional. No terceiro parágrafo do texto, tal como previsto na tese construída pela participante, é trabalhado o silenciamento midiático como outra causa responsável pela potencialização da "invisibilidade" em questão. Para tanto, o participante recorre à teoria de Pierre Bourdieu, explicando que o desprezo dos canais midiáticos à temática do trabalho invisível realizado pelas mulheres passa a ser reproduzido pelos cidadãos brasileiros, o que suscita a normalização da anulação das mulheres em prol do bem-estar dos familiares.

As características presentes nos parágrafos de introdução e de desenvolvimento garantem que a redação atende às exigências para a nota máxima nas Competências II e III: repertório sociocultural produtivo – tanto na



música trazida na contextualização, quanto nos repertórios socioculturais trazidos na argumentação e recuperados na construção conclusiva da redação –, excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo e projeto de texto estratégico, com ideias bem relacionadas e organizadas em prol da defesa de um ponto de vista.

Na conclusão, após a retomada da problemática central, são apresentadas duas soluções com vistas a resolver ambas as causas do problema, desenvolvidas na argumentação. Na primeira delas, identificam-se o agente ("Governo Federal"), a ação ("atuar na conscientização da população"), o meio ("criação de campanhas informativas, que serão veiculadas nos meios de comunicação de grande abrangência"), o detalhamento do meio ("como os canais televisivos") e a finalidade ("Essa ação terá como finalidade chamar atenção da sociedade para o problema em questão"). Já a segunda proposta apresenta o agente ("mídia"), o detalhamento do agente ("papel de formadora de opinião"), a ação ("atuar na mudança do comportamento social"), o meio ("por meio da inserção dessa temática em novelas e programas"), a finalidade ("incentivar o pensamento crítico da população") e o detalhamento da finalidade ("esse assunto ganhe relevância nacional e a 'cidadania aparente' abordada por Dimenstein seja superada").

**Vale destacar que, quando um artigo é utilizado antes de um substantivo em uma construção sintática, é preciso empregar artigo antes de todos os outros substantivos que apresentam a mesma função sintática (paralelismo sintático), até mesmo em momentos em que há contração de preposição + artigo.*



Lílian Carvalho (ela/dela)

30 anos | Carpina - PE | @profliliancarvalho

"No período escravocrata brasileiro, as mulheres eram as principais exploradas no que diz respeito aos trabalhos domésticos e aos cuidados das crianças, algumas até com a função de amamentação, como as amas de leite. No Brasil contemporâneo, apesar do tempo decorrido, o presente se assemelha ao passado, visto que há um legado histórico, o qual mantém a mulher nesse ciclo de exploração e invisibilidade do seu trabalho de cuidado. Nesse contexto, os principais desafios que dificultam o enfrentamento desse problema é a mentalidade patriarcal e os valores capitalistas.

Diante desse cenário, nota-se a herança patriarcal como uma potencializadora do problema. Isso acontece, porque há um machismo estrutural no país, o qual contribui para a errônea ideia de que os serviços de cuidado devem ser prioritariamente das mulheres. Tal estigma baseia-se em estereótipos sociais que as caracterizam como mais "jeitosas", "sensíveis" e "cuidadosas", como se fossem características inatas ao grupo feminino, quando na verdade são atribuições que podem e devem ser ensinadas. Nesse cenário, vê-se na prática o conceito de "violência simbólica", do sociólogo Pierre Bourdieu, o qual defende que atos violentos podem acontecer sem agressão física, ocorrendo por meio de ações que agredem a honra, o prestígio e o reconhecimento. Nessa perspectiva, a invisibilidade do trabalho de cuidadora violenta diariamente as mulheres que não têm seus esforços reconhecidos, sendo muitas vezes discriminadas em suas funções, assim como os escravos do período colonial. Logo, é preciso desconstruir a visão patriarcal.

Além disso, a mentalidade capitalista é outro desafio. É inquestionável que a sociedade hoje se move em torno de produtividade e resultados, de preferência, calculáveis, tendo como base a priorização do dinheiro em prejuízo da vida. Nessa lógica de mercado, as trabalhadoras de assistência são vistas como inferiores, ou melhor, são invisibilizadas, por não gerarem renda direta para o Estado. Tal cenário pode ser explicado pelo conceito da "sociedade do desempenho", do sociólogo Byung-Chul Han, o qual diz que há uma busca incessante pela produtividade e pelo sucesso, o qual está associado ao dinheiro, ou seja, o reconhecimento é proporcional às conquistas financeiras. Com efeito, as cuidadoras são relegadas à inexistência na nação do desempenho, como se seus trabalhos não fossem importantes. No entanto, a ausência desses serviços geram um impacto considerável no sistema por serem essenciais para que os outros setores funcionem. Por isso, é importante dar visibilidade a essas trabalhadoras.

Fica claro, portanto, que o patriarcalismo e a visão capitalistas são grandes obstáculos. Sendo assim, o Ministério do Trabalho deve desconstruir os estereótipos patriarcais e capitalistas, valorizando nossas cuidadoras. Essa ação deve ser feita por meio da implantação de um Projeto Nacional Cuidado Diário, o qual irá promover, nas redes sociais, campanhas com influenciadores mostrando a rotina das mais diversas trabalhadoras de cuidado e o impacto social e econômico da ausência delas, além de desconstruir estereótipos sociais por meio de debates. Isso deve ser feito com o objetivo de dar visibilidade e prestígio a essas mulheres tão necessárias para nação brasileira. Dessa forma, será possível romper com essa violência que nos assola desde o período colonial."



Comentário

A participante demonstrou ótimo domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, com raros erros de concordância — como “os principais desafios que dificultam o enfrentamento desse problema é” em vez de “são”, na linha 5, e “a ausência desses serviços geram” em vez de “gera”, na linha 22, além de “período colonial”* com letra minúscula em vez de maiúscula, na linha 30 —, os quais não são suficientes para acarretar um desconto de nota na Competência I. Verifica-se excelente sintaxe nos períodos compostos e nas inversões, o que contribui para uma nota máxima nesse critério de avaliação.

Dentre os demais atributos do texto, cabe ressaltar o uso estratégico de repertórios socioculturais. A introdução utiliza um repertório histórico — o período escravocrata brasileiro — para contextualizar o tema e, nos parágrafos seguintes, a autora recorre a ideias de Pierre Bourdieu e de Byung-Chul Han, importantes pensadores, para fortalecer as próprias reflexões. Assim, ela consegue esclarecer ao leitor que a invisibilização do trabalho de cuidado exercido pela mulher é uma forma de “violência simbólica” (segundo parágrafo), que ocorre, em parte, devido à valorização excessiva do lucro, na chamada “sociedade do desempenho” (terceiro parágrafo). A partir dessa estratégia, a participante alcança a nota da Competência II de forma estratégica ao tentar garantir que ao menos um dos três repertórios socioculturais utilizados seja considerado produtivo pela banca corretora.

A nota máxima na Competência III, por sua vez, é atingida graças à intencionalidade do projeto de texto: já ao fim da introdução, a autora anuncia os argumentos centrais de sua redação (“mentalidade patriarcal” e “valores capitalistas”), os quais são retomados e aprofundados ao longo dos parágrafos de desenvolvimento. Há, nesses parágrafos, explicação didática das principais ideias, e a participante mobiliza, também, elementos de seu próprio conhecimento de mundo para enriquecer a argumentação, tornando-a mais informativa. Tanto essa informatividade quanto a construção de uma redação coerente, a partir de um projeto de texto cuidadoso e bem desenvolvido, são características contempladas pela Competência III.

Em relação à Competência IV, observa-se, de um lado, a ausência de repetições desnecessárias de palavras e, de outro, o uso variado e recorrente de recursos coesivos. Ao iniciar um novo parágrafo, a autora procura estabelecer uma relação com o parágrafo anterior (“diante desse cenário”, “além disso”, “portanto”), o que contribui para a construção da unidade textual, uma vez que as diferentes partes do texto estão conectadas. Dentro dos parágrafos, também há o uso de recursos coesivos, seja para retomar ideias sem recorrer à repetição de palavras (“o qual”, “tal cenário”), seja para estabelecer relações de sentido entre ideias, orações e períodos (“apesar de”, “logo”, “no entanto”, “por isso”), o que favorece a construção de uma linha de raciocínio clara ao longo do texto. Assim, a coesão textual fica bem construída, possibilitando a nota máxima também no que diz respeito aos recursos coesivos.

Por fim, na conclusão, há uma única proposta de intervenção que retoma, de uma só vez, os dois argumentos principais (“mentalidade patriarcal” e “valores capitalistas”). A solução sugerida pela participante é bastante clara: identifica-se um agente (Ministério do Trabalho), uma ação (“desconstruir os estereótipos patriarcais e capitalistas”) que retoma ambos os argumentos, um meio (“por



meio da implantação de um Projeto Nacional Cuidado Diário”), uma finalidade (“com o objetivo de dar visibilidade e prestígio a essas mulheres tão necessárias para nação brasileira”) e, por fim, um detalhamento da finalidade (“Dessa forma, será possível romper com essa violência que nos assola desde o período colonial”). Com os cinco elementos necessários (agente, ação, meio, finalidade e detalhamento), a proposta de intervenção está completa, recebendo nota máxima na Competência V.

**É preciso ressaltar que a obrigatoriedade do emprego de letra maiúscula em nomes de períodos históricos não é consensual. A Novíssima Gramática da Língua Portuguesa (CEGALLA, 2020), por exemplo, determina que nomes de épocas históricas devem ser grafadas com letra inicial maiúscula; ao passo que, para o Dicionário Houaiss, esse uso é facultativo. Diante de tal fato, não é possível precisar se a banca avaliadora do Enem considerou ou não como um desvio gramatical.*



Luana Amaro de Alencar (ela/dela)

20 anos | Juazeiro do Norte - CE | @luhh_alencar

"O livro "Emma", da escritora inglesa Jane Austen, narra a história de uma jovem do século XIX que vive um conflito interno no qual o desejo de se casar com o homem que ama se opõe ao dever de cuidar de seu pai idoso integralmente. Ao sair do mundo literário e analisar a atual conjuntura brasileira, torna-se perceptível que situações como essa, em que uma mulher precisa abdicar de seus desejos individuais para se dedicar à família e ao lar são extremamente frequentes. Contudo, apesar de sua importância, esse trabalho de cuidado pelas mulheres é extremamente desvalorizado e enfrentar essa realidade se tornou um desafio tanto por conta do machismo estrutural enraizado na sociedade quanto por conta dos estigmas que o cercam.

Primeiramente, cabe destacar que o machismo no Brasil está presente desde o Período Colonial, que tinha como característica marcante o patriarcalismo. Dessa forma, é possível afirmar que a sociedade brasileira foi construída em um cenário no qual os homens comandavam e as mulheres eram responsáveis por cuidar dos afazeres domésticos e dos filhos. Assim, a parcela feminina da população foi silenciada por muitos anos, tendo que lutar para ter os mesmos direitos que os homens. Com isso, mesmo tendo conquistado vários benefícios ao longo das décadas, elas ainda não são ouvidas por grande parte dos indivíduos, de modo que o trabalho de cuidado que a maioria realiza ainda é invisibilizado perante a sociedade, sendo extremamente mal remunerado e desvalorizado.

Ademais, outro fator que torna a valorização dos cuidados realizados pelas mulheres um desafio está relacionado aos estigmas provenientes do machismo. Isso porque, tendo em vista que o país tem, desde sua origem, estrutura patriarcal, certos preconceitos sobre o papel feminino já foram normalizados. Um exemplo disso é a ideia de que o papel feminino é somente o de cuidadora, tanto do lar quanto da família, de forma que negar esse trabalho é ser irresponsável e fugir de suas obrigações. Por esse motivo, a invisibilidade desse ofício é apenas uma consequência desse estigma, pois uma mulher dificilmente será valorizada por fazer algo que, pelo senso comum, é apenas seu dever.

Infere-se, portanto, que medidas são necessárias para combater o machismo e facilitar o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil. Cabe ao Ministério da Educação, responsável por garantir a educação não só de matérias tradicionais, mas de questões sociais, criar projetos de combate ao machismo e aos estigmas que ele origina. Tal ação seria realizada por meio de palestras sobre o tema nas escolas e por campanhas veiculadas nas redes sociais com o objetivo de conscientizar a população sobre a igualdade de gênero, fazendo com que nenhum trabalho de cuidado fosse delegado somente às mulheres e que os homens passassem a valorizar esse ofício."



Comentário

A participante demonstra pleno domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, com estrutura sintática adequada e variada, evidente nos diversos períodos compostos por subordinação (como em “Com isso, mesmo tendo conquistado vários benefícios ao longo das décadas, elas ainda não são ouvidas [...]” e em “Assim, a parcela feminina da população foi silenciada por muitos anos, tendo que lutar para ter os mesmos direitos que os homens”). O domínio linguístico também se evidencia na ausência de desvios gramaticais e no vocabulário diversificado e preciso. Em relação à coesão, não se verifica repetição desnecessária de palavras, e há uso recorrente e variado de recursos coesivos ao longo do texto, seja entre os parágrafos (“ademais”, “portanto”), seja no interior de cada um deles (“por esse motivo”, “dessa forma”, “de modo que”, entre outros). Assim, a autora do texto cumpre os requisitos necessários para alcançar a nota máxima nas Competências I e IV da grade de correção do Enem.

Há, além disso, uso produtivo dos repertórios socioculturais mobilizados no texto. Já na introdução, é exposta uma obra ficcional, “Emma”, mobilizada para fazer uma analogia entre ficção e realidade: enquanto, na ficção, Emma sente a pressão de ter que escolher entre seus desejos e a obrigação de cuidar do pai, na realidade, muitas mulheres também se veem pressionadas ao trabalho de cuidado, renunciando àquilo que desejam. A semelhança entre os dois contextos constrói a pertinência e a produtividade do repertório — também legitimado, por estar vinculado à Literatura, Área do Conhecimento reconhecida pela grade do Enem —, o que garante ao texto nota máxima na Competência II.

Em relação à Competência III, observa-se um projeto de texto estratégico: ao final da introdução, a participante apresenta duas possíveis causas para o tema analisado (o “machismo estrutural enraizado” e os “estigmas” associados a ele), as quais são retomadas e discutidas ao longo da redação. O segundo parágrafo analisa, a partir de uma perspectiva histórica, a origem do machismo que, segundo a autora, é responsável por silenciar e invisibilizar mulheres até hoje. Já no terceiro parágrafo, a autora reflete sobre o que favoreceria a manutenção da invisibilidade do trabalho de cuidado exercido pelas mulheres no presente, questionando de que forma a construção de estereótipos sobre a figura feminina desde o passado ainda afeta a atualidade. A partir de um olhar crítico sobre a realidade, chega à conclusão de que a desvalorização do trabalho de cuidado se deve, justamente, ao fato de ele ser visto como algo “natural”, intrínseco às mulheres – e de que, por isso, não precisaria ser remunerado e nem visto como um fardo. Graças ao planejamento estratégico da argumentação, evidente na retomada das ideias apresentadas ao fim da introdução ao longo dos parágrafos seguintes, e ao didatismo nas explicações, a participante conseguiu defender seu ponto de vista e atingir a nota máxima na Competência III.

Na conclusão, há uma única proposta de intervenção, a qual retoma ambos os argumentos da tese (“machismo estrutural” e “estigmas que o cercam”). A solução sugerida apresenta agente (“Ministério da Educação”), detalhamento do agente (“responsável por garantir a educação não só de matérias tradicionais, mas de questões sociais”), ação (“criar projetos de combate ao machismo e aos estigmas que ele origina”), meio (“por meio de palestras sobre o tema nas escolas e por campanhas veiculadas nas redes sociais”), finalidade (“com o objetivo de conscientizar a população sobre a igualdade de gênero”) e detalhamento da finalidade (“fazendo com que nenhum trabalho de cuidado fosse delegado somente às mulheres e que os homens passassem a valorizar esse ofício”). Desse modo, verifica-se que a proposta está completa, o que justifica a nota máxima na Competência V.



Luana Pizzolato (ela/dela)

19 anos | São Bernardo do Campo - SP | @studyluup

"As décadas finais do século 20, no Brasil, foram marcadas pela presença de movimentos sociais diversos, como o de ruptura das condições de gênero que prejudicavam as mulheres no meio social. Embora as manifestações tenham conquistado direitos, ainda há problemas que assolam o cotidiano feminino das brasileiras, como a invisibilidade do trabalho de cuidado. De fato, essa questão é influenciada pelo sistema capitalista e pela manutenção da visão patriarcal. Logo, é urgente sanar os desafios e enfrentar a problemática.

Diante desse cenário, cabe analisar a relação entre o modelo econômico e a invisibilidade referida. Consoante a tese do sociólogo Karl Marx, os donos de produção, no capitalismo, possuem como fim o maior lucro possível. Nessa perspectiva do autor, nota-se que essa mentalidade econômica ainda rege as relações atuais, incluindo as do Brasil. Desse modo, em um contexto que o trabalho de cuidado não reproduz o capital desejado pelas empresas, esse é invisibilizado e mal remunerado. Portanto, é visível que o sistema capitalista é um entrave na questão sofrida pelas mulheres.

Ademais, a permanência da visão patriarcal acentua o problema dessa invisibilidade. Tal situação é explicada pois, desde o Período Colonial do Brasil, as mulheres foram designadas a cumprir funções domésticas e de cuidado, já que não eram vistas como capazes de exercer outro ofício. Nesse cenário, ao relacionar com a atualidade, é nítido que essa convenção social do papel da mulher foi mantido como modo de continuar o privilégio dos homens, detentores do poder. Assim, ao passo que esses se consideram superiores, não há uma luta para valorizar o trabalho de cuidado, já que é visto como função intrínseca e obrigatória do gênero feminino.

Em suma, constata-se que mudanças devem ocorrer para enfrentar os desafios da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher. Para isso, cabe ao Poder Legislativo, na condição de detentor dos meios legais de transformação, criar leis que tornem obrigatória a remuneração digna desse ofício com inclusão no mercado, além de regulamentar sua valorização. Essa proposta deve ser aprovada por meio de um debate na Câmara dos Deputados e tem como fim acabar com a invisibilidade desse trabalho. Feito isso, a questão deixará de ser um problema do corpo social brasileiro."

Comentário

O texto apresenta um bom domínio da modalidade formal da língua portuguesa, embora apresente dois desvios gramaticais: ausência de preposição "em" antes do "que" em "Desse modo, em um contexto que o trabalho de cuidado" (linha 12); e falha de concordância de gênero em "é nítido que essa convenção social do papel da mulher foi mantido" (linha 19) - o correto seria "mantida". A participante faz uso também de diferentes estratégias de coesão, seja por meio do uso de conectivos ("embora", "portanto", "já que", dentre outros), seja por meio do uso de pronomes demonstrativos ("tal situação", "essa questão", "essa proposta", dentre outros). Essas estratégias se mostram adequadas ao contexto e são utilizadas de forma diversificada, com uma repetição pontual do



conectivo “já que”, sem qualquer prejuízo para a construção textual da participante. Em relação à coesão, é cabível, também, de destaque o emprego de operadores argumentativos no início de dois parágrafos, “ademais” e “em suma”, os quais marcam a relação de causalidade entre eles.

Do ponto de vista do tema, o texto aborda-o de maneira completa, tendo em vista que há uma menção e uma discussão direta às questões tratadas na frase temática, “Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil”. Do ponto de vista do gênero, o texto caracteriza-se como um texto dissertativo-argumentativo por explicitar as suas três partes fundamentais (introdução, desenvolvimento e conclusão) e, principalmente, por expor e defender um ponto de vista claro sobre o tema, a partir de argumentos objetivos.

O principal ponto a ser destacado consiste no planejamento e na organização do texto. Isso porque há uma tese claramente apresentada no final da introdução, que indica ao leitor o percurso argumentativo que será defendido, “essa questão é influenciada pelo sistema capitalista e pela manutenção da visão patriarcal”. Os argumentos apresentados, sistema capitalista e sociedade patriarcal, são retomados nos parágrafos de desenvolvimento e norteiam a construção argumentativa e propositiva.

No primeiro parágrafo de desenvolvimento, segundo parágrafo do texto, o sistema capitalista é apresentado como um dos fatores que contribuem para a invisibilidade do trabalho de cuidado. Segundo a participante, a busca pelo lucro, aspecto central do sistema econômico, faz com que a sociedade não reconheça e dê visibilidade ao trabalho de cuidado por ele não ser rentável. Para realizar tal análise, é citado o sociólogo Karl Marx, que, além de ser um repertório sociocultural - isto é, ser uma informação externa aos textos motivadores -, fundamenta a argumentação e, por consequência, mostra-se um repertório pertinente ao tema, legitimado e produtivo.

No segundo parágrafo de desenvolvimento, terceiro parágrafo do texto, o argumento exposto na tese é retomado, a permanência da visão patriarcal. A explicação dessa ideia parte de um repertório histórico, o Período Colonial, momento em que a função de cuidado foi atribuída às mulheres pela sociedade da época. Tal mentalidade alicerça ainda hoje a estrutura de poder que os homens detêm. A história, além de fundamentar o argumento (Competência III), também reforça a nota da Competência II, que avalia o tema, o gênero e, especialmente, o repertório sociocultural.

O projeto de texto da participante ainda se mostra evidente na sua proposta de intervenção, que engloba, em uma única solução, os dois problemas apresentados no corpo do texto: o “Poder Legislativo” (agente), “na condição de detentor dos meios legais de transformação” (detalhamento do agente), “criar leis que tornem obrigatória a remuneração digna desse ofício com inclusão no mercado, além de regulamentar sua valorização” (ação), “essa proposta deve ser aprovada por meio de um debate na Câmara dos Deputados” (meio), “tem como fim acabar com a invisibilidade desse trabalho” (finalidade) e “Feito isso, a questão deixará de ser um problema do corpo social brasileiro” (detalhamento da finalidade). Em outros termos, a ação de criar leis atinge tanto a questão financeira (não ser um trabalho lucrativo – argumento 1) como a desvalorização (decorrente da sociedade patriarcal – argumento 2). Além de haver uma relação direta entre argumentos e proposta de intervenção, esta mostra-se completa por explicitar os cinco elementos requeridos pela grade de correção.



Luca Muta (ele/dele)

23 anos | São José dos Campos - SP | @lucamuta_

"Em seu livro "Cidadania no Brasil: o longo caminho", o historiador José Murilo de Carvalho defende a coexistência de direitos civis e sociais como imprescindível para que se alcance uma cidadania plena. Sob esse viés, a desvalorização de serviços fundamentais para o desenvolvimento da sociedade impossibilita a efetivação da cidadania genuína - referida por Carvalho. Nesse contexto, convém analisar a questão dos desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil, cujas principais causas são a naturalização da desigualdade de gênero e a negligência do Estado.

A princípio, deve-se compreender que a normalização das desigualdades de tratamento entre homens e mulheres perpetua o problema. De acordo com a filósofa Hannah Arendt, em virtude de um processo de massificação ao qual foram submetidos, os indivíduos foram moldados a naturalizar as mazelas circundantes. Nessa perspectiva, a população - condicionada pela tradição - não só delega trabalhos de cuidado ao gênero feminino como também menospreza suas péssimas condições. Aliás, muitas pessoas julgam a invisibilidade da mulher envolvida nesse tipo de serviço como algo natural, uma vez que, historicamente, a mulher foi obrigada a trabalhar no ambiente doméstico, independentemente da má remuneração ou, em certos casos, de sua ausência. Desse modo, a naturalização da desigualdade de gênero impede que as mulheres desse meio alcancem uma cidadania plena.

Além disso, é inegável que o Estado contribua para a persistência da problemática. Em sua obra "O Cidadão de Papel", o escritor Gilberto Dimenstein retrata um país no qual garantias constitucionais são restritas ao papel. Paralelamente, não tão distante da ficção, o governo brasileiro, apesar de possuir a Constituição Federal - uma das mais completas - é omissos quanto à lamentável situação de trabalhadoras de cuidados. Inclusive, os baixos salários destinados a essas mulheres é, no mínimo, uma injustiça, tendo em vista a importância desses serviços para o bom funcionamento da sociedade. Assim, ao ser negligente, o Estado deteriora a condição de invisibilidade feminina no trabalho doméstico, quando, na verdade, deveria enfrentá-la.

Portanto, medidas são necessárias para resolver o problema. Para isso, o Governo Federal deve promover campanhas de conscientização da população - realizadas em locais públicos de fácil acesso - por meio da divulgação de dados que expressem a relevância do serviço caseiro para o país, além de palestras que desconstruam a noção de que seja normal que as mulheres recebam menos, a fim de desnaturalizar as desigualdades de gênero. Ademais, também é obrigação do Estado aumentar a qualidade de vida desse grupo social, mediante promoção de aumento salarial, junto à disponibilização de suporte emocional, com o intuito de combater sua marginalização. Em suma, será possível enfrentar a invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil e, destarte, efetivar a cidadania plena - defendida por José Murilo de Carvalho."



Comentário

O participante demonstrou pleno domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, com estrutura sintática excelente - há uso de intercalações (linhas 10 e 11, 17 e 18, 23), inversões (linhas 1 e 2, 8 e 9) e subordinações (linhas 11 a 13, 20 e 21, 26 e 27) - em um texto com apenas dois desvios gramaticais. Na linha 18, falta uma vírgula para isolar a oração subordinada adverbial concessiva em: “o governo brasileiro, apesar de possuir a Constituição Federal - uma das mais completas -[,] é omissos quanto à lamentável situação de trabalhadoras de cuidados”. Já na linha 19, há quebra de concordância em: “os baixos salários destinados a essas mulheres é, no mínimo, uma injustiça”, pois o verbo deveria estar flexionado no plural (“são”), concordando com o sujeito da oração. Esses desvios, no entanto, são tolerados e não impedem a nota máxima na Competência I.

Aliado a isso, tal domínio se evidencia no emprego expressivo de recursos coesivos ao longo de todo o texto, evitando-se repetições desnecessárias. O participante explora o uso de recursos referenciais (como pronomes relativos, demonstrativos e pessoais), bem como utiliza pelo menos um conectivo dentro de cada parágrafo, além dos operadores argumentativos inseridos entre os parágrafos (“além disso” e “portanto”). Desse modo, foram também atendidas as exigências para a nota máxima na Competência IV.

A redação se inicia pela apresentação da teoria do historiador José Murilo de Carvalho segundo a qual, para que um indivíduo desfrute de cidadania plena, é indispensável que se lhe garantam seus direitos. O participante aplica essa visão à realidade, afirmando que a desvalorização de serviços fundamentais (como o trabalho de cuidado realizado por mulheres no Brasil) impede que o raciocínio do historiador se concretize, o que garante a nota máxima na Competência II. Na sequência, evidenciando um projeto de texto estratégico previamente planejado, avaliado na Competência III, é anunciado o ponto de vista que será defendido a partir da discussão de duas causas da invisibilidade desse tipo de trabalho: “a naturalização da desigualdade de gênero” e “a negligência do Estado”.

No primeiro parágrafo de desenvolvimento, segundo parágrafo do texto, é explorada, com mais profundidade, a ideia de “naturalização da desigualdade de gênero” como responsável pela “invisibilidade” apresentada na frase temática. Para defender essa correlação, o participante explica o histórico processo de massificação que, segundo a filósofa Hannah Arendt, levou a sociedade a delegar os trabalhos de cuidado às mulheres e a desqualificá-lo, consequentemente associando a figura feminina ao ambiente doméstico e privando-a de remuneração satisfatória. Na finalização do parágrafo, o autor afirma que essa naturalização impede a cidadania plena, retomando a ideia trazida no parágrafo introdutório.

No segundo parágrafo de desenvolvimento, terceiro parágrafo do texto, tal como previsto na introdução, é trabalhada a negligência do Estado como outra causa da “invisibilidade” em questão. Para tanto, o participante explica o conceito da obra “O cidadão de papel”, de Gilberto Dimenstein, e o aplica à realidade brasileira, justificando que, embora o Brasil possua uma Constituição Federal que arrola muitos direitos, estes não são garantidos na prática. Como prova disso, são citados os baixos salários que recebem as brasileiras encarregadas de trabalhos de cuidado, demonstrando, portanto, como o Estado contribui para a manutenção



do desafio tratado na frase temática.

Na conclusão, são propostas duas soluções que solucionam as duas problemáticas anunciadas na introdução e detalhadas no desenvolvimento. A exigência para a nota máxima na Competência V é de que pelo menos uma delas seja completa. Na primeira delas, identificam-se o agente (Governo Federal), a ação (promover campanhas de conscientização da população em locais públicos de fácil acesso), o meio (divulgação de dados que expressem a relevância do serviço caseiro para o país e palestras que desconstruam a noção de que seja normal que as mulheres recebam menos) e a finalidade (desnaturalizar as desigualdades de gênero). Já na segunda solução, identificam-se o agente (Estado), a ação (aumentar a qualidade de vida desse grupo social), o meio (promoção de aumento salarial e disponibilização de suporte emocional) e a finalidade (combater sua marginalização). Essas duas propostas tornam-se completas pelo acréscimo, ao final, de um detalhamento da finalidade (efetivar a cidadania plena defendida por José Murilo de Carvalho), retomando a ideia apresentada no início da redação. Dessa forma, a unidade textual fica valorizada, num texto que atende às exigências para a nota máxima também nas Competências II e III: repertório sociocultural produtivo (no primeiro, segundo e terceiro parágrafos), excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo e projeto de texto estratégico, com ideias bem relacionadas e organizadas em prol da defesa de seu ponto de vista.



Lucas Malta (ele/dele)

18 anos | Governador Valadares - MG | @olucasmalta_

"A Constituição Federal de 1988, documento jurídico mais importante do país, garante o trabalho remunerado e a dignidade humana como direitos de todo cidadão brasileiro, além de estabelecer a igualdade entre os gêneros masculino e feminino na sociedade. Entretanto, nota-se que tal prerrogativa não tem se reverberado na prática, visto que ainda há uma invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil, o qual, muitas vezes, não apresenta retorno financeiro. Portanto, faz-se necessária a análise dos principais fatores que contribuem para esse triste cenário: o machismo e o descaso estatal.

Em primeira análise, é importante destacar que a mulher ocupa uma posição subjugada na sociedade brasileira desde o período colonial, sendo encarregada dos afazeres domésticos e dos cuidados familiares. A partir desse contexto, após anos de inferiorização, as mulheres conquistaram diversos direitos sociopolíticos, como o direito ao voto e o trabalho remunerado. Todavia, mesmo com essas conquistas, ainda é notável que existe um machismo estrutural na sociedade contemporânea, já que, segundo o IBGE, as mulheres gastam o dobro de tempo com tarefas de cuidado, quando comparadas aos homens. Nesse sentido, por ser uma tradição enraizada na sociedade, o trabalho de cuidado realizado pela população feminina é ignorado por grande parte das pessoas.

Ademais, é imperioso ressaltar que a invisibilidade e a desvalorização desse tipo de trabalho resultam, em alguns casos, na falta de remuneração, o que contraria o direito estabelecido na Constituição. De acordo com o filósofo Nicolau Maquiavel, o principal objetivo do governante é a manutenção do poder, deixando em segundo plano a busca pelo bem comum. Assim, é evidente que o Estado não se preocupa com a garantia dos direitos das mulheres, o que reflete na ausência de políticas públicas que assegurem uma remuneração digna àquelas que trabalham. Dessa forma, as mulheres se encontram desamparadas, ao mesmo tempo, pela sociedade e pelo governo.

Portanto, é necessário promover ações concretas, as quais alterem o quadro de invisibilidade do trabalho realizado pela população feminina. Logo, cabe às emissoras de TV, as quais são grandes formadoras de opinião da sociedade, realizar campanhas sobre a importância de lutar contra o machismo, por meio de anúncios publicitários, a fim de desconstruir ideias de subjugação presentes no Brasil contemporâneo. Além disso, o Governo Federal deve fiscalizar as relações de trabalho para garantir a remuneração feminina."

Comentário

O participante demonstrou pleno domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, com estrutura sintática excelente – há uso de intercalações (linhas 1 e 2, 23 e 24), inversões (linhas 12 a 14, 15 e 16) e subordinações (linhas 4 a 6, 26 a 29) – em um texto com um único desvio gramatical: na linha 19, “período colonial”^{*} está grafado com iniciais minúsculas, mas, por se tratar de um acontecimento histórico, deveria estar com maiúsculas. Aliado a isso, tal domínio se evidencia no emprego expressivo de recursos coesivos ao longo de todo o texto, evitando-se repetições desnecessárias. O participante explora o uso de recursos referenciais (como pronomes relativos, demonstrativos e pessoais), bem como utiliza pelo menos um conectivo dentro de cada parágrafo, além dos



operadores argumentativos inseridos entre os parágrafos ("ademais" e "portanto"). Desse modo, são atendidas as exigências para a nota máxima nas Competências I e IV.

A redação se inicia pela apresentação da oposição flagrante entre os direitos definidos pela Constituição Federal de 1988 e a não efetivação destes quando analisada a invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil. Apesar de a Constituição ser um repertório empregado por muitos participantes, nesse texto ela é utilizada de forma produtiva, evitando-se, portanto, um uso mecânico e desconectado da construção textual, o que garante a nota máxima na Competência II. Na sequência, evidenciando um projeto de texto estratégico previamente planejado, avaliado na Competência III, é anunciado o ponto de vista que será defendido a partir da discussão de duas causas desse problema: "o machismo" e "o descaso estatal".

No primeiro parágrafo de desenvolvimento, segundo parágrafo do texto, é explorada, com mais profundidade, a ideia do machismo como responsável pela "invisibilidade" apresentada na frase temática, visto que, como explica o participante, as mulheres estão em posição subalterna desde o Período Colonial brasileiro, o que lhes atribui o trabalho de cuidado. Na sequência, é demonstrado que, embora elas tenham conquistado direitos ao longo dos anos, tal visão histórica se perpetua devido ao machismo estrutural, o que é comprovado pelo dado do IBGE de que mulheres dedicam o dobro de horas ao trabalho de cuidado em comparação com homens (dado retirado do Texto II da coletânea e acertadamente empregado na argumentação para se contrapor às conquistas femininas). Na finalização do parágrafo, conclui-se que essa naturalização por parte da sociedade provoca a invisibilidade do referido problema.

No segundo parágrafo de desenvolvimento, terceiro parágrafo do texto, tal como previsto na introdução, é trabalhado o descaso estatal como outra causa da "invisibilidade" em questão. Para tanto, o participante recorre à teoria de Nicolau Maquiavel, explicando que o governo visa à manutenção do poder em detrimento da garantia dos direitos à população. Aplicando tal visão à realidade brasileira, demonstra-se que, embora a Constituição assegure remuneração às mulheres encarregadas dos trabalhos de cuidado, o Estado não garante esse direito na prática, contribuindo, portanto, para a manutenção do desafio tratado na frase temática. Entretanto, há aqui uma oportunidade para aprimorar o desenvolvimento das ideias – o que não impede a nota máxima na Competência III –, na medida em que não é tão bem explicada essa relação entre poder e bem comum, citada por Maquiavel, e a falta de garantia de direitos às mulheres que exercem o trabalho de cuidado no Brasil.

Na conclusão, são propostas duas soluções com vistas a resolver ambas as causas do problema, desenvolvidas na argumentação. Na primeira delas, identificam-se o agente (emissoras de TV), detalhamento do agente (grandes formadoras de opinião da sociedade), a ação (realizar campanhas sobre a importância de lutar contra o machismo), o meio (anúncios publicitários) e a finalidade (desconstruir ideias de subjugação presentes no Brasil contemporâneo). Já a segunda solução está incompleta, pois são identificados apenas o agente (Governo Federal), a ação (fiscalizar as relações de trabalho) e a finalidade (garantir a remuneração feminina). Isso, porém, não prejudica a avaliação do texto, uma vez que só uma proposta precisa conter os cinco elementos para atingir a nota máxima na Competência V.

**É preciso ressaltar que a obrigatoriedade do emprego de letra maiúscula em nomes de períodos históricos não é consensual. A Novíssima Gramática da Língua Portuguesa (CEGALLA, 2020), por exemplo, determina que nomes de épocas históricas devem ser grafadas com letra inicial maiúscula; ao passo que, para o Dicionário Houaiss, esse uso é facultativo. Diante de tal fato, não é possível precisar se a banca avaliadora do Enem considerou ou não como um desvio gramatical.*



Lucca Aguilar (ele/dele)

17 anos | Brasília - DF | @lucca_aguilar_

"Na série "Anne with an E", que se passa no século XIX, é retratada a história de Anne, uma garota que luta contra os papéis sociais arcaicos atribuídos às mulheres, como a obrigação de permanecer em casa e a incumbência de realizar, de forma exclusiva, as tarefas domésticas. De maneira análoga à ficção, a invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil representa uma trágica realidade hodierna que afeta profundamente o bem-estar da população feminina. Tal problemática está fundamentada em questões histórico-culturais, como a misoginia, e traz como consequência a redução do protagonismo desse grupo na sociedade, sobretudo em áreas relacionadas ao mercado de trabalho e à educação. Dessa feita, é fulcral que uma medida seja tomada para mitigar esse cenário de invisibilidade e desigualdade.

Nesse diapasão, o trabalho de cuidado - atividades relacionadas à manutenção da harmonia social através da atenção ao ambiente doméstico e do ato de cuidar de outras pessoas - está amplamente associado às mulheres. Diante disso, é inegável que, desde o início da colonização brasileira, as ações de lavar, limpar e cozinhar fazem parte do ideal coletivo de participação social feminina. Sob esse prisma, segundo o alemão Albert Einstein, "é mais fácil destruir um átomo do que um preconceito", ou seja, os papéis sociais atribuídos aos indivíduos, que foram perpetuados ao longo da história, estão enraizados na cultura do país, fato que é refletido pelos preconceitos e estereótipos machistas associados às mulheres, o que culmina na associação exclusiva do trabalho de cuidado a essa população.

Ademais, a invisibilidade das ações de cuidado doméstico e humanitário realizadas pelas mulheres está fortemente atrelada à desigualdade, pois a maior parte dessas atividades é caracterizada por longas jornadas de trabalho e por baixas ou inexistentes remunerações. Nesse contexto, a Constituição Federal de 1988 assegura direitos básicos dos cidadãos, como o acesso à educação e ao trabalho digno. Todavia, a invisibilidade e o caráter compulsório das ações de cuidado realizadas pelas mulheres acarretam a exclusão dessa população de outros setores da sociedade, como o mercado de trabalho, e estimula a evasão escolar e o abandono dos estudos, seja pela falta de tempo, seja pela falta de oportunidades.

Portanto, cabe à mídia - ferramenta capaz de produzir significativos impactos sociais - e às instituições educacionais de todo o país a produção de conteúdos para a elucidação da população brasileira acerca da relevância e das implicações do trabalho de cuidado realizado pelas mulheres. Tal ação deve ocorrer mediante a criação de campanhas publicitárias e cartilhas educacionais com o fito de promover a desconstrução dos papéis sociais misóginos presentes na sociedade brasileira, reduzir seus impactos e, por consequência, assegurar os direitos básicos das mulheres. Apenas assim, garantir-se-á que as situações vivenciadas por Anne não condigam com a realidade da população feminina no Brasil."



Comentário

Cabe apontar, primeiramente, que o participante demonstrou excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, com estrutura sintática excelente e apenas um desvio gramatical (de concordância verbal em “a invisibilidade e o caráter compulsório das ações de cuidado realizadas pelas mulheres (...) estimula a evasão escolar e o abandono dos estudos (...)”, quando deveria ser “a invisibilidade e o caráter compulsório das ações de cuidado realizadas pelas mulheres (...) estimulam a evasão escolar e o abandono dos estudos (...)”) e um desvio de escolha vocabular (“Nesse diapasão” poderia ser substituído por “Nesse contexto”).

Além disso, cabe ressaltar que a coesão do texto é garantida tanto pelos recursos coesivos referenciais que estabelecem a continuidade dos referentes sem repetições penalizáveis, por meio de pronomes (“disso”, “seus impactos”) e de variadas expressões lexicais (“tal problemática”, “desse grupo”, “esse cenário de invisibilidade e desigualdade”, “sob esse prisma”, “essa população”, “nesse contexto”, “dessas atividades”, “tal ação”), quanto pelo uso recorrente de recursos coesivos sequenciais que articulam orações, períodos e parágrafos – “como”, “ou seja”, “pois”, “todavia”, “seja...seja...”, “por consequência”, “assim”. Deve-se apontar ainda a presença de operadores argumentativos entre parágrafos em dois momentos do texto: “ademais” e “portanto”.

Quanto ao projeto de texto, fica claro como o participante fez um planejamento prévio, em que selecionou, relacionou e organizou ideias e informações pertinentes para a defesa de seu ponto de vista sobre o tema proposto. Assim, no parágrafo introdutório, apresenta inicialmente um repertório legitimado – a referência à série “Anne with an E”, produção midiática que o legitima – e pertinente ao tema – o resumo da série feito pelo autor alude ao elemento “trabalho de cuidado realizado pela mulher” da frase temática. Em seguida, estabelece uma analogia entre a história retratada na série e o problema da “invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil”, tornando, assim, o repertório produtivo. Então, ao final da introdução, é apresentada uma tese clara em que se delimitam, respectivamente, uma causa e uma consequência desse problema: “questões histórico-culturais, como a misoginia” e “a redução do protagonismo desse grupo na sociedade, sobretudo em áreas relacionadas ao mercado de trabalho e à educação”. Uma sugestão, porém, diz respeito à síntese do primeiro argumento na tese, já que o participante não discute propriamente a misoginia, isto é, a aversão ou o ódio à mulher no primeiro argumento, mas o machismo estrutural que estabeleceu historicamente diferentes papéis sociais a homens e mulheres.

O primeiro argumento, no segundo parágrafo, apresenta uma explicação sobre o que constitui o trabalho de cuidado, a partir da qual o autor evidencia a compreensão adequada do tema proposto. Em seguida, ele faz referência ao Período Colonial, o que pode ser considerado um repertório legitimado – trata-se de uma referência a um período histórico reconhecido -, e produtivo, na medida em que é usado, no argumento, para explicar a origem do estabelecimento dos papéis de cuidado à mulher. Logo após, recorre a uma famosa declaração do físico alemão Albert Einstein – “é mais fácil destruir um átomo do que um preconceito”, o que também constitui um repertório legitimado. Nesse caso, apesar de pertinente ao tema, ele não se torna produtivo, uma vez que a citação não ajuda a sustentar a impossibilidade de desconstrução dos papéis de gênero, como discutido no argumento. Por fim, cabe apontar que, embora o argumento



seja desenvolvido de forma coerente, sobre a causa da problemática em discussão, uma possibilidade de melhoria seria melhor estruturar o argumento de modo que ele apresentasse inicialmente a ideia-núcleo do parágrafo (o machismo estrutural); depois a expansão dessa ideia a partir de explicações e de uma comprovação; finalmente, o fechamento do raciocínio estabelecendo-se a relação da causa – machismo estrutural – com a problemática em discussão – a invisibilidade do trabalho de cuidado realizado por mulheres.

No segundo argumento, colocado no terceiro parágrafo, o participante constrói um raciocínio argumentativo bastante organizado. Ele inicia apresentando a ideia-núcleo do parágrafo: a relação entre a invisibilidade das ações de cuidado doméstico e humanitário realizadas pelas mulheres e a desigualdade. Em seguida, desenvolve essa ideia, apresentando inicialmente dois fatos que sustentam essa relação: as longas jornadas e as baixas ou inexistentes remunerações das mulheres que se dedicam ao trabalho de cuidado. Essa desigualdade, por sua vez, acarreta, segundo o raciocínio construído, a exclusão da escola e do mercado de trabalho pela falta de tempo e oportunidades. Assim, conclui-se que as mulheres nesse tipo de trabalho têm violados os direitos ao trabalho digno e à educação previstos na Constituição. Vê-se, portanto, como a relação de sucessão entre fatos (invisibilidade do trabalho de cuidado → condições precárias → evasão escolar e exclusão das mulheres do mercado de trabalho → violação de direitos → desigualdade de gênero) contribui para a construção de um raciocínio argumentativo claro e organizado nesse segundo argumento.

Por fim, na conclusão do texto, para garantir o projeto de texto estratégico, o autor apresenta uma proposta de intervenção cujas finalidades – “a desconstrução dos papéis sociais misóginos presentes na sociedade brasileira” e “assegurar os direitos básicos das mulheres” – estão relacionadas, respectivamente, à causa do problema discutida no primeiro argumento – papéis de gênero estabelecidos historicamente – e às consequências discutidas no segundo argumento – o não acesso das mulheres à educação e ao trabalho digno. Além disso, cabe ressaltar que a proposta apresenta todos os elementos exigidos: agentes (“cabe à mídia (...) e às instituições educacionais de todo os país”), ação (“a produção de conteúdos para a elucidação da população brasileira acerca da relevância e das implicações do trabalho de cuidado realizado pelas mulheres”), meio (“Tal ação deve ocorrer mediante a criação de campanhas publicitárias e cartilhas educacionais”), finalidade (“com o fito de promover a desconstrução dos papéis sociais misóginos presentes na sociedade brasileira, reduzir seus impactos”) e detalhamento (do agente – “ferramenta capaz de produzir significativos impactos sociais” – e da finalidade – “e, por consequência, assegurar os direitos básicos das mulheres” e “Apenas assim, garantir-se-á que as situações vivenciadas por Anne não condigam com a realidade da população feminina no Brasil.”). Cabe ressaltar, por fim, como a retomada da contextualização na construção do detalhamento do efeito se mostra mais uma estratégia acertada no projeto de texto.



Maria Laura Santin Klein (ela/dela)

20 anos | Chapecó - SC | @lala_santin

"O livro "Quarto de Despejo: diário de uma favelada", escrito por Carolina Maria de Jesus na década de 1950, narra as vivências da autora na favela do Canindé e suas dificuldades para obter sozinha o sustento de seus três filhos. De maneira análoga, cerca de setenta anos após a publicação do diário, a realidade enfrentada por Carolina permanece no Brasil contemporâneo, visto que o trabalho de cuidado realizado por mulheres, apesar de extremamente importante para a sociedade nacional, continua invisibilizado. Diante disso, cabe refletir acerca do legado histórico patriarcal e da intensificação das desigualdades para compreender os desafios que impedem a valorização do serviço feminino de assistência.

Nesse contexto, é válido considerar a existência de permanências históricas como o principal fator causador da invisibilidade do trabalho de cuidado exercido por mulheres. Isso ocorre, pois, desde os primórdios do Brasil Colônia, a população feminina tem recebido o status de sexo frágil e, por supostamente não possuírem aptidões para o sustento, tornaram-se encarregadas apenas das tarefas domésticas. Sob essa ótica, é nítido que, duzentos anos depois da superação da condição de colônia, as raízes patriarcais continuam sendo refletidas nas relações modernas brasileiras, uma vez que as mulheres permanecem responsáveis por serviços não remunerados associados à maternidade e à existência de idosos da família, o que resulta na manutenção de estereótipos de gênero e na redução do tempo disponível para a inserção feminina no mercado de trabalho, posto que os trabalhos assistencialistas são - geralmente - exercidos de forma integral. Assim, torna-se evidente que o legado histórico desvaloriza o papel da mulher no cuidado familiar, além de corroborar seu estado de vulnerabilidade devido à falta de remuneração e à dependência financeira de seus maridos.

Ademais, é relevante considerar a ampliação de disparidades sociais como uma consequência direta da problemática do cuidado invisibilizado. De acordo com o escritor brasileiro Ariano Suassuna, o Brasil é uma nação dividida em dois fragmentos: o país dos privilegiados e o país dos despossuídos, sendo a estrutura nacional criada para suprir apenas as necessidades dos primeiros. A partir disso, percebe-se que, em famílias cuja renda não é suficiente para contratar profissionais especializados na assistência de diversos setores sociais, tal tarefa recai sobre as mulheres que compõe o âmbito familiar, o que os condiciona a permanecer na miséria por impossibilitar seu acesso a meios de mudança de vida, como a educação e o emprego remunerado. Logo, é notório que a desvalorização do trabalho de cuidado reforça o pensamento de Suassuna, intensificando a marginalização feminina e a separação dos privilegiados e dos despossuídos.

Portanto, tornam-se claros os desafios enfrentados pela invisibilidade dos serviços de cuidado e a necessidade de combatê-los. Dessa maneira, é imperativo que o Governo Federal atue na criação de subsídios destinados a mulheres que exercem o trabalho assistencialista em tempo integral. Isso deve ocorrer por meio de alteração na Lei de Diretrizes Orçamentárias - redirecionando verbas de forma igualitária para famílias vulneráveis em todo o país -, a fim de reduzir as disparidades sociais e, conseqüentemente, superar o legado histórico patriarcal que atingiu Carolina Maria de Jesus e outros expoentes da população feminina brasileira."



Comentário

A participante fez escolhas muito seguras para alcançar a nota máxima na redação do Enem 2023. Em relação à linguagem, a autora do texto domina a norma culta da língua portuguesa, escrevendo de forma clara e precisa. O único desvio da norma padrão está na concordância verbal no uso do termo “compõe” do trecho “tal tarefa recai sobre as mulheres que compõe o âmbito familiar” (linha 21). Esse domínio da linguagem também é reconhecido no bom uso que ela faz dos recursos coesivos, diversificando-os, sem repetições, com marcadores argumentativos entre os parágrafos (“ademais, “portanto”) e na microestrutura de cada um deles, além da presença de mais de um conectivo em todos os parágrafos para articular suas ideias (“logo”, “de acordo com”, “assim”, “além de”, entre outros).

Há apropriação das características do gênero dissertação-argumentativa e a participante organiza seu texto de forma a propor uma reflexão sobre o tema em questão a partir de uma tese bem formulada no parágrafo de introdução, com encaminhamento para a argumentação: uma análise da causa da problemática (“legado histórico patriarcal”) e sua consequência (“intensificação das desigualdades”). Esses dois aspectos são devidamente desenvolvidos na argumentação, segundo e terceiro parágrafos, e, posteriormente, serão contemplados pela proposta de intervenção, quarto parágrafo. Referências diretas à frase temática são percebidas durante todo o texto, desde a introdução – quando apresenta o problema –, norteadando o início dos parágrafos de desenvolvimento e sendo devidamente retomados ao final de cada argumento, até a conclusão do texto – quando se propõe a resolver o problema.

A habilidade da participante vai além do uso de palavras-chave do tema: ela articula três repertórios socioculturais legitimados e produtivos ao ponto de vista escolhido. Para abordar o tema na introdução, ela escolhe literatura: Carolina Maria de Jesus e seu “Quarto de despejo: diário de uma favelada” para estabelecer uma comparação entre a difícil realidade da autora há cerca de 70 anos e a persistente invisibilidade do trabalho de cuidado na contemporaneidade. No primeiro parágrafo de desenvolvimento, segundo do texto, o repertório é histórico: a mentalidade patriarcal do Brasil Colônia ajuda a entender por que a mulher permanece como protagonista no trabalho de cuidado e por que esse trabalho é desvalorizado.

No segundo parágrafo de desenvolvimento, terceiro do texto, a análise do escritor brasileiro Ariano Suassuna sobre as desigualdades no Brasil serve como base para analisar o trabalho de cuidado a partir da perspectiva dos privilegiados, que podem contratar profissionais especializados para cumprir essa função, e dos despossuídos, que, por não poderem arcar com esses custos, atribuem essa tarefa de cuidar às mulheres, as quais dificilmente conseguem sair dessa situação, uma vez que não conseguem se dedicar aos estudos ou ao trabalho remunerado.

Toda a análise da problemática justifica a proposta de intervenção apresentada no parágrafo conclusivo: o Governo Federal (agente) deve criar subsídios destinados às mulheres que exercem o trabalho de cuidado em tempo integral (ação) por meio de alteração na Lei de Diretrizes orçamentárias (meio), redirecionando verbas para famílias vulneráveis no país (detalhamento do meio) para reduzir as disparidades sociais (finalidade) – aspecto trabalhado no segundo argumento – e, conseqüentemente, superar o legado histórico patriarcal (detalhamento da finalidade) – aspecto contemplado no primeiro argumento.

Além de apresentar uma proposta de intervenção completa (com dois detalhamentos), a participante ainda retoma o repertório da introdução para mostrar a importância de superar esse problema e, com isso, termina muito bem seu texto – uma redação que contempla plenamente as cinco competências exigidas pelo Enem.



Maria Luiza Jannuzzi (ela/dela)

17 anos | Valença - RJ | @jannuzzi.mrlu_

"De acordo com a pensadora brasileira Djamila Ribeiro, o primeiro passo a ser tomado para solucionar uma questão é tirá-la da invisibilidade. Porém, no contexto atual do Brasil, as mulheres enfrentam diversos desafios para que seu trabalho de cuidado seja reconhecido, gerando graves impactos em suas vidas, como a falta de destaque. Nesse sentido, essa problemática ocorre em virtude da omissão governamental e da influência midiática.

Dessa forma, em primeiro plano, é preciso atentar para o descaso estatal em relação aos obstáculos enfrentados diariamente por mulheres que trabalham como cuidadoras. Segundo John Locke, "as leis fizeram-se para os homens e não para as leis". No entanto, a inércia governamental direcionada à tais pessoas não cumpre com o previsto na Carta Magna, visto que a falta de investimento em políticas públicas causa dificuldades no âmbito profissional deste setor - como a desvalorização salarial. Isso contribui para que suas necessidades sejam cada vez mais negligenciadas.

Além disso, a influência dos meios digitais é um fator agravante no que tange ao problema. Para Chimamanda Adichie, mudar o "status quo" - o estado atual das coisas - é sempre penoso. Essa conjuntura pode ser observada no papel que a mídia possui na luta diária de mulheres que exercem o trabalho do cuidado ou doméstico, uma vez que ela auxilia no fortalecimento de uma mentalidade social machista no país. Isso ocasionou o silenciamento da população feminina, enraizando a lógica do patriarcado na sociedade. Diante do exposto, as mulheres perdem a voz na busca por direitos profissionais na área de cuidado, ao ser propagada a ideia de que essa função é sua, e somente sua, obrigação.

Portanto, é necessário que esta situação seja dissolvida. Para isso, o governo, órgão responsável por garantir a condição e existência de todos, deve prover apoio psicológico e financeiro às cuidadoras, por meio de investimentos e pelo exercício das leis, a fim de sanar a vulnerabilidade socioeconômica existente no cotidiano desses grupos. Paralelamente, os meios de comunicação precisam combater a lógica de inferioridade e a concepção machista agregadas a este trabalho. Assim, será possível solucionar esta questão, pois será retirada do cenário de invisibilidade, como propõe Djamila."

Comentário

Este texto é construído com excelente domínio da linguagem, com uso de sintaxe clara e sem apenas um desvio gramatical - o uso de crase em "à tais pessoas" (linha 9) -, pontos positivos para a avaliação da Competência I. Além disso, as informações ao longo da argumentação foram adequadamente ligadas com operadores argumentativos - exemplos de destaque são o "no entanto" (linha 8) para a defesa do ponto de vista de que as leis não são respeitadas e o "assim" (linha 26) para a ligação da proposta de intervenção com o seu detalhamento e, simultaneamente, com a retomada do repertório sociocultural citado no parágrafo de introdução. É possível destacar, também, o uso dos operadores "dessa forma", "além disso" e "portanto" entre os parágrafos, ótimas



escolhas para uma boa nota na Competência IV.

Na introdução, a participante contextualiza a problemática tratada com uma citação de Djamila Ribeiro, que defende que há problemas sociais que precisam ser tirados da invisibilidade para serem solucionados, teoria que se aplica à prática quando pensados os dois aspectos principais da argumentação: a omissão governamental e a influência da mídia. É possível entender que esse é o foco da dissertação por meio da afirmação colocada ao final do parágrafo - ou seja, da tese. Assim, percebe-se uma boa organização textual, aspecto importante para a avaliação da Competência III. No mesmo parágrafo,

Ao longo da escrita, são mantidas as expectativas dadas na introdução em relação ao desenvolvimento da argumentação. No segundo parágrafo, a ideia de descaso estatal é fundamentada pelo pensamento de John Locke, ainda que exista oportunidade de aprofundar a argumentação com exemplos de leis que impedem a valorização do trabalho de cuidado para que fique claro que, de fato, há um descaso estatal relacionado à questão. Já no terceiro parágrafo, há ligação entre a ideia de mídia e a construção de um “status quo”, fundamentado pela citação de Chimamanda Adichie, que foi feita de maneira produtiva e garantiu a nota máxima na Competência II. É importante observar que os parágrafos de desenvolvimento não são constituídos apenas pelas citações, que são usadas de maneira interessante como um ponto de partida para uma reflexão maior sobre o papel de mulher no trabalho de cuidado – o que garante que o texto deixe de ser expositivo e passe a ser argumentativo.

Nas duas ocasiões, a participante menciona que a situação é perpetuada e agravada por problemas sociais, como o descaso de um Estado que não valoriza o trabalho das mulheres, o que se evidencia pelos salários baixos, e uma mídia que reforça a relação entre a mulher e o trabalho de cuidado, sem que isso seja colocado em pauta de maneira crítica. É esse desencadeamento argumentativo que permite a avaliação da Competência III como nota máxima.

Por fim, entre as propostas de intervenção colocadas no quarto parágrafo, a primeira tem os cinco elementos válidos obrigatórios para a nota máxima na Competência V: ação (prover apoio psicológico e financeiro às cuidadoras), agente (o governo), detalhamento do agente (órgão responsável por garantir a condição e existência de todos), modo (por meio de investimentos e pelo exercício das leis) e finalidade (a fim de sanar a vulnerabilidade socioeconômica existente no cotidiano desses grupos). A segunda proposta de intervenção apresenta três elementos válidos: ação (combater a lógica de inferioridade e a concepção machista agregadas a este trabalho) e agente (os meios de comunicação) e o desdobramento da proposta de intervenção que retoma o repertório apresentado na introdução e se apresenta como uma boa estratégia de fechamento da dissertação.



Mariana Goulart Felipe dos Santos (ela/dela)

20 anos | Porto Alegre - RS

"Conforme o pensamento aristotélico, a justiça é a base da sociedade. Contudo, o contexto do Brasil, no século XXI, contraria esse conceito, uma vez que a permanência da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado por mulheres é uma injustiça ao bem-estar social. Dessa forma, a desvalorização da figura feminina e a falta de apoio são alguns dos desafios desse impasse que precisam ser enfrentados.

Em primeira análise, o ato de não valorizar mulheres como cidadãs que têm os mesmos direitos que a população masculina é uma das causas para que suas atividades de cuidado sejam menosprezadas. De acordo com a pensadora Simone de Beauvoir, "o maior dos escândalos é que nos habituamos a eles". A partir do exposto, o hábito de delegar integralmente às mães, às avós o cuidado de crianças e dos afazeres domésticos, por exemplo, demonstra o enraizamento de ideais machistas. Desse modo, o estado de subserviência é visto como inerente à realidade feminina, que é invisibilizada. Assim, o esforço físico e psicológico da rotina diária de mulheres que cuidam de outras pessoas não é visto ou valorizado por conta do não enfrentamento da discriminação de gênero.

Além do mais, o escasso apoio ao público feminino que trabalha auxiliando indivíduos também é uma das razões para que tais práticas laborais permaneçam invisíveis. Segundo o filósofo Émile Durkheim, é dever do Estado gerenciar questões relacionadas ao bem-estar da coletividade. Todavia, ao não haver o reconhecimento e o auxílio às mulheres que exercem trabalhos como cuidadoras, tal preceito não é efetivo por completo. Dessa maneira, patologias como depressão e ansiedade podem ser desenvolvidas pelo desgaste da alta carga horária de tarefas não remuneradas e pela sensação de desamparo social e governamental. Logo, a falta de apoio contribui para o apagamento da colaboração dessa parte da população ao corpo social.

Portanto, mudanças são necessárias para alterar essa realidade. É preciso que o Ministério da Mulher promova campanhas sobre o trabalho de cuidado realizado por mulheres. Tal ação pode ser feita por meio de documentários divulgados nos meios de comunicação – televisão, redes sociais – a fim de instigar a valorização da personalidade feminina. Ademais, é necessário que as prefeituras de municípios realizem projetos regionais de integração das mulheres cuidadoras. Isso pode ocorrer por meio de grupos de apoio, com psicólogas e com auxílios financeiros às trabalhadoras que estão em vulnerabilidade social e sem renda própria, com a finalidade de diminuir o desamparo. Posto isso, espera-se que uma sociedade mais justa e igualitária possa ser formada."

Comentário

A participante apresenta um excelente domínio de linguagem, tanto em relação à gramática quanto em relação à coesão, o que pode ser visto, respectivamente, pela ausência de desvios gramaticais, além da clareza na construção das frases e no seu encadeamento por meio de conectivos diversos ("contudo", "dessa forma", "por exemplo", "desse modo", "todavia", "logo", "portanto", "tal", "posto isso", dentre outros). Esses pontos garantem nota máxima nas Competências I e IV.

Na introdução, a autora inicia já trazendo um repertório externo à coletânea, fator essencial para a construção da nota máxima na Competência II.



Em relação à abordagem do tema, pode-se perceber, pelo uso das palavras-chave que configuram a frase temática, um cuidado em fazê-la de forma completa, sem espaços para tangências e fugas. A tese, formada por dois argumentos evidentes (primeiro argumento: desvalorização da figura feminina; segundo argumento: falta de apoio), dá base para os dois parágrafos de desenvolvimento seguintes, além de terminar com um tom propositivo, direcionador do último parágrafo.

No primeiro parágrafo de desenvolvimento, segundo parágrafo do texto, o período inicial constrói de maneira explícita uma relação entre o primeiro argumento indicado na tese e o tema, aspecto essencial para dar um ponto de partida e um ponto de chegada à análise que será expandida a partir do segundo período. A participante opta por abrir a expansão de suas ideias com uma citação, reforçando seu uso de repertório sociocultural. Essa citação, por sua vez, é direcionadora para a construção do argumento, já que traz a ideia de normalização de problemas na sociedade, o que será explorado a seguir. É por meio da fala de Simone de Beauvoir que a normalização histórica da desvalorização da figura feminina é explicada, com aspectos como marcas culturais machistas sendo evidenciados. Na exemplificação, a fundamentação das ideias explicadas aparece por meio de um senso comum (presente também na coletânea) de divisão rotineiramente desigual das tarefas diárias. Junto ao exemplo, o fechamento do parágrafo é retomado pela ideia de invisibilidade do esforço feminino.

No segundo parágrafo de desenvolvimento, terceiro parágrafo do texto, o processo de construção do raciocínio é bem estruturado, elemento essencial para garantia de uma boa nota na Competência III, que avalia a construção do projeto de texto, já bem iniciado na introdução: apresenta o segundo argumento da tese relacionado ao tema, caminha para um repertório que consegue auxiliar na argumentação (nesse caso, o repertório filosófico indica o que seria uma sociedade construída de maneira positiva em relação à temática, o que, segundo Durkheim, seria um Estado eficiente), continua para uma explicação do cenário em que o problema se insere (como o repertório é positivo, ou seja, apresenta uma dinâmica social em que os problemas relacionados ao tema poderiam inexistir, a estratégia foi marcar de forma explícita — por meio do conectivo adversativo “todavia” — o conflito com o que ocorre na sociedade), apresenta uma exemplificação das mazelas sociais (como depressão e ansiedade), que as mulheres enfrentam, que concretiza o que foi explicado e fecha retomando o tema.

Na conclusão, a participante inicia reforçando a necessidade de mudanças, de modo que a lógica de intervenção seja explicitada desde o começo do parágrafo. Em relação aos problemas apontados, ela constrói uma proposta de intervenção completa para cada um deles, o que confirma a configuração de um projeto de texto estratégico. Na primeira proposta de intervenção, os cinco elementos necessários são apresentados em ordem didática: agente (Ministério da Mulher), ação (campanhas sobre o trabalho de cuidado realizado por mulheres), meio (documentários divulgados nos meios de comunicação), detalhamento do meio (televisão, redes sociais) e finalidade (instigar a valorização da personalidade feminina). Essa organização eficiente também ocorre na segunda proposta: agente (prefeituras de município), ação (projetos regionais de integração das mulheres cuidadoras), meio (grupos de apoio), detalhamento do meio (com psicólogas e com auxílios financeiros às trabalhadoras que estão em vulnerabilidade social e sem renda própria) e finalidade (diminuir o desamparo). Como retomada final, já tendo organizado duas propostas de intervenção completas (aspecto avaliado na Competência V), a participante retoma um aspecto apresentado na introdução, a ideia de justiça proposta por Aristóteles, e fecha o texto de maneira a garantir uma ligação entre os parágrafos e uma unidade textual.



Mariane Clementino Barbosa (ela/dela)

17 anos | Natal - RN | @_marianeclementino

"A série estadunidense "Grey's Anatomy" retrata o cotidiano e as intempéries enfrentadas por um grupo de médicos em Seattle. Dentre essas, a protagonista Meredith sofre com o distanciamento de seus amigos após precisar abdicar de sua carreira de cirurgiã para cuidar de seus filhos e de sua casa, uma vez que seu marido não estava disposto a fazer o mesmo. Fora da ficção, o cenário não é muito diferente, tendo em vista os desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil. Isso ocorre devido à carência de conhecimento da população e à ineficiência estatal no que se refere ao tema.

Em primeira análise, observa-se a ignorância como agravante da problemática. Até meados do século XX, quando os direitos femininos não estavam completamente assegurados, a mentalidade social estava relacionada à divisão do trabalho por gênero, em que os serviços da esfera pública, realizados fora de casa, eram de dominância masculina, enquanto os domésticos estavam destinados às mulheres. Assim, tendo por base o filósofo alemão Immanuel Kant, o qual aponta a necessidade de educação para a mudança de comportamento e de mentalidade dos indivíduos, o cenário atual é de permanência da invisibilidade do trabalho de cuidado, haja vista a ausência de ações educativas para reverter o quadro.

Ademais, é válido ressaltar a inércia governamental a respeito da temática. Assim como abordado na produção "Grey's Anatomy", mesmo com a crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho, faz-se necessária a adoção de medidas que regulamentem os trabalhos de cuidado realizados pelas mulheres no Brasil, a fim de que haja a equidade entre gêneros e a valorização dos indivíduos. Entretanto, em consonância com o filósofo Darcy Ribeiro, as leis nacionais são robustas em teoria, mas ineficientes na prática, demonstrando a fragilidade do Estado brasileiro e a consequente persistência do problema no país.

Portanto, a partir dos fatos citados, atribui-se ao Governo Federal a responsabilidade de implementar o programa de ação social "Mulheres em foco", que, a partir de oficinas educativas e integradas em escolas públicas e privadas de todo o país, terá por objetivo levar mais conhecimento e visibilidade acerca do trabalho de cuidado realizado por mulheres no Brasil para jovens de 10 a 18 anos. Desse modo, espera-se que os desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil sejam superados."

Comentário

Durante todo o texto, é possível perceber um cuidado da participante em relação à Competência I e à Competência IV. É notável, por exemplo, um cuidado em relação à norma padrão da língua portuguesa por meio das escolhas linguísticas e, em relação à Competência IV, um encadeamento lógico das ideias construído por meio de conectivos recorrentes e variados, tanto entre os parágrafos ("ademais" e "portanto") quanto dentro deles ("dentre essas", "assim", "entretanto", "desse modo", dentre outros).



A participante inicia sua redação já trazendo um repertório externo legitimado, por ser uma série televisiva conhecida, pertinente, por se relacionar ao tema, e produtivo, por ser adequadamente ligado à argumentação ("Grey's Anatomy"), o que é importante para a nota máxima na Competência II. Ela constrói de maneira consistente e objetiva a relação desse repertório com o tema, de modo que as palavras-chave são apresentadas e já articuladas com dois argumentos, nesse caso, duas causas do problema apresentado: a carência de conhecimento da população e a ineficiência estatal. Com essa introdução, o projeto de texto, avaliado pela Competência III já começa de maneira adequada e bastante segura.

No primeiro parágrafo de desenvolvimento, segundo do texto, a ideia de ignorância é apresentada junto ao tema, de modo que é clara a retomada da primeira parte da tese. Para construir as ideias de maneira aprofundada, a explicação da relação crítica apontada no período anterior é feita a partir de uma perspectiva histórica e estrutural, o que exige a apresentação de uma manutenção da questão apontada pelo tema. Essa manutenção, por sua vez, vem da ideia de "permanência" do problema, já que as mulheres tinham o seu papel social definido pelo gênero e não tinham acesso a trabalhos igualitários e à educação transformadora (ponto proposto por outro repertório externo à coletânea, Immanuel Kant). No mesmo período, o tom de fechamento já se constrói ao haver a retomada da ideia de invisibilidade feminina presente na frase-tema e utilizada na introdução.

No segundo parágrafo de desenvolvimento, a segunda parte da tese é retomada com a relação entre o tema e a ideia de inércia governamental. Ou seja, é possível ver um constante cuidado na construção de um projeto de texto organizado e didático, para que o leitor entenda cada aspecto do ponto de vista central. Na expansão, o repertório usado na introdução é retomado para ajudar na construção da explicação. É importante ressaltar que esse repertório aparece com uma associação e que o que compõe o argumento (composto por explicação e exemplo) é a realidade, como foi prometido pela relação inicial do parágrafo. O argumento se constitui a partir de uma lógica de conflito: por mais que haja garantias de direitos femininos construídas durante o tempo, há muitas dessas garantias que são propostas na lei, mas não aplicadas pelo Estado. Essa ideia é acompanhada de um argumento de autoridade que, junto à autoria da participante, reforça a relação da tese. No fechamento, a ideia de persistência, também atrelada ao tema, é retomada.

O texto é concluído por uma proposta de intervenção completa, o que garante a nota na Competência V. A participante a constrói de maneira explícita e ordenada, resolvendo os dois problemas apresentados na tese em uma única proposta: agente (Governo Federal), ação (implementar o programa de ação social "Mulheres em foco"), meio ("oficinas educativas e integradas em escolas públicas e privadas de todo o país"), finalidade ("levar mais conhecimento e visibilidade acerca do trabalho de cuidado realizado por mulheres no Brasil para jovens de 10 a 18 anos") e detalhamento da finalidade ("espera-se que os desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil sejam superados").



Marliany Lívia Gomes Soares (ela/dela)

21 anos | Natal - RN | @marlianyliv

"Na Idade Antiga, a cidade grega de Atenas caracterizou-se por ter uma estrutura social altamente hierarquizada e machista, na qual cabia às mulheres apenas os deveres matrimoniais e domésticos. Nesse enfoque, para além de contextos históricos e de traços culturais distintos, é fundamental analisar a grave invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pelo segmento feminino no Brasil, bem como os nefastos desafios para o seu enfrentamento: o deplorável preconceito de gênero e a disfuncionalidade de práticas educacionais. Assim, é fulcral uma competente discussão acerca desses aspectos, com o intuito de impulsionar o satisfatório funcionamento da sociedade.

Diante desse cenário, convém mencionar a danosa influência da discriminação de gênero na questão supracitada. Sob essa ótica, a renomada filósofa Judith Butler – em sua obra “Problemas de Gênero” – denuncia a invisibilidade e a inferiorização sofridas pelo grupo feminino, com atos traduzidos não só na violência física, como também na dolorosa propagação de discursos misóginos e sexistas. Nesse sentido, a função de cuidar da casa e da família é atribuída às mulheres, em razão de essas serem consideradas “frágeis” e “incapazes” para o exercício do trabalho profissional e para a efetiva participação sociopolítica no território nacional – realidade comprovada pelo portal G1, o qual noticiou que 51,2% das brasileiras são delegadas à responsabilidade exclusiva do cuidado doméstico, sem o devido reconhecimento familiar. Logo, tais arbitrariedades evidenciam uma lamentável afronta à cidadania feminina e, ainda, contribuem para o severo retrocesso da nação.

Ademais, é profícuo ressaltar a limitada abordagem escolar relativa à igualdade de gênero. Sob esse prisma, a ínfima análise sobre os papéis socialmente impostos às mulheres e aos homens, em densa parte das instituições de ensino nacionais, fomenta a desvalorização à figura feminina no Brasil contemporâneo – procedimento contrário às lições freireanas de educação emancipatória. Nessa perspectiva, naturaliza-se a invisibilização mulheril, além de se normalizar o cuidado doméstico destinado a elas, com a perpetuação de uma mentalidade arcaica e machista. Desse modo, essa frustrante falha educacional lesiona o empoderamento do segmento feminino, por isso, necessita ser urgentemente combatida.

Portanto, faz-se imprescindível a tomada de medidas que combatam os indignantes desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pelas brasileiras. É cabível, para isso, a atuação do Estado, na figura do Ministério da Educação – órgão primordial para a superação de concepções sexistas –, para a criação de um plano governamental e educativo, de ampla divulgação nas redes digitais e nas escolas nacionais. Essa proposta deve ser instrumentalizada por meio da disponibilização de verbas estatais, a fim de formular aulas e campanhas publicitárias que dissertem sobre a igualdade de gênero, o respeito interpessoal e a superação de ideologias misóginas. Com isso, objetiva-se visibilizar devidamente as mulheres e restringir o vivenciado na Atenas antiga ao passado."



Comentário

A participante demonstrou domínio adequado da modalidade escrita formal da língua portuguesa, com estrutura sintática exemplar. Esse domínio se evidencia no vocabulário vasto e bem empregado, o que é benéfico para a coesão, evitando-se, assim, repetições desnecessárias. Os recursos referenciais (como pronomes relativos, demonstrativos e pessoais) e sequenciais foram bem explorados dentro e entre períodos, além dos que foram inseridos no início do primeiro parágrafo para retomar o contexto apresentado na introdução e entre os parágrafos ("ademais" e "portanto"). Dessa forma, houve o cumprimento adequado das Competências I, referente à linguagem, e IV, referente à coesão.

O tema é abordado e contextualizado por meio da apresentação da estrutura social da Idade Antiga ("hierarquizada e machista") numa referência a um repertório sociocultural, que é relacionado, ainda na introdução, à realidade brasileira e que será retomado na conclusão. Esses elementos demonstram um bom planejamento do texto. O posicionamento da participante é adequado ao que previa a proposta e está claro, além de coerente com os argumentos que ela se propõe a desenvolver: deplorável preconceito de gênero e a disfuncionalidade de práticas educacionais.

No segundo parágrafo, explora-se a invisibilidade de gênero apresentada na frase temática com a retomada clara do argumento no tópico frasal. Já na expansão, a análise proposta é fundamentada no que destaca a obra de Judith Butler, "Problemas de Gênero" em relação à invisibilização e à propagação de "discursos misóginos e sexistas", que contribuem para uma visão da mulher como incapaz tanto de atuar profissionalmente fora do âmbito doméstico quanto de exercer sua função de cidadã. A participante comprova essa afirmação com um dado de uma pesquisa do G1, que evidencia a discriminação de gênero e, como ela, na prática, afeta as mulheres brasileiras. Percebe-se que a citação de Butler e o dado apresentado são repertórios legitimados e pertinentes ao tema e foram utilizados de maneira produtiva para comprovar o argumento proposto. No fechamento, reafirma-se a questão do desrespeito à cidadania da mulher de maneira coerente com a discussão e com o tema.

No segundo parágrafo de desenvolvimento, a participante retoma adequadamente o argumento referente a falhas na educação em relação à igualdade de gênero. Ao discutir os problemas em instituições de ensino, a educação emancipatória de Paulo Freire é trazida, mas, diferente do parágrafo anterior, não houve explicação aprofundada sobre como essa "emancipação" seria aplicada nas escolas para gerar uma transformação do papel social das mulheres. Apesar dessa pequena falha, no período seguinte, há uma explicação sobre os efeitos das falhas educacionais, tais como a invisibilização das mulheres e seu papel predeterminado como cuidadora doméstica, e como eles reforçam a mentalidade machista na sociedade. No fim do parágrafo, a participante afirma a necessidade de se combater a realidade apresentada, adiantando o que será apresentado na conclusão como ação para solucionar o problema. Nota-se, portanto, que o projeto de texto foi bem estruturado e estratégico do início ao fim do texto com abordagem completa do tema e uso produtivo do repertório, o que garante o cumprimento das Competências II e III.

Na conclusão, há retomada dos argumentos que foram desenvolvidos e é apresentada a proposta de intervenção, que se relaciona a eles. É possível identificar todos os elementos exigidos na Competência V nesta proposta, o que lhe conferiu nota máxima, são eles: agente, "Estado, na figura do Ministério da Educação"; detalhamento do agente, "órgão primordial para a superação de concepções sexistas"; ação, criar "um plano governamental e educativo, de ampla divulgação nas redes digitais e nas escolas nacionais"; meio, "disponibilização de verbas estatais"; finalidade, "formulação de "aulas e campanhas publicitárias", e detalhamento da finalidade, "que dissertem sobre a igualdade de gênero, o respeito interpessoal e a superação de ideologias misóginas", que se relaciona ao contexto citado na introdução, a cidade de Atenas.



Matheus Almeida Barros (ele/dele)

17 anos | Paraíso do Tocantins - TO | @_barrosmatheus_

"Por meio do seu livro "Brasil, país do futuro" - publicado no último século - o escritor austríaco Stefan Zweig expressou a sua confiança de que a nação crescería e se desenvolveria exponencialmente. Para além disso, nos dias atuais, a sociedade brasileira vivencia uma situação inversa, uma vez que a constante invisibilidade feminina relacionada ao trabalho de cuidado e seus impactos negativos na contemporaneidade não são características de um "país do futuro". Desse modo, algumas negligências governamentais impulsionam a desvalorização trabalhista de cuidado desempenhado pela mulher brasileira e promovem o desenvolvimento de diversas desigualdades econômicas. Logo, tanto a inefetividade das leis direcionadas ao público feminino quanto a escassez de investimentos na educação capacitativa são suscitadores da problemática.

Em primeiro plano, é imprescindível destacar a baixa eficiência das leis relacionadas ao trabalho da mulher como um fato que potencializa a invisibilidade do esforço doméstico e de cuidados desse grupo. Nesse sentido, o escritor brasileiro Gilberto Dimenstein defende que a legislação brasileira funciona somente no papel e, na prática, é ineficiente. A partir disso, tal tese pode ser comprovada por meio da má aplicação das leis trabalhistas femininas, uma vez que tais documentos não garantem, efetivamente, os direitos fundamentais da mulher, especialmente no âmbito do trabalho, e geram uma dependência dessa parcela ao cuidado doméstico, que é amplamente desvalorizado e, muitas vezes, não remunerado. Logo, tal insuficiência do sistema legislativo promove uma exploração exagerada da população feminina no país.

Além disso, vale ressaltar, ainda, a falta de verbas destinadas à educação como um fator que agrava e desvaloriza o trabalho de cuidado exercido pela mulher brasileira. Nesse sentido, o filósofo esloveno Slavoj Žižek afirma que os políticos liberais modernos priorizam interesses mercadológicos e menosprezam atitudes que beneficiem a coletividade. Dessa maneira, verifica-se uma imprudência estatal que, por sua vez, despreza a importância da educação ao não investir na capacitação feminina, o que impede a entrada desse grupo no mercado de trabalho e obriga a mulher a realizar os desvalorizados "trabalhos de cuidado". Com isso, atitudes que visem ampliar a qualidade do sistema educacional brasileiro mostram-se amplamente necessárias.

Portanto, vistos os fatores que impactam negativamente na valorização do trabalho de cuidado feminino, medidas são necessárias para combatê-los. Cabe ao governo federal a realização de fiscalizações legislativas e, por meio de inspeções e vistorias em residências de risco, verificar se as leis trabalhistas femininas estão sendo devidamente aplicadas, a fim de garantir a não exploração da mulher doméstica. Ademais, o Ministério da Educação deve, através do FUNDEB - o Fundo Nacional de Educação Básica destinar investimentos às escolas, visando promover uma capacitação geral e inserir as mulheres em um mercado de trabalho justo. Somente assim, o público feminino conquistará a devida visibilidade no âmbito do trabalho."



Comentário

O participante demonstrou domínio excelente da modalidade escrita formal da língua portuguesa. Há apenas um desvio de concordância, na linha 8 (“suscitadoras”, em concordância com inefetividade e escassez), e a ausência de pontuação, na linha 28 (após “FUNDEB - o Fundo Nacional de Educação Básica”). Apesar da presença desses dois desvios, o domínio da norma padrão e formal se evidencia no vocabulário bem selecionado e bem empregado. Os recursos referenciais (como pronomes relativos e demonstrativos) e sequenciais (“desse modo”, “logo”, “a partir disso”, “dessa maneira”) foram bem explorados dentro e entre períodos. Além disso, há uso de recursos coesivos no início do primeiro parágrafo e entre os parágrafos (“além disso” e “portanto”). O participante, cumpriu, portanto, a Competência I, referente à linguagem, e a Competência IV, referente à coesão.

O tema abordado é contextualizado por meio da oposição ao que afirma Stefan Zweig, em sua obra “Brasil, o país do futuro”. O participante apresenta com clareza o contexto do país de “constante invisibilidade feminina relacionada ao trabalho de cuidado” como contrário ao que o autor citado defende sobre um “país do futuro”, demonstrando, portanto, como a realidade contemporânea é um retrocesso. Em seguida, o posicionamento é adequado ao que previa a proposta e está claro na introdução, em que fica exposto que o responsável por essa questão é o governo e sua negligência diante de fatores que agravam o problema em discussão. Diante disso, o participante apresenta seus causadores: a inefetividade das leis direcionadas ao público feminino e a escassez de investimentos na educação capacitativa. Pode-se afirmar que, já na introdução, há o uso de repertório externo legitimado, pertinente e produtivo para o projeto de texto, exigências para a nota máxima na Competência II.

Há, no segundo parágrafo, retomada adequada do argumento apresentado na tese em forma de uma afirmação que inicia a argumentação. Na expansão do parágrafo, o participante parafraseia Gilberto Dimenstein em relação à diferença entre o que dizem as leis trabalhistas e como elas são aplicadas na sociedade em relação às mulheres. Considerando essa realidade, a consequência citada é a dependência da população feminina, que se submete às atividades domésticas não remuneradas. Apesar de demonstrar causa e consequência relacionadas ao tema e desenvolver uma argumentação coerente, trazer uma exemplificação mais contemporânea contribuiria para aprofundar a discussão e tornar o uso do repertório mais produtivo. No fechamento, de modo pertinente, o argumento é reafirmado e relacionado ao tema.

No terceiro parágrafo, o participante retoma adequadamente o argumento referente à falta de investimento na educação como agravante para a desvalorização do trabalho de cuidado exercido por mulheres. Novamente, ele traz um repertório externo para discutir o argumento proposto. Neste caso, o filósofo citado é Slavoj Žižek, que critica os interesses mercadológicos por serem geradores de negligências com interesses coletivos, como a capacitação feminina, que seria a porta de entrada das mulheres para o mercado de trabalho, ampliando sua atuação na sociedade para além do trabalho de cuidado. Há bom desenvolvimento do argumento e o repertório é mobilizado de modo produtivo. No último período, o participante afirma a necessidade de melhorar a qualidade da educação, o que se relaciona ao argumento desenvolvido.

Na conclusão, há duas propostas de intervenção, cada uma relacionada a um argumento desenvolvido, o que evidencia uma boa relação entre parágrafos, ponto positivo para a avaliação da Competência III. Na primeira proposta de intervenção, é possível identificar quatro elementos: agente (governo federal), ação (fiscalizações legislativas), modo/meio (inspeções e vistorias em residências de risco) e finalidade (garantir a não exploração da mulher doméstica). A segunda proposta, relacionada ao segundo argumento, apresenta os cinco elementos exigidos na Competência V: agente (Ministério da Educação), meio (FUNDEB), ação (investimento em escolas), duas finalidades (capacitação geral e inserção das mulheres em um mercado de trabalho justo) e detalhamento das finalidades relacionado ao tema, (somente assim, o público feminino conquistará a devida visibilidade no âmbito do trabalho).



Millena Martins Bacelar (ela/dela)

19 anos | Teresina - PI | @millenamartins_b

"Em seu poema "Vou-me embora pra Pasárgada", o autor modernista Manoel Bandeira vislumbrou uma sociedade idealizada, para se refugiar de uma realidade na qual o eu lírico não era feliz, evidenciando a insatisfação no tocante ao mundo concreto. Nesse sentido, fora da ficção, no Brasil, muitos indivíduos são acometidos por tal disfunção, uma vez que são vários os desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher. Logo, entre eles, estão a negligência estatal e a precária formação do ser.

Sob esse viés, vale pontuar, como uma das principais dificuldades associadas à não visibilidade do cuidado exercido em forma de labor pela mulher, no país, a indiligência governamental. Nessa perspectiva, o jornalista Gilberto Dimenstein elucida que a letargia das instituições públicas predispõe um empecilho significativo na materialização dos direitos preconizados na Carta Magna. À luz dessa asserção, é notório que o Estado não tem cumprido seu papel de modo adequado, visto que são ínfimas as políticas de remuneração adequada promovidas, as quais visem ao oferecimento de salários suficientes para viabilizar melhores condições de vida, como o aumento do poder de compra de itens básicos e essenciais à sobrevivência, a exemplo de artigos de alimentação e de higiene pessoal. Como efeito, observa-se um cenário de desfacelamento da dignidade humana de muitas mulheres no ofício em voga.

Outrossim, faz-se mister destacar, como outra dificuldade a ser defrontada para combater a invisibilidade do trabalho de cuidadoras, na nação, a deficitária formação civil, que leva ao preconceito social. Nesse contexto, pode-se citar o fato de que muitas escolas são ineficientes em promover uma maior conscientização acerca da importância dos serviços de cuidado desempenhado, principalmente, por pessoas do sexo feminino, o que provoca um panorama de desvalorização e de discriminação das profissionais que, em grande parte das vezes, são subjugadas por suas características fenotípicas. Na linha desse raciocínio, cabe mencionar a "Teoria da Coercitividade", do sociólogo Émile Durkheim, ao afirmar que, se o pensamento hegemônico defende determinada ideia, nesse caso, de que essas atividades de cuidado não são relevantes para o desenvolvimento do país e de que as mulheres que a praticam são inferiores, por questão de raça ou gênero, o povo tende a segui-la.

Portanto, com o fito de dar visibilidade ao trabalho de cuidado realizado pela mulher, no Brasil, o Governo Federal, pilar inicial da pátria, deve investir mais em políticas de remuneração adequada e justa, por meio da destinação de um maior erário, que deverá ser retirado do Produto Interno Bruto, correspondente ao fornecedor de capital para fins como esse. Ademais, as Escolas, como agentes de socialização, precisam promover uma maior conscientização, mediante a elaboração de palestras e de debates, os quais informem a relevância desse ofício e da não discriminação das mulheres que o exercem, com o intuito de minimizar o preconceito. Assim, os brasileiros deixarão de protagonizar a distopia de Bandeira."



Comentário

O texto apresenta-se de forma coesa e com bom domínio dos recursos gramaticais, sendo raros e muito pontuais os casos de inadequação às convenções da norma culta escrita. Como desvios pontuais nessa competência gramatical, pode-se citar: a inadequação do uso de vírgula na 2ª linha do primeiro parágrafo (“sociedade idealizada, para se refugiar”) e o desvio de ortografia em “discriminação” (terceiro parágrafo, 6ª linha), ao invés de “discriminação”. Esses desvios são pontuais e não persistem ao longo do texto, o que justifica sua nota máxima na Competência I. Quanto aos recursos coesivos, nota-se o emprego abundante de recursos para a coesão referencial (como o uso do pronome oblíquo em “seguir-la”, na última linha do terceiro parágrafo) e de coesão sequencial, destacando-se as locuções e as conjunções para estabelecer ligações entre os parágrafos do texto (“sob esse viés”, no segundo parágrafo; “outrossim”, no terceiro parágrafo; “portanto”, no quarto parágrafo). Desse modo, observa-se que o bom domínio dos recursos coesivos dentro e entre os parágrafos levaram à pontuação máxima também na Competência IV, assim, justificando a nota máxima desse texto.

Quanto ao projeto de texto, percebe-se, inicialmente, um planejamento estratégico desde o parágrafo de introdução, no qual o poema “Pasárgada”, de Manuel Bandeira, foi utilizado para destacar o sentimento de insatisfação e a frustração de expectativas frente ao mundo. Vale apontar que, por não ter sido oferecido na coletânea de textos motivadores, o poema é um repertório sociocultural usado de forma produtiva nesse parágrafo, já que permitiu estabelecer uma generalização de insatisfação, tida como uma reação possível frente a quaisquer disfunções sociais. Tais disfunções foram apontadas como a invisibilidade do trabalho de cuidado feito pela mulher, estabelecendo-se, assim, uma boa conexão com o tema. Na sequência, após apresentar explicitamente a frase temática, o texto indicou duas causas para analisar a problemática em destaque: a negligência estatal e a precariedade na formação do indivíduo. O bom trabalho de contextualização da proposta a partir de um uso produtivo de repertório externo (que também é legitimado e pertinente à discussão), somado à correta apresentação do recorte temático e a uma tese clara contribuíram para a sua pontuação máxima na Competência II.

A objetividade na indicação dos argumentos favoreceu a continuidade entre essa parte do texto e os parágrafos argumentativos, contribuindo para a organização do seu projeto de texto, avaliado na Competência III. O segundo parágrafo do texto da participante demonstra um bom domínio da estrutura do parágrafo padrão da dissertação-argumentativa, na medida em que apresenta o argumento (negligência estatal) de forma objetiva. Para expandir seu primeiro argumento, a participante fez uso de mais outro repertório externo, citando o jornalista Gilberto Dimenstein para destacar o descontentamento frente ao funcionamento dos órgãos públicos. Tal citação foi relacionada à falta de políticas de incentivo à remuneração das pessoas responsáveis pelos trabalhos de cuidado, as quais, por consequência, vivem sem a total segurança de sua própria dignidade. A sequência argumentativa proposta (afirmação seguida de explicação e, por fim, de uma consequência) favoreceu o desenvolvimento de um argumento sem lacunas, o que também faz parte das expectativas avaliadas na Competência III e justifica a nota máxima nesse critério.



O terceiro parágrafo da participante introduziu o segundo argumento (precariedade na formação) de forma objetiva, apresentando uma argumentação que teve em si o foco na educação formal, a qual foi problematizada sob o viés da discriminação de gênero no próprio ambiente escolar. Como forma de sustentar sua afirmação e destacar a importância desse fato, a participante citou a teoria da coercitividade, do sociólogo Émile Durkheim (outro repertório sociocultural), para explicar como tal discriminação se torna determinante das práticas que ocorrerão para além do ambiente escolar, comprovando, assim, a generalização feita em seu tópico frasal, que sugere a ampliação desse preconceito da experiência escolar para a sociedade em geral.

Por fim, o quarto e último parágrafo da participante iniciou-se indicando a importância de se promover a visibilidade do trabalho de cuidado feito pela mulher, uma estratégia para se estabelecer a continuidade em relação aos outros parágrafos ao se retomar o tema. Ao final, o parágrafo se encerrou com a retomada do poema de Bandeira, outra estratégia de continuidade do texto, pois se trata de uma retomada do recurso empregado para contextualização da redação. A boa progressão textual confirmou a nota máxima do texto da participante na Competência III.

Como proposta de intervenção, a participante apresentou duas soluções, ambas completas. Na primeira proposta, o texto sugere que o Governo Federal (agente) invista em políticas de remuneração (ação), por meio de maior destinação de verba (meio). Vale destacar que, nessa proposta, há dois detalhamentos: o primeiro é referente ao agente, o qual tem seu papel de pilar da pátria (detalhamento 1); o segundo trata-se da especificação da fonte dos recursos para a proposta, que vem a ser o PIB (detalhamento 2). Essa proposta foi apresentada como forma de sugerir ações de combate ao primeiro problema debatido no texto, desenvolvido no segundo parágrafo, o qual defendia a falta de incentivo à justa remuneração. Na segunda proposta, com o objetivo de sanar o segundo problema abordado no texto - que veio a ser a falha na escolarização -, a participante apresentou a sugestão de que as Escolas (agente) devem promover maior conscientização (ação) por meio de palestras e debates (meio) que, ao informar a importância da não discriminação de gênero (detalhamento), minimizem o preconceito (finalidade), a qual também aparece detalhada ao se considerar o fim da distopia (detalhamento da finalidade). Cabe lembrar que, além desse detalhamento indicado, as Escolas foram especificadas como “agentes de socialização”, o que também figura como detalhamento nessa proposta.



Murillo Antônio Rodrigues Pires (ele/dele)

30 anos | Goiânia - GO | @murillo.redacao

"A máxima "o trabalho dignifica o homem", apregoadada pela ética calvinista durante a Reforma Protestante, foi essencial para que a visão estigmatizada sobre as práticas laborais, antes realizadas majoritariamente por plebeus e por escravos, pudesse ser revista e superada. Desde essa mudança de paradigma, o trabalho é visto como atividade que garante o progresso e a autossuficiência do homem, embora alguns ofícios, como as tarefas de cuidado realizadas por mulheres, ainda estejam suscetíveis à desvalorização e à invisibilidade. Nessa perspectiva, destacam-se a histórica disparidade de gêneros e a desigualdade social como entraves que subalternizam o sexo feminino na contemporaneidade.

Sob esse prisma, entende-se que os seculares papéis de gênero impossibilitam a valorização do trabalho de cuidado feminino no Brasil. Isso acontece, porque, segundo Simone de Beauvoir, importante filósofa feminista, "não se nasce mulher, torna-se mulher", ou seja, o sexo feminino só se define a partir da adesão aos papéis sociais determinados pela cultura. Em vista disso, as históricas convenções de gênero, que prescrevem à mulher a mera reprodução da vida e a realização de cuidados domésticos, ainda persistem na cultura e impedem a devida remuneração e o compartilhamento das tarefas realizadas no ambiente familiar. Consequentemente, o trabalho de cuidado, o qual inclui cuidar de crianças e de pessoas com deficiência, é visto como natural e intrínseco ao cotidiano feminino, o que reitera a tese da filósofa francesa. Assim, movimentos que almejam a igualdade de gêneros devem se mobilizar para impedir a persistente invisibilidade dos afazeres domésticos das mulheres.

Ademais, a marginalização social também se associa à desvalorização das tarefas de cuidado performadas pelo sexo feminino. Articulada a esse contexto está a "invisibilidade pública", conceito do psicólogo social Fernando Braga que denuncia o apagamento social e psicológico que grupos economicamente vulneráveis sofrem na sociedade. Nessa vertente, o fato de as mulheres pobres e periféricas, maiores e menores de idade, ainda serem aquelas que, desproporcionalmente, investem seus esforços no diário trabalho de cozinhar e de limpar a casa, sem remuneração e visibilidade, ratifica a denúncia de Braga. Por conseguinte, é comum essas mulheres, muitas vezes submetidas à dupla jornada de trabalho, não só enfrentarem dificuldades para se qualificarem e para se dedicarem exclusivamente a trabalhos formais, mas também terem seu sofrimento psíquico invalidado.

Portanto, é imperioso que o sexo feminino tenha seu trabalho de cuidado valorizado. Para tanto, a sociedade civil organizada, a exemplo de grupos feministas, deve instruir amplamente sobre as diversas faces da desigualdade de gênero, pois ações educativas têm imenso poder transformador. Isso será possível por intermédio de palestras gratuitas e de rodas de conversa mensais, em parques públicos e em centros culturais, a fim de mobilizar a sociedade para exigir a valorização do ofício de cuidado feminino. Dessa forma, a "invisibilidade pública" que acomete mulheres e suas atividades será amenizada, propiciando maior dignidade trabalhista a elas, em conformidade à ética calvinista."



Comentário

Quanto aos aspectos gramaticais e coesivos, verificou-se um bom domínio da norma culta, boa fluidez nas articulações sintáticas do texto e uso correto dos recursos coesivos. O texto, além de usar bem os recursos gramaticais (como é o caso da regência do verbo “prescrever” no segundo parágrafo, 5ª linha), empregou estruturas sintáticas complexas, como é o caso da inversão da ordem dos elementos da oração na 2ª linha do terceiro parágrafo: “Articulada a esse contexto está a ‘invisibilidade social’”. Pode gerar algum estranhamento a falta de sujeitos claros a alguns verbos, como é o caso do particípio “invalidado” (terceiro parágrafo, 10ª linha) e de “instruir” (quarto parágrafo, 2ª linha), mas esses são casos pontuais que não invalidam sua nota máxima na Competência I.

Em relação aos recursos coesivos, nota-se um excelente domínio dos mecanismos de coesão referencial, especialmente o uso de expressões nominais para retomar palavras no texto. Como exemplo disso, tem-se a expressão “filósofa francesa” (segundo parágrafo, 10ª linha) para retomar a menção a Simone de Beauvoir no mesmo parágrafo, a palavra “seculares” (segundo parágrafo, 1ª linha) para retomar a menção à “história disparidade de gêneros” apresentada na tese, dentre outros. Além disso, o participante empregou boa coesão sequencial, utilizando-se de conjunções, advérbios e locuções para articular os parágrafos (“sob esse prisma”, no segundo parágrafo; “ademais”, no terceiro parágrafo; “portanto”, no quarto parágrafo) e seus períodos (como é o caso de “consequentemente” e “por conseguinte” para indicar a relação de causalidade ao final do segundo e terceiro parágrafos, respectivamente). Desse modo, observa-se que o bom domínio dos recursos coesivos dentro e entre parágrafos levaram à pontuação máxima também na Competência IV, assim, justificando a nota máxima desse texto.

Em relação ao projeto de texto, percebe-se como estratégica a citação da máxima atribuída ao sociólogo Max Weber, o qual, embora não tenha sido mencionado textualmente, está situado na discussão sobre a ética de religiões cristãs, conforme citado na redação. Essa é uma referência que extrapolou as informações oferecidas nos textos motivadores, sendo, assim, um repertório sociocultural do conhecimento de mundo do autor. Tal referência foi necessária para uma ampliação rumo ao tema, o que ocorreu por meio do destaque à disparidade entre o valor atribuído ao trabalho no meio social e o seu efetivo reconhecimento quando exercido por mulheres, aspectos relacionados ao tema proposto. Como posicionamento frente ao tema, o participante atribuiu a problemática apontada a duas causas: a disparidade de gêneros e a desigualdade social. Nesse parágrafo de introdução, o bom trabalho de contextualização do tema a partir de um uso produtivo de repertório externo (que também é legitimado e pertinente à discussão), somado à correta apresentação do tema e uma tese clara contribuíram para a sua pontuação máxima nas Competências II e III.

Com a mesma objetividade empenhada à tese, o participante organizou seus dois argumentos ao longo dos dois próximos parágrafos do texto, tendo sido ambos bem estruturados para a expansão da argumentação. Embora sejam parágrafos distintos e que se complementam na defesa da tese indicada na introdução, ambos seguem a mesma sequência de organização interna das ideias e informações: após a apresentação da ideia central no tópico frasal (primeiras linhas de cada parágrafo), introduziu-se uma citação vinda do repertório sociocultural do participante, a qual foi empregada para a construção de um argumento de autoridade que serviu aos objetivos de cada parágrafo. Ainda, cada um dos argumentos, tendo servido como causas para a interpretação do problema social abordado, foi desdobrado em consequências com as quais se pode finalizar, individualmente, os parágrafos de desenvolvimento. Essa organização e a clareza de sua execução já justificaram a



atribuição da nota máxima na Competência III, pois revelam um projeto de texto estratégico.

No segundo parágrafo do texto - o primeiro do desenvolvimento -, o participante utilizou a filósofa feminista Simone de Beauvoir para atingir o ponto principal da sua argumentação: a determinação dos papéis sociais de gênero pela cultura. A partir disso, seguiu-se a explicação de como tais papéis se manifestam nos afazeres domésticos e, por consequência, nos trabalhos de cuidado. Como fechamento do argumento, o participante lembrou o interesse que movimentos ligados à garantia da igualdade de gênero devem ter frente a esse cenário, uma estratégia que antecipou a primeira solução indicada na proposta de intervenção apresentada no parágrafo de conclusão, a qual teve o movimento feminista como um exemplo de agentes. Mais uma vez, viu-se a estratégia de organização do texto, pois há clara relação entre o argumento selecionado e a medida de solução proposta pelo participante, o que corrobora a análise favorável à nota máxima na Competência III.

Seguindo-se o mesmo processo, o terceiro parágrafo do texto - o segundo do desenvolvimento - também mobilizou uma citação advinda do repertório de conhecimentos do participante como estratégia de sustentação de um argumento de autoridade. Neste caso, partiu-se do conceito de “invisibilidade pública”, do psicólogo social Fernando Braga, para explicar a particularidade da relação inversamente proporcional entre a dedicação ao trabalho e o reconhecimento social deste: na visão defendida pelo participante, essa é a realidade das mulheres pobres e periféricas. Como consequência, tais mulheres figurariam entre aquelas que se sobrecarregam com jornadas exaustivas de trabalho, comprometendo sua saúde psíquica. É válido destacar que, ao longo dos dois parágrafos de desenvolvimento, observou-se o uso produtivo de repertórios externos pertinentes aos argumentos apresentados e devidamente legitimados por pessoas reconhecidas em suas respectivas áreas do conhecimento, o que serve como garantia à nota máxima na Competência II deste texto.

Por fim, o participante iniciou o quarto e último parágrafo do seu texto resgatando o tema de modo a enviesá-lo com a perspectiva defendida, em defesa da valorização desse trabalho de cuidado. Como estratégia de fechamento da sua conclusão, foi possível perceber um movimento de retomada de ideias que não apenas constavam como estratégia de contextualização (caso da “ética calvinista” mencionada na última linha do texto), mas também como recurso de sustentação de um dos argumentos, como é o caso do conceito de “invisibilidade pública”, apontado no terceiro parágrafo do texto, com a retomada do poema de Bandeira, outra estratégia de continuidade, pois se trata de uma retomada do recurso empregado para contextualização da redação. A boa progressão textual confirmou a nota máxima do texto da participante na Competência III.

Para desenvolver a proposta de intervenção, o participante apresentou uma solução: a sociedade civil organizada (agente) deve ser responsável por instruir pessoas a respeito da desigualdade de gênero (ação), por meio de palestras gratuitas e de rodas de conversa (meio) para que se possa atingir a valorização do trabalho de cuidado feito por mulheres (finalidade). Como detalhamento dessa proposta, o autor exemplificou um dos grupos da sociedade civil organizada (“a exemplo dos grupos feministas”) para detalhar o agente, além de justificar a importância das ações educativas (“ações educativas têm imenso poder transformador”) para detalhar a ação. Além disso, ao final do parágrafo, tem-se o fim do da “invisibilidade social” da mulher como o efeito das ações propostas, o que se apresenta para detalhamento da finalidade. Como demonstrado, esta é a proposta que, além de contar com os cinco elementos necessários para a proposta de intervenção, atingiu a nota máxima na Competência V com amplo detalhamento de três desses elementos exigidos.



Nick Dominic (ele/dele)

19 anos | São Gonçalo - RJ | @aredpop

"Na obra autobiográfica "Quarto de despejo: diário de uma favelada", a autora Carolina Maria de Jesus desvela aspectos de sua difícil vivência no exercício do papel sociodoméstico enquanto uma mãe subalterna. Nesse sentido, ela, ao longo da trama, assume uma posição identitária atravessada por questões de gênero e da própria sociedade corrente, as quais fomentam sentidos latentes de discriminação. Seguindo tal recorte literário, é fato que a história pessoal de Carolina reflete as mesmas dimensões enfrentadas por muitas mulheres no Brasil atual, contornado por interfaces invisibilizadoras de suas práticas cotidianas quanto ao trabalho de cuidado. Logo, para se enfrentar esse cenário, cabe a análise de seus principais desafios, sendo os quais a lógica patriarcal e o apagamento curricular.

De início, vale apontar a mentalidade machista arraigada no tecido civil do país na acentuação dessa problemática. Acerca disso, a filósofa Simone de Beauvoir, em seu livro "O segundo sexo", aponta que o imaginário da figura feminina foi cunhado, historicamente, pelo ideal segregador do sexismo, de forma a dimensionar privilégios de conduta aos homens, à medida que direciona ações restritivas às mulheres, a citar a privação ao lar. Por essa ótica, atesta-se o juízo da teórica, ainda, na contemporaneidade nacional, tendo em vista que a maior parte da comunidade feminina está inserida, desde a infância, no contexto comportamental alicerçado sob as lentes retrógradas do machismo, modulando uma lógica cujas mulheres - apenas - tornam-se encarregadas dos afazeres domésticos, como o cuidado à criança e à pessoa idosa. Como consequência de tal quadro assimétrico, o contingente feminino, em geral, sofre a pressão do cuidado afetivo condicionado socialmente, impondo a elas agressivas facetas físico-psicológicas, a exemplo da depressão e da ansiedade, derivadas de um empenho cotidiano traduzido como uma "obrigação natural". Assim, evidencia-se que o ímpeto patriarcal, cada vez mais, limita a abstração feminina ao contínuo labor como ação enraizada.

Além disso, é importante mencionar a crônica invisibilização dos currículos escolares brasileiros localizada no âmago desta questão. Sob esse viés, a teórica feminista Bell Hooks, na defesa de uma educação culturalmente transgressora, sugere que os institutos acadêmicos incumbem-se de formular vertentes pluralizadas de ensino, incorporando à realidade dos discentes saberes capazes de dismantlar antigas estruturas de exclusão. No entanto, a visão da pensadora colide com uma outra conjuntura presente nas escolas do país: a estruturação de uma grade disciplinar alheia à valorização da independência dos sujeitos, com destaque às meninas estudantes. Isso ocorre, em grande medida, devido à cristalização das correntes opressoras, como o machismo basilar, nas competências pedagógicas nacionais, fato o qual, por exemplo, toma das alunas o acesso educacional às vertentes libertadoras, mantencionando um modelo de educação tradicionalizado. Por conseguinte, o trabalho de cuidado feminino - enquanto forma de legado marginalizador - persiste em um cenário no qual a equidade de gênero mostra-se pouco estimulada desde a sala de aula. Nota-se, então, que a desatualização curricular, sem dúvidas, endossa esse perfil desproporcional da gestão familiar.



Portanto, é inegável que o cuidado realizado pela mulher no Brasil enfrenta circunstâncias de invisibilidade, pressupondo intervenções coletivas para a sua reformulação. Com isso em mente, o Ministério das Mulheres - proeminente instância federal aiançadora dos direitos femininos - deve promover uma ação perene de combate ao imperativo patriarcal em toda jurisdição do país. Nessa proposta, serão suscitados projetos de visibilização do esforço das mulheres, mediante um maior repasse de verbas às administrações municipais, os quais fornecerão ajuda financeira, como auxílios justificados pelo trabalho doméstico, e também psicológica, a partir de psicólogos profissionalizados na ampla atenção feminina, com a finalidade de estabelecer diretrizes cruciais para a valorização feminina, de modo a contornar o machismo totalmente operante. Somado a isso, o Ministério da Educação, por intermédio da reformulação da Base Nacional Comum Curricular, necessita abranger essa situacionalidade díspar em sala de aula, na disciplina de Sociologia, o que fundamentará, da mesma forma, discussões transgressoras ao patriarcado, a fim de, com o tempo, reverter essa mazela instrutiva. Feito isso, os desafios de gênero encarados por Carolina serão, por certo, desvencilhados da realidade brasileira."

Comentário

Demonstrando bom domínio dos recursos da escrita na norma padrão da língua portuguesa, verificou-se boa fluidez nas articulações sintáticas do texto e uso correto dos recursos coesivos. Foram identificados dois desvios gramaticais relevantes, ambos por imprecisão vocabular: "sociodoméstico" (primeiro parágrafo, 3ª linha) e "manutencionando" (terceiro parágrafo, 11ª linha). No entanto, tais imprecisões foram pontuais e não invalidaram a nota máxima na Competência I. Em relação aos recursos coesivos, notou-se um bom domínio dos mecanismos de coesão, destacando-se a boa articulação entre os períodos (como é o caso do emprego de diversificadas expressões de valor conclusivo para o fechamento dos três primeiros parágrafos ("logo", "assim", "então", respectivamente). Além disso, o participante empregou boa coesão sequencial, utilizando-se de conjunções e locuções para articular os parágrafos ("de início", no segundo parágrafo; "além disso", no terceiro parágrafo; "portanto", no quarto parágrafo). Desse modo, observa-se que o bom domínio dos recursos coesivos intra e interparágrafos levaram à pontuação máxima também na Competência IV, assim justificando a nota máxima desse texto.

Em seu projeto de texto, o participante demonstrou boa compreensão do tema ao citar a obra biográfica da escritora brasileira Carolina Maria de Jesus, sendo esta uma citação pertinente, por ter relação com o trabalho de cuidado realizado por mulheres, e legitimada por se tratar de uma parte da obra de uma autora cuja importância é muito reconhecida. Tal referência foi necessária para a exemplificação dos aspectos relacionados à invisibilidade do trabalho de cuidado feito por mulheres, a saber: a condição de gênero e a falta de conhecimento sobre o assunto. Tais aspectos foram apresentados como causas do problema central, resumidas na tese que encerra o parágrafo introdutório: "lógica patriarcal" (primeira causa) e "apagamento curricular" (segunda causa). Nesse parágrafo de introdução, o bom trabalho de contextualização do tema a partir de um uso produtivo do repertório sociocultural, somado à correta apresentação do tema e de uma tese clara contribuíram para a pontuação máxima na Competência II.



O participante organizou seus dois argumentos ao longo do segundo e terceiro parágrafos do texto, tendo sido ambos bem estruturados para a expansão da argumentação. Essa organização contribui de forma significativa para a atribuição da nota máxima na Competência III, pois revela um projeto de texto estratégico ao estabelecer boas conexões entre partes distintas do texto. Além disso, todas as informações trazidas do repertório sociocultural do participante e todos os seus parágrafos convergiram para o tema central - o papel social da mulher - de modo a revelar o cuidado na seleção de informações para o projeto de texto, outro motivo para o excelente desempenho do participante nessa mesma competência.

No segundo parágrafo do texto (o primeiro do desenvolvimento), o participante utilizou a filósofa feminista Simone de Beauvoir para atingir o ponto principal da sua argumentação: a discriminação dos papéis sociais de gênero pela cultura e a moralização desses. Para a autora, enquanto aos homens foram dimensionados privilégios da vida pública, às mulheres foram relegadas as tarefas restritas ao ambiente doméstico e de cuidado, os quais, na perspectiva adotada, são os de menor valor. A partir disso, seguiu-se a explicação de como tais papéis modulam a lógica de delegação de tais tarefas e, por consequência, deformam a integridade psíquica de algumas das mulheres que negam o exercício de tal “obrigação natural”. Como fechamento do argumento, o participante resumiu esse processo como “ímpeto patriarcal”, estabelecendo, assim, uma relação de continuidade em relação à primeira parte da sua tese, na qual se destacou a “lógica patriarcal” como causa do problema abordado.

De forma semelhante, o terceiro parágrafo do texto (o segundo do desenvolvimento) mobilizou outra citação advinda do repertório de conhecimentos do participante como estratégia de sustentação do seu argumento: a defesa de uma educação transgressora para a superação de estruturas sociais excludentes, ideia defendida pela professora *bell hooks**. Essa citação é usada como argumento de autoridade para sustentar a ideia de que a educação, quando reprodutora da desigualdade de gênero, estaria contribuindo com a perpetuação da invisibilidade do trabalho de cuidado feito por mulheres. Como consequência, a “gestão familiar”, nas palavras do autor, permaneceria inalterada, uma conclusão interessante a qual é partilhada também pela professora citada como repertório.

Por fim, o participante iniciou o quarto e último parágrafo do seu texto resgatando o tema de modo a enfatizar a perspectiva defendida, em defesa da valorização desse trabalho de cuidado. Em seguida, para desenvolver a proposta de intervenção, o participante apresentou duas medidas bem detalhadas, as quais dialogaram com os argumentos apresentados: uma medida de apoio financeiro e psicológico para frear a “lógica patriarcal” de desvalorização do trabalho de cuidado e a reforma curricular para reverter o “apagamento” desse tipo de trabalho na mentalidade social. Como estratégia de fechamento da sua conclusão, estabeleceu-se uma associação com a obra de Carolina Maria de Jesus, a qual foi retomada da contextualização (onde havia sido citada para contextualização do tema) como um exemplo de condição a ser superada no contexto brasileiro. A boa progressão textual marcada por essas estratégias confirmou a nota máxima do texto da participante na Competência III.

Quanto às propostas de intervenção, destaca-se a primeira como mais detalhada – embora ambas estejam completas. Nela, o Ministério das Mulheres



(agente) deve combater o imperativo patriarcal (ação) por meio de projetos de ajuda financeira e psicológica (meio) para estabelecer diretrizes que serviriam para contornar o machismo (finalidade). Essa proposta foi detalhada em quase todos os seus elementos: o agente foi destacado como promotor dos direitos femininos (quarto parágrafo, 3ª linha); o meio foi detalhado em formas diferentes de execução (quarto parágrafo, 6ª e 7ª linhas) e a finalidade foi especificada a curto e a médio prazo (linhas 9 e 10). Nesse mesmo parágrafo, foi apresentada uma segunda proposta de intervenção: o Ministério da Educação (agente) deveria abordar esse tema na sala de aula (ação), por meio de uma reformulação da Base Nacional Comum Curricular (meio) que permitiria discussões a título de reversão do cenário atual (finalidade). Como detalhamento, o participante optou por evidenciar que as ações sugeridas terão o efeito de promover a superação dos desafios vivenciados por Carolina (detalhamento da finalidade).

**Importante destaque: bell hooks chamava-se, na verdade, Gloria Jean Watkins. A grafia de seu pseudônimo é, convencionalmente, feita com letras minúsculas em suas iniciais, como forma de demarcação do seu caráter transgressor.*



Paulo Henrique B. S. Souza (ele/dele)

21 anos | Aracaju - SE | @euphsouza

"A Constituição Federal de 1988 - documento jurídico de grande relevância no Brasil - prevê, entre tantos direitos, o acesso ao trabalho digno. No entanto, muitas brasileiras trabalhadoras de cuidado - mulheres que realizam alguma função doméstica ou cuidam de crianças e idosos - enfrentam desafios quanto à invisibilidade de seu ofício, revelando que a garantia constitucional não é vista na prática. Assim, a fim de minimizar os dilemas enfrentados por essas cidadãs, é necessário avaliar os principais motivadores da problemática: a omissão estatal e o silenciamento da questão.

Nesse sentido, em primeira análise, é fundamental analisar o papel inerte do Poder Público no auxílio às trabalhadoras de cuidado. Isso porque, segundo o filósofo Thomas Hobbes, os indivíduos cedem a sua confiança ao Estado que, em contrapartida, deve garantir os direitos básicos aos cidadãos, a exemplo de um trabalho formal. Todavia, o conceito pensado por Hobbes contrasta com a realidade brasileira, uma vez que, infelizmente, não existem políticas públicas eficientes que exijam a remuneração correta e outros direitos trabalhistas às brasileiras que, cotidianamente, saem de suas casas para cuidar de membros de outras famílias ou realizar algum trabalho doméstico. Desse modo, é inadmissível que, em uma sociedade democrática, os governantes tratem o ofício dessas mulheres de forma invisibilizada.

Ademais, é importante salientar o silenciamento da questão. Sob esse viés, Djamila Ribeiro - expoente socióloga brasileira - defende o ideal de que é crucial retirar um problema da invisibilidade para que ele seja resolvido. Com isso, partindo da visão da pensadora, enquanto não acontecerem debates quanto à importância da valorização das trabalhadoras de cuidado, maiores serão as chances delas continuarem sendo mal remuneradas ou até trabalhando por um número de horas superior ao que é permitido legalmente. Dessa forma, é inaceitável que o tema não seja amplamente discutido, dificultando, ainda mais, a vida laboral dessas mulheres.

É imprescindível, portanto, a adoção de medidas para atenuar a atual conjuntura vivenciada pelas trabalhadoras de cuidado. O Governo Federal - órgão responsável pelo bem-estar social - deve, por meio de investimentos governamentais e parceria com o setor midiático, veicular, em TV aberta e em horário nobre, a importância do trabalho de cuidado exercido por diversas brasileiras. Tal medida tem o objetivo de tirar o Estado de sua postura omissa, bem como ampliar a discussão sobre os desafios enfrentados por essas profissionais, a fim de que haja uma mobilização social para a construção de políticas públicas eficazes. Espera-se, então, que o direito ao trabalho digno - exposto pela Carta Magna - seja, de fato, uma realidade no Brasil, permitindo que o ofício dessas mulheres se torne plenamente reconhecido em nossa sociedade."

Comentário

O participante demonstra habilidade na estruturação do texto, argumentação coesa e utilização de referências relevantes para embasar o ponto



de vista defendido. Além disso, há domínio da norma padrão da língua portuguesa, apresentando uma estrutura sintática exemplar, sem desvios gramaticais. Embora não apresente vocabulário rebuscado, a linguagem faz bom uso de estratégias como apostos entre travessões (perceptíveis em “A Constituição Federal de 1988 - documento jurídico de grande relevância no Brasil - prevê...” e “o direito ao trabalho digno - exposto pela Carta Magna – seja...”) para construir períodos claros e objetivos, o que demonstra segurança no emprego da norma padrão. Isso garante um excelente resultado na Competência I.

Nota-se, ainda, uso adequado e variado do vocabulário, o que contribui também para a coesão textual, avaliada na Competência IV. Nesse quesito, observa-se o uso adequado de operadores argumentativos entre parágrafos (como “Ademais” e “portanto”) e entre períodos (a exemplo de “No entanto”, “Assim”, “Todavia”). Esses mecanismos aparecem ora no início dos períodos, ora intercalados, como se vê na conclusão, em “É imprescindível, portanto...” e em “Espera-se, então, que...”. Essa utilização revela segurança no emprego dos mecanismos de coesão, indo além do mero uso mecânico.

Quanto às estratégias argumentativas, a introdução tem início com a referência à Constituição Federal, que se constitui enquanto um repertório sociocultural e apresenta o direito ao trabalho digno, aspecto que o torna pertinente ao tema e legitimado. A retomada desse repertório de forma produtiva no final do texto, após a proposta de intervenção, revela que a redação foi planejada previamente, de forma eficiente e cuidadosa. A contextualização com a Constituição encadeia uma tese clara, que contempla as palavras-chave da frase temática e apresenta duas causas para a problemática, a serem debatidas ao longo da produção textual: a omissão estatal e o silenciamento dos dilemas enfrentados pelas trabalhadoras no ramo dos cuidados.

No primeiro parágrafo de desenvolvimento, o participante evoca as ideias do filósofo contratualista Thomas Hobbes para demonstrar que é, segundo o pensador, dever do Estado garantir o bem-estar dos cidadãos. A referência é devidamente articulada ao tema quando, dentre os direitos básicos discutidos pelo teórico, é destacada a garantia ao trabalho formal (“...deve garantir os direitos básicos aos cidadãos, a exemplo de um trabalho formal”). Isso demonstra segurança no uso do repertório externo, cuja relação com a temática foi devidamente evidenciada antes de o argumento central ser desenvolvido -- em contraste com as ideias de Hobbes, é apresentada uma realidade brasileira na qual tais direitos não se revelam de forma plena na prática, já que há trabalhadoras subvalorizadas em decorrência de o Estado não oferecer políticas públicas eficientes que assegurem a remuneração correta e outros direitos trabalhistas a essas profissionais. O participante fecha o parágrafo concluindo que esse cenário é considerado inadmissível em uma sociedade democrática, visto que o ofício dessas mulheres deveria ser valorizado e visibilizado.

Já no segundo parágrafo de desenvolvimento, terceiro do texto, retoma-se a ideia de “invisibilidade”, uma das problemáticas centrais propostas pelo tema. Essa questão é associada ao “silenciamento” já antecipado pela tese e devidamente recuperado neste trecho. Para essa abordagem, o participante seleciona como repertório sociocultural, de forma produtiva, a socióloga Djamila Ribeiro, que defende o debate acerca de questões sociais a fim de destacar a importância de trazer o problema à luz para que possa ser resolvido. Nesse sentido, argumenta-se que a falta de debates sobre a valorização das



trabalhadoras no ramo dos cuidados contribui para a perpetuação da desvalorização e da exploração dessas profissionais.

Por fim, há uma proposta de intervenção completa e detalhada, na qual são sugeridas medidas para atenuar a situação enfrentada por essas trabalhadoras, incluindo a veiculação de campanhas midiáticas (ação), em TV aberta (modo) pelo Governo Federal (agente), descrito como responsável pelo bem-estar social (detalhamento do agente), para sensibilizar a sociedade sobre a importância das tarefas de cuidado exercido por essas mulheres (finalidade) e a necessidade de políticas públicas eficazes. A redação conclui expressando a expectativa de que o direito ao trabalho digno, garantido pela Constituição, se torne uma realidade no Brasil, o que permitiria o reconhecimento pleno do trabalho de tais profissionais na sociedade.

Vale destacar que este texto tem como foco a temática do trabalho de cuidado remunerado, e não aquele feito pelas mulheres no dia a dia sem salários ou direitos. Ainda que a banca tenha considerado essa abordagem como válida, é importante observar que a leitura atenta da proposta pode suscitar interpretações diferentes – ainda que seja mais seguro partir da coletânea para a construção do texto.



Rafaela Maria (ela/dela)

20 anos | Manaus - AM | @rafaela.marial

"Nos períodos de guerra mundial, em que a ação masculina esteve valorizada pelas participações militares, as mulheres mantiveram-se na perspectiva invisível, embora desempenhassem funções importantes de cuidados: de auxílio aos soldados feridos, de assistência aos filhos. Analogamente, na contemporaneidade, o cenário de invisibilidade do trabalho feminino ainda persiste, visto que essa parcela permanece atuante em espaços de cuidado familiar e social e não é valorizada. Desse modo, a fim de enfrentar esse dilema, torna-se urgente ressaltar suas causas principais: a desalinhada concepção de uma estrutura feminina associada ao conceito de amparo e a histórica desigualdade de gênero no Brasil.

Diante desse cenário, cabe postular que a análise das mulheres, alicerçada a uma visão de amparo é um impulsionador direto da falta de visibilidade do trabalho feminino nessa área. Nesse sentido, o Naturalismo, escola literária brasileira, evidenciou uma dinâmica de pensamento limitante aos humanos, influenciando culturalmente a sociedade, ao associar o aspecto instintivo das fêmeas no reino animal com a natureza das mulheres em ter um cuidado inato. Sob essa óptica, o emprego feminino nas ações de cuidado tendeu a ser, erroneamente, dado como natural e biológico e, por isso, não valorizado. Logo, a visão de um sistema feminino de cuidado, desvinculado de um aspecto profissional, não pode ser validada e deve ser combatida para a visibilidade plena.

Ademais, destaca-se a desigualdade de gênero como um fator propulsor à problemática em questão. Acerca disso, a esfera masculina é permeada, ao longo da historiografia brasileira, de méritos elencados à vida pública. Entretanto, nota-se que a atuação feminina não apresenta uma narrativa que a evidencie e a contemple integralmente, exemplificando a deficiente valorização das mulheres em âmbito social. Concomitantemente, a participação privada - em espaços de cuidado - carece ainda mais da perspectiva valorativa, pois é preconizada pelas mulheres. Assim, verifica-se que a desigualdade de gênero, de maneira estrutural e histórica no país, é o sustentáculo que invisibiliza o trabalho das mulheres.

Portanto, considerando o trabalho de cuidado realizado pelas mulheres como um desafio que enfrenta a invisibilidade na sociedade, caminhos devem ser tomados a fim de elucidar o encargo feminino. Para tanto, é dever do Governo Federal, juntamente ao Ministério do Trabalho - em parceria com órgãos públicos relacionados ao ensino nacional, como a Secretaria da Educação -, garantir a valorização dos sistemas de atenção e cuidados realizados pelas mulheres. Isso deverá ser feito mediante a aplicação do imposto público em políticas de educação escolar e social, extirpando as influências culturais errôneas de padrões de comportamento feminino, para que a sociedade incorpore um pensamento valorativo das mulheres e, com isso, seu trabalho - público e privado - seja plenamente visível."



Comentário

O texto apresenta bom domínio da norma padrão, com vocabulário preciso e ausência de desvios que acarretassem perda de nota na Competência I. Nota-se, inclusive, o emprego adequado de termos mais rebuscados, como “preconizada”, “sustentáculo” e “extirpando”, o que revela o cuidado da participante com as escolhas vocabulares. Também se observa o bom uso de recursos sintáticos como dois-pontos antes de enumeração (em “funções importantes de cuidados: de auxílio aos soldados feridos, de assistência aos filhos...”) e de travessão para inserir apostos (“a participação privada - em espaços de cuidado – carece...”). Já na coesão, avaliada pela Competência IV, destaca-se o emprego seguro e adequado de operadores argumentativos entre períodos e parágrafos. Vale ressaltar, contudo, que o “Diante desse cenário” que abre o segundo parágrafo parece não cumprir a função de introdução à discussão (o que seria esperado nesse primeiro parágrafo argumentativo), mas, por se tratar de um desvio isolado, não houve descontos na pontuação.

Há, ademais, uma excelente estrutura argumentativa, utilizando referências relevantes para embasar os argumentos e propondo medidas concretas para resolver o problema da invisibilidade do trabalho feminino no cuidado, o que permitiu as notas máximas nas Competências II e III. Nessa linha, aborda-se a persistência dessa questão ao longo da história, desde os períodos de guerra mundial até os dias atuais, já que as mulheres continuam desempenhando papéis fundamentais no cuidado familiar e social, porém, sem o devido reconhecimento. A participante destaca duas causas principais para essa invisibilidade: a concepção desalinhada de uma estrutura feminina associada ao cuidado e a histórica desigualdade de gênero no Brasil.

No segundo parágrafo, o texto discute a associação entre a figura feminina e o cuidado, argumentando que essa visão é limitante e culturalmente enraizada, influenciada pelo Naturalismo - referência literária selecionada como estratégia para sustentar as ideias debatidas. Essa concepção tende a considerar o trabalho de cuidado como inato e biológico das mulheres, desconsiderando sua dimensão profissional e, conseqüentemente, desvalorizando-o. Portanto, a visão de um sistema de cuidado feminino desvinculado do aspecto profissional é questionada e, de acordo com a autora, deve ser combatida para garantir a plena visibilidade do trabalho das mulheres nessa área.

Além disso, no terceiro parágrafo, destaca-se a desigualdade de gênero como outro fator determinante para a invisibilidade do trabalho feminino. A participante recorre à historiografia brasileira para comprovar que a atuação masculina tem sido mais valorizada na esfera pública, enquanto a contribuição das mulheres é subestimada e não recebe o reconhecimento devido. Essa desigualdade se reflete ainda mais na esfera privada, na qual o trabalho de cuidado realizado pelas mulheres é preconizado e, conseqüentemente, menos valorizado. Assim, a estrutura e a história de desigualdade de gênero no Brasil são apontadas pelo texto como fatores fundamentais que contribuem para a invisibilidade do trabalho das mulheres.

Fechando a redação, na proposta de intervenção, é proposto um conjunto de medidas coerentes para combater essa invisibilidade e valorizar o trabalho de cuidado realizado pelo público feminino. Dialogando com os parágrafos argumentativos, a participante sugere que o Governo Federal, em parceria com o Ministério do Trabalho e órgãos públicos de educação, (agentes) como a Secretaria da Educação (detalhamento do agente), deve garantir a valorização dos sistemas de atenção e cuidados realizados pelas mulheres (ação). Isso inclui a aplicação de recursos em políticas educacionais e sociais (meio) para que minimizem os estereótipos de gênero e promovam uma visão valorativa das mulheres (finalidade), de modo que seu trabalho seja plenamente reconhecido e visível na sociedade (detalhamento da finalidade). A exposição de uma proposta de intervenção com cinco elementos válidos assegura ao participante nota máxima na Competência V.



Rafaela Pinto Muller (ela/dela)

35 anos | Pelotas - RS | @rafaelapintomuller

"Historicamente, o mundo do trabalho foi dominado pelos homens, restando para as mulheres, principalmente, o trabalho doméstico e de cuidado com a família. Com efeito, no Brasil não foi diferente, e, ainda hoje, existem desafios que precisam ser enfrentados para reduzir a invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no país, uma vez que esse grupo da sociedade permanece em situação de exclusão e subserviência no mercado trabalhista. Diante desse cenário, é fundamental compreender as causas desse revés, dentre as quais a desigualdade social e o patriarcalismo enraizado na sociedade são fatores agravantes dessa problemática.

Em uma primeira análise, destaca-se a desigualdade social como um dos desafios a ser enfrentado para amenizar a invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil. Nesse sentido, a escritora Carolina Maria de Jesus, em sua obra literária "Quarto de Despejo", escrita em meados do século XX, traz uma denúncia social, com uma visão feminina de uma moradora da favela, na qual retrata a invisibilidade das pessoas que vivem em regiões desprestigiadas pelo poder público e que precisam se submeter a situações degradantes para conseguir sobreviver e não morrer de fome. Sob essa ótica, percebe-se que a desigualdade social gerada pela ausência do amparo estatal para as camadas mais pobres da população acarreta na aceitação de trabalhos mal remunerados e informais, principalmente pelas mulheres. Assim, é fundamental que haja políticas públicas que reconheçam a importância do trabalho de cuidado no país e tragam garantias para essa atividade que será cada vez mais demandada com o envelhecimento da população.

Outrossim, salienta-se que o patriarcalismo enraizado na sociedade brasileira é outro fator que contribui para a falta de visibilidade do trabalho de cuidado desempenhado pela mulher no país, sendo a desconstrução dessa cultura de inferioridade feminina mais um desafio a ser superado para solucionar esse gravame social. Segundo preconiza a Constituição Federal, em seu artigo 3º, é objetivo do Estado a construção de uma sociedade justa e igualitária, sem distinção de gênero, raça, etc. No entanto, as mulheres ainda são prejudicadas quanto aos direitos trabalhistas, recebendo salários menores e não sendo valorizadas especialmente nos trabalhos realizados em ambientes domésticos. Dessa forma, é preciso que haja uma mudança cultural no pensamento patriarcal a fim de ampliar a importância desse trabalho de cuidado feminino com o reconhecimento das garantias constitucionais.

É evidente, portanto, que medidas precisam ser tomadas para solucionar esse problema. Para tanto, o Congresso Nacional, por meio da elaboração de leis específicas, deve criar normas que assegurem a visibilidade do trabalho de cuidado existente no país, executado majoritariamente por mulheres, com a regulamentação de direitos trabalhistas para essa categoria, a fim de que essas trabalhadoras possam ter uma vida digna, uma jornada legal de trabalho e uma remuneração justa que lhes permita ter acesso à moradia, alimentação, saúde e lazer."



Comentário

Neste texto, destacam-se os recursos coesivos que, como esperado para um texto nota máxima, são variados, recorrentes e pertinentes à construção da progressão entre as orações, os períodos e os parágrafos. Dessa forma, a Competência IV é devidamente contemplada nessa redação. Já no que diz respeito à Competência I, nota-se um texto bem escrito, com construções sintáticas clara e variadas, de modo a revelar uma participante com um bom domínio da modalidade formal da língua portuguesa, embora haja os seguintes desvios: acento em “enraizado” (linha 6), ausência de vírgula após “social” (linha 14), regência em “acarreta na” (linha 15) e acento em “díreitos” (linha 28).

Diferentemente do que é comum a muitos textos nota máxima do Enem, este não começa com um repertório externo à coletânea, o que já chama bastante a atenção. A participante inicia sua redação apresentando um panorama histórico sobre a construção do mercado trabalhista e suas implicações na consolidação da invisibilidade do trabalho de cuidado, porém, sem delimitar um período ou um acontecimento explícito. Isso, no entanto, não prejudica sua nota em nenhuma competência, visto que, atendendo às exigências da Competência II, a participante traz dois repertórios nos parágrafos subsequentes (a obra “Quarto de Despejo” e a menção ao artigo 3º da Constituição) e, levando em consideração o que é avaliado na Competência III, o projeto de texto não é prejudicado por escolhas como essa. Muito pelo contrário, vê-se evidentemente o domínio do gênero dissertativo-argumentativo, uma vez que há uma tese bem delimitada, na qual são explicitadas duas possíveis causas para a problemática evidenciada pelo tema: a “desigualdade social” e o “patriarcalismo enraizado”.

Ainda em relação à Competência III, percebe-se, no segundo e no terceiro parágrafos, que há claro planejamento da linha de raciocínio, o que evidencia um projeto de texto cuidadosamente pensado e bem atrelado à discussão da temática proposta pela prova. Sendo assim, seja pela referência à obra de Carolina Maria de Jesus como forma de explicitar a desigualdade como impasse central às mulheres relegadas aos trabalhos de cuidado, seja pela contraposição entre a Constituição e a realidade, revelando uma análise pertinente acerca do patriarcalismo que permeia a sociedade, a participante mostra sua capacidade de executar um texto atendendo às exigências da banca avaliadora.

Para concluir a redação, a participante elabora uma proposta de intervenção, na qual especifica um agente (“o Congresso Nacional”), um meio (“por meio da elaboração de leis específicas”), uma ação (“criar normas que assegurem a visibilidade do trabalho de cuidado existente no país”) e uma finalidade (“a fim de que essas trabalhadoras possam ter uma vida digna, uma jornada legal de trabalho e uma remuneração justa que lhes permita ter acesso à moradia, alimentação, saúde e lazer”). Há, até aqui, quatro elementos claramente apresentados (agente, ação, modo e finalidade); o detalhamento, no entanto, não foi evidenciado, de maneira clara, por algum conectivo, o que pode resultar em diferentes possibilidades de interpretação. O trecho “executado majoritariamente por mulheres, com a regulamentação de direitos trabalhistas para essa categoria” foi interpretado como detalhamento pelos corretores, supõe-se que ele seja, possivelmente, detalhamento da ação ou do meio.



Victoria da Silva Nascimento (ela/dela)

20 anos | Macaé - RJ | @vicdisciplinas

"A canção "Se eu largar o freio", do cantor Péricles, fala sobre a indignação de um homem que não se sente mais amado por sua esposa, já que ela abandonou os afazeres domésticos. Os versos do sambista não se limitam ao âmbito artístico, mas configuram um reflexo da triste realidade enfrentada por muitas mulheres brasileiras, cujo trabalho de cuidado é invisibilizado em razão do machismo e da negligência governamental. Destarte, é primordial combater as origens do revés, a fim de mitigá-lo.

Nesse sentido, vale salientar que a mentalidade sexista vigente na sociedade brasileira é determinante para manutenção desse cenário caótico. De acordo com Simone de Beauvoir, "não se nasce mulher, torna-se mulher". Sob essa perspectiva, é possível ampliar o conceito de gênero, haja vista que é necessário desconstruir a ideia de que homens e mulheres desempenham papéis fixos na sociedade em razão, exclusivamente, de sua genética. Na verdade, a concepção sobre o feminino excede a Biologia, uma vez que, em conformidade com Beauvoir, a função da mulher é imposta pela sociedade que, por sua vez, é majoritariamente machista. Dessarte, pode-se dizer que a desvalorização dos serviços de cuidado fornecidos pelas mulheres está diretamente relacionada à noção equivocada de que elas nasceram para realizar tais atividades. Logo, reverter a mentalidade sexista é imprescindível para superar o entrave.

Outrossim, a ineficiência da máquina pública é também um fator que fomenta a perpetuação desse quadro alarmante. Segundo o filósofo John Rawls, é dever do Estado garantir a igualdade de oportunidade para todos. Dessa forma, a omissão do poder público agrava a invisibilidade do trabalho doméstico feminino e, conseqüentemente, impossibilita sua justa remuneração. Além disso, o tempo gasto pelas mulheres em suas jornadas de ofício para a família impede que elas estudem, trabalhem e cuidem da própria saúde. Dessa maneira, a ineficácia do governo em valorizar essas mulheres acentua problemas de desigualdade de oportunidades, conforme pontuava Rawls, especialmente entre homens e mulheres. Isso porque pessoas do sexo masculino são socialmente isentas desses trabalhos, como afirmava Simone de Beauvoir.

Infere-se, portanto, que medidas são necessárias para dar notoriedade às atividades laborais de cuidados desempenhadas por mulheres. Para isso, o Ministério da Educação, como órgão responsável por construir a mentalidade dos cidadãos, deve incluir, na Base Nacional Comum Curricular, a disciplina "tarefas domésticas", de modo a orientar também os homens na realização desses trabalhos, a fim de reverter a mentalidade machista que impera. Ademais, o governo federal, como instância máxima executiva, deve criar uma agenda econômica democrática, por intermédio da destinação de recursos voltados à remuneração das mulheres que prestam serviços de cuidado, com a finalidade de valorizá-las e garantir a igualdade de oportunidades. Assim, os versos da canção do Péricles deixarão de representar o corpo social brasileiro."



Comentário

O participante apresenta um bom domínio da escrita na modalidade formal da língua portuguesa, sem desvios, mas com uma escolha que pode gerar dúvida: a colocação pronominal em “a fim de mitigá-lo” na linha 5 - apesar de não ser um consenso entre gramáticas, é comum a adoção da próclise quando há conjunções subordinativas (nesse caso, ficaria “a fim de o mitigar”). Além disso, a redação apresenta boa unidade textual, garantida pelo projeto estratégico que a participante construiu. O respeito à estrutura padrão de uma dissertação argumentativa contribui para a organização desse projeto de texto, que se mostra bem desenvolvido, sem lacunas significativas no raciocínio e com excelente articulação de todas as partes que o compõem. Na tese, há posicionamento claro e coerente com a frase temática da proposta, fundamentado pelo repertório sociocultural da música de Péricles e associado aos dois argumentos que a participante desenvolve em seguida: o machismo e a negligência do governo são apresentados como causas da invisibilidade do trabalho de cuidado exercido pela mulher.

Para desenvolver o primeiro argumento, recorre-se à autoridade da filósofa francesa Simone de Beauvoir. Por meio de sua famosa declaração “não se nasce mulher, torna-se”, a participante aborda a imposição dos papéis de gênero numa sociedade machista e explica como a naturalização de a função de cuidado ser exercida por mulheres advém dessa construção social equivocada baseada na biologia feminina. O uso do argumento de autoridade foi bem articulado ao raciocínio da participante, o que torna essa referência sociocultural produtiva. Ademais, a microestrutura do parágrafo padrão fica evidente — o tópico frasal inicia o parágrafo e retoma bem um dos aspectos da tese, os dois períodos subsequentes o explicam com clareza (momento em que se mobiliza a análise sobre a citação de Beauvoir) e os dois últimos, respectivamente, encerram o raciocínio e o relacionam a uma prévia da medida de intervenção correspondente. Isso contribui significativamente para a organização do argumento.

Ao desenvolver a outra causa do problema, a participante mobiliza mais um repertório sociocultural. Dessa vez, John Rawls, filósofo estadunidense, é citado para valorizar o argumento da responsabilidade do Estado sobre a exploração não-remunerada da força de trabalho feminina nos cuidados domésticos. O projeto de texto se mostra, mais uma vez, bem elaborado, na medida em que a participante corrobora a explicação desse argumento retomando o que defendera no parágrafo anterior acerca dos papéis de gênero socialmente impostos. Isso evidencia a pertinência dos repertórios externos e das análises feitas deles. Novamente, há também mérito na configuração do parágrafo padrão, que repete a organização do anterior quanto à microestrutura e favorece o raciocínio.

A proposta de intervenção desse texto conta com duas medidas. Embora apenas uma precisasse estar completa para garantir nota na Competência V da grade de correção, a participante foi perspicaz em apresentar duas, uma vez que cada uma se relaciona a um argumento diferente. Assim, assegurou-se uma boa avaliação na Competência III também. A primeira medida apresenta agente (Ministério da Educação), detalhamento do agente (explicação sobre esse ser o órgão responsável por construir a mentalidade dos cidadãos), ação (incluir, na Base Nacional Comum Curricular, a disciplina “tarefas domésticas”), duas finalidades (orientar também os homens na realização desses trabalhos e reverter a mentalidade machista que impera). A segunda medida está completa: agente (governo federal), detalhamento do agente (explicação sobre ele ser a instância máxima executiva), ação (criar uma agenda econômica democrática), meio (por intermédio da destinação de recursos voltados à remuneração das mulheres que prestam serviços de cuidado), finalidade (valorizá-las e garantir a igualdade de oportunidades) e detalhamento da finalidade (com isso, os versos da canção do Péricles deixarão de representar o corpo social brasileiro.). Os conectivos também foram bem empregados em todo o texto — nenhum é repetido e há pelo menos um dentro de cada parágrafo, além de um iniciando cada parágrafo de desenvolvimento e o de conclusão.



Vitória Taschetto (ela/dela)

18 anos | Santa Maria - RS | @vi_taschetto

"Consoante a Constituição Federal de 1988, documento de máximo dever de cidadania, o trabalho é um direito de todos os brasileiros. No entanto, é lamentável que muitas pessoas, sobretudo do sexo feminino, enfrentem dificuldades no seu serviço na sociedade hodierna, o que acarreta prejuízos à dignidade dessa população. Nessa perspectiva, convém analisar os principais desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher, os quais envolvem a negligência governamental e a desigualdade socioeconômica.

Acerca disso, faz-se necessário ressaltar a omissão do poder político como um dos obstáculos para a superação do desamparo do labor doméstico e de assistência exercido por meninas e mulheres. De acordo com a antropóloga Lília Schwarcz, há uma política de eufemismos no Brasil, ou seja, determinados problemas tendem a ser ignorados, deixando de receber a visibilidade necessária. Nesse viés, ao considerar sua relevante fundamentação, infere-se que o Governo não apresenta interesse em proporcionar um serviço digno aos indivíduos do gênero feminino, agravando o bem-estar dessas pessoas. Logo, enquanto o Estado não cumprir com os seus compromissos de garantir um trabalho em que as mulheres sejam valorizadas, elas continuarão delegadas à família.

Ademais, destaca-se a discrepância econômica como outra adversidade para o enfrentamento da invisibilidade da atividade de amparo praticada por cidadãs do sexo feminino. Segundo relatório da ONU, o Brasil está entre os países mais desiguais do mundo, contexto que impede, muitas vezes, acesso à saúde, frequência escolar e, até mesmo, emprego de qualidade. Nessa lógica, é notório que a desigualdade compromete a conquista de um trabalho bem remunerado pelas mulheres, visto que muitas precisam dedicar-se exclusivamente ao cuidado com a família e com o lar, o que afeta a integridade dessas pessoas. Com isso, torna-se urgente coibir as disparidades sociais, sob pena de essa população seguir enfrentando as convenções de gênero.

Portanto, é mister que o Estado tome providências para amenizar os desafios para a superação do desamparo do serviço de cuidados realizado pelas mulheres. Com a finalidade de acabar com os impasses do labor de assistência feito pelas pessoas do sexo feminino, urge que o Governo - responsável por organizar o local de um povo - crie campanhas de valorização do trabalho dessas cidadãs, por meio da publicação de vídeos nas redes sociais dessa instância, garantindo, como efeito, a qualidade de vida dessas mulheres. Além disso, a fim de reduzir a desigualdade econômica entre as trabalhadoras de cuidado, é necessário que o Estado assegure um salário aquedado a essas pessoas. Assim, a partir dessas iniciativas, a invisibilidade do serviço de cuidado exercido pela mulher deixará de ser uma realidade na nação, conforme prevê a Constituição Cidadã."

Comentário

A participante demonstrou pleno domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, com estrutura sintática excelente e nenhum desvio. Há



apenas uma inadequação de concordância no uso da locução “de cuidados” (linha 22), uma vez que a construção do texto a partir da temática evoca o cuidado em geral, e não os cuidados. Tal domínio também se evidencia no vocabulário rico e bem empregado, o que contribui para a boa coesão, evitando-se repetições desnecessárias. Os recursos referenciais (como pronomes relativos, demonstrativos e pessoais) foram bem explorados e há pelo menos um conectivo dentro de cada parágrafo, além dos que foram inseridos entre os parágrafos (“ademais” e “portanto”). Desse modo, houve atendimento completo ao que exigem as Competências I e IV da grade de correção.

A contextualização do tema é feita por meio da Constituição Federal, repertório sociocultural que é retomado ao fim do texto com pertinência. Assim, já se notam traços de um projeto de texto eficiente e bem idealizado. O posicionamento condizente com o que previa a proposta está demonstrado já na introdução, além de articulado às causas do problema identificadas pela participante — negligência governamental e desigualdade socioeconômica — na tese do texto.

No primeiro parágrafo de desenvolvimento, explora-se com mais centralidade a ideia de “invisibilidade” apresentada na frase temática. Tal invisibilidade é analisada como decorrente da negligência do Estado (em consonância com o que previa a tese) e, para fundamentar esse argumento, a participante recorre ao conceito de “política de eufemismos”, da antropóloga Lília Schwarcz. Trata-se de uma referência que foi suficientemente explorada no parágrafo, o que lhe atribui o status de repertório sociocultural pertinente e produtivo. No fechamento desse parágrafo, ao mencionar que as mulheres serão mantidas presas ao trabalho de cuidado de seus núcleos familiares enquanto o Governo não lhes garantir maior valorização, antecipa-se a proposta de intervenção a ser desenvolvida ao fim do texto. Isso valoriza o projeto textual, na medida em que mostra que todas as escolhas argumentativas foram pensadas previamente.

No segundo parágrafo de desenvolvimento, a participante utiliza um relatório da ONU como fonte para mencionar as desigualdades do país e, assim, argumentar que, por terem o acesso à saúde, a frequência escolar e, até mesmo, empregos de qualidade comprometidos, muitas mulheres ficam sem recursos para melhorar de vida. Com isso, elas são obrigadas a restringir sua atuação social ao trabalho de cuidado do lar. A estrutura padrão bem configurada ajuda a trazer clareza a esse raciocínio, em cujo fechamento também se faz um aceno à proposta de intervenção ao salientar-se a urgência de resolver esse problema.

Já na conclusão, há duas medidas de solução indicadas, com vistas a resolver os dois aspectos do problema desenvolvidos na argumentação. Na primeira delas, identificam-se uma finalidade (acabar com os impasses do labor de assistência feito pelas pessoas do sexo feminino), o agente (Governo), seu detalhamento (esclarecimento de que ele é responsável por organizar o local de um povo), a ação (campanhas de valorização do trabalho dessas cidadãs), o meio (publicação de vídeos nas redes sociais), e o detalhamento da finalidade (garantindo, como efeito, a qualidade de vida dessas mulheres). Já a segunda proposta de intervenção não está completa, pois só apresenta finalidade (reduzir a desigualdade econômica entre as trabalhadoras de cuidado), agente (Estado) e ação (assegure um salário aquedado a essas pessoas); isso, porém, não a prejudica, uma vez que só uma medida precisaria conter os cinco elementos para atender à Competência V. Encerra-se, enfim, o parágrafo com a retomada da referência à Constituição que havia sido feita no início do texto e, dessa forma, a unidade textual fica valorizada, num texto que atende às exigências de toda a grade de correção - há, aqui, um segundo detalhamento da finalidade.



Análise Geral dos Textos

Realizada pela Equipe de Redação do Poliedro – Unidades Próprias:

Inicialmente, gostaríamos de parabenizar os alunos cujos textos atingiram nota máxima na avaliação do ENEM de 2023 e também seus professores. Sabemos da dificuldade de conquistar esse feito, tanto que apenas 60 alunos conseguiram esse resultado em um universo de 2.734.100 participantes. Não pretendemos, com essas considerações finais, esgotar todas as possibilidades de análise dos textos; nossa intenção é destacar algumas escolhas que foram comuns aos 47 textos analisados e as que se diferenciaram, para que professores e alunos possam maximizar as possibilidades de uso da cartilha na preparação para o ENEM de 2024.

Salientamos que a análise focará em cinco aspectos textuais: abordagem do tema por meio da presença de palavras-chave; tese e escolha de projeto de texto, considerando-se a microestrutura dos parágrafos; proposta de intervenção; uso de conectivos na ligação entre parágrafos e emprego de repertório sociocultural.

Em relação ao tema, o ENEM de 2023 teve como frase temática “Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil”. De todas as palavras dessa frase, prevaleceram, nas introduções dos textos, *trabalho de cuidado*, *mulher* e *invisibilidade*. Em muitas redações, foram trabalhados, ao longo do texto, tanto a ideia de o problema social configurar um desafio a ser enfrentado quanto o recorte ser uma questão inerente ao nosso país. No entanto, era de se esperar que os núcleos principais do tema supracitados aparecessem na introdução, uma vez que a função desse parágrafo é justamente apresentar ao leitor o tema do qual o texto tratará.

No que se refere à estrutura textual, ao elaborar um texto dissertativo-argumentativo, é possível adotar um caminho indutivo ou dedutivo. No entanto, as 47 redações analisadas seguiram um raciocínio dedutivo, ou seja, todos os alunos finalizaram o primeiro parágrafo com uma tese clara e explícita sobre a problemática em questão, o que consideramos uma escolha segura para o desenvolvimento da redação. Vale destacar que é muito comum que os alunos optem por uma tese em que haja o levantamento de duas causas relacionadas ao problema, duas consequências ou uma causa e uma consequência. Nesse tema, a escolha de 45 alunos foi desenvolver a análise sobre a invisibilidade do trabalho de cuidado por meio de duas causas. Apenas os participantes Alex Novais Maciel, Lucca Aguiar e Maria Laura Santin Klein seguiram o padrão de causa e consequência.

Vale notar que alguns autores dos textos analisados optaram por complementar a tese com uma frase que reforça a necessidade de apresentar uma solução para o problema, enfatizando ao leitor que isso também será contemplado ao longo do texto. É importante enfatizar que não há nada na matriz de referência do ENEM¹ que exija a construção de uma tese que sinalize a

¹ <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem/outros-documentos>



proposta de intervenção, assim como fizeram Ana Carolina Riechel Famoso, Arthur Sanches, Igor Castagnetti Silva, João Pedro, Karoline Soares Teixeira, Lídia Resende, Luana Pizzolato, Mariliany Lívia Gomes Soares e Victoria da Silva Nascimento. Trata-se de uma escolha autoral dos participantes, visto que os demais gabaritaram a prova mesmo não tendo realizado tal complementação na tese.

Já em relação ao desenvolvimento do texto dissertativo-argumentativo, todos os participantes escolheram dividir as três partes constituintes da dissertação em quatro parágrafos, sendo um para a introdução, dois para o desenvolvimento e um para a conclusão. A microestrutura dos parágrafos majoritariamente empregada pelos participantes foi esta: o desenvolvimento de uma contextualização pelo repertório sociocultural externo aos textos motivadores oferecidos pela prova; a posterior apresentação do tema, estabelecendo relação entre o repertório e a temática do texto; e o fechamento com uma tese. Os parágrafos de desenvolvimento foram construídos com, inicialmente, o tópico frasal, seguido de uma expansão ligada ao tópico, isto é, da explicação dele – de modo geral, os participantes optaram por mobilizar um repertório como apoio para a explicação –, e do subsequente fechamento do parágrafo. Todos os textos analisados escolheram realizar a proposta de intervenção no parágrafo de conclusão, antecedida por uma breve retomada do problema social e, algumas vezes, também pelo resumo dos argumentos anunciados na tese, no parágrafo introdutório. Quanto à proposta de intervenção, 27 alunos optaram por fazer duas propostas, uma associada a cada causa desenvolvida na argumentação, e 20 realizaram uma única proposta que buscava resolver ambas as questões. Destacamos que, pela grade do ENEM, basta uma proposta completa, ou seja, com agente, ação, meio, finalidade e detalhamento de um dos elementos anteriores para atingir nota máxima na Competência V. No entanto, muitos participantes desenvolveram duas propostas para evitar lacunas no texto, isto é, para que não houvesse uma causa apresentada na introdução sem resolução ao final da dissertação. É notável que a escolha de desenvolver o detalhamento por um desdobramento da finalidade, também conhecido como efeito do efeito, foi preponderante nos 47 textos analisados. O agente mais citado pelos alunos foi o Estado, o que era de se esperar, dado que o argumento de ineficiência, negligência ou omissão estatal foi recorrente nas redações, seguido pelo machismo estrutural e pelas causas históricas relacionadas à sociedade patriarcal.

Para fazer a ligação entre os parágrafos, as escolhas de conectivos dos alunos foram bastante diversas. Para gabaritar a Competência IV, relativa aos mecanismos linguísticos, os alunos precisam diversificar os recursos empregados – considerando-se as coesões sequencial e referencial –, e é primordial que haja, ao menos, dois conectivos do tipo operador argumentativo na ligação entre os parágrafos. O emprego desses operadores aconteceu principalmente entre o segundo e o terceiro parágrafos e entre o terceiro e o quarto. Para iniciar o segundo parágrafo do texto, a construção linguística mais usada foi “diante desse cenário”, seguida de “de início”. Cabe destacar que a maior diversidade de escolhas de ligação para iniciar um parágrafo foi exatamente entre o primeiro e o segundo: contabilizamos 22 empregos distintos entre os participantes, 7



diferenciações para a ligação do segundo para o terceiro e 9 do terceiro para o quarto. Para iniciar o segundo parágrafo de desenvolvimento, o terceiro do texto, houve predomínio do emprego de “ademais”, “além disso” e “outrossim”, respectivamente. Já para iniciar o parágrafo de conclusão, a conjunção “portanto” foi a escolha de 35 participantes.

Por fim, o uso de repertório sociocultural externo aos textos motivadores foi bastante diversificado. Apesar de a matriz de referência de correção do ENEM exigir apenas um repertório que seja legitimado, pertinente e produtivo para que o aluno atinja a nota máxima, os participantes que alcançaram o 1.000 optaram por empregar, ao menos, dois repertórios, tendo sido três repertórios a escolha preponderante: um no parágrafo de introdução e outro em cada parágrafo de desenvolvimento. Foram raros os participantes que não começaram o texto com um repertório, a exemplo de Catharina Simões. Gostaríamos de destacar os textos das alunas Geórgia de Carvalho Cunha e Luana Amaro de Alencar, que não inseriram repertório em todos os argumentos, o que evidencia – e pode ser constatado pelas análises realizadas dos textos – que não é obrigatória a presença de repertório em todas as partes da redação, sendo possível, inclusive, desenvolver bem o raciocínio argumentativo ainda que não haja uma informação externa. Nesse sentido, ressaltamos que a escolha por incluir repertório em todos os argumentos, por um lado, é uma estratégia segura para garantir a nota máxima na Competência II; por outro, faz participantes deixarem de lado boas oportunidades de aprofundar o raciocínio argumentativo, uma vez que a ligação com a causa ou a consequência do problema pode ficar superficial e, a depender da lacuna gerada, prejudicar a nota na Competência III.

Ainda sobre as estratégias argumentativas e o emprego de repertório, observamos que alguns participantes optaram por recuperar, na argumentação, o repertório mobilizado na contextualização, como foi o caso de Anna Beatriz Ramalho, Francisco Roney, Indira Morgana, Karoline Soares Teixeira e Mariane Clementino Barbosa. Outros recuperaram aquele repertório ao fim do texto, ao apresentarem uma perspectiva de futuro em relação ao problema social. Lembramos novamente que não há nada nos arquivos públicos do ENEM quanto a essa exigência, mas tal retomada pode ser uma excelente estratégia para conseguir desenvolver melhor as ideias apresentadas e evidenciar um projeto de texto estrategicamente planejado.

Quanto à escolha dos repertórios, foi dominante a referência a autores, suas obras e suas teorias, seguida de repertórios históricos e ficcionais. Entre os autores, houve a presença de nomes comuns entre os textos do ENEM por suas ideias generalizantes para explicação da sociedade – como Thomas Hobbes, Thomas More e John Locke –, além de Ariano Suassuna e Hannah Arendt, também usados para esse fim. Por se tratar de uma temática relacionada às mulheres, muitas autoras feministas apareceram entre os repertórios, como Simone de Beauvoir, Djamila Ribeiro e Chimamanda Adichie. Entre os repertórios históricos, predominou a referência ao Período Colonial brasileiro e à Grécia Antiga. A sempre citada Constituição de 1988 foi igualmente uma informação externa bastante mobilizada pelos participantes, a exemplo do texto da Vitória Taschetto.



Por fim, reforçamos que a análise aqui feita não esgota as possibilidades de comparações entre os textos, mas incentiva que alunos e professores se aprofundem na leitura da cartilha e adotem estratégias de estudo a partir dela. A *Cartilha Redação a Mil*, na sua sexta versão, consolida-se como um material rico para a preparação dos alunos que estão em busca de atingir um bom resultado na prova de redação do ENEM. Esperamos que não somente os textos dos participantes que alcançaram o tão sonhado 1.000 e que gentilmente cederam suas produções, como também as análises desses textos, produzidas pela Equipe de Redação do Poliedro, sirvam como inspirações para o estudo de projeto de texto e de escolhas seguras, com base na avaliação da banca e nas informações públicas sobre seus critérios avaliativos. Ressaltamos que este material jamais visa servir como inventário de modelos fechados para reprodução, prática que desabonaria o próprio processo de aprendizagem e a diversidade de escolhas que vimos presentes nas redações.

Nós da equipe de redação do Poliedro desejamos uma excelente preparação para os participantes do ENEM de 2024 e, com base em nossas observações, apresentamos algumas dicas aos estudantes:

Dicas para estudantes a partir da análise dos textos nota 1.000

- 1) Verifique, após terminar sua redação, se as palavras-chave do tema aparecem e/ou se o problema social abordado na prova está claro para o leitor já no parágrafo de introdução.
- 2) Opte por fazer uma tese clara e objetiva ao final do primeiro parágrafo.
- 3) Prefira a elaboração de texto que siga a seguinte estrutura: introdução (contextualização e tese); desenvolvimento (tópico frasal, expansão do tópico e fechamento); conclusão com proposta de intervenção (lembre-se dos 5 elementos: agente, ação, modo, finalidade e detalhamento).
- 4) Inclua o desdobramento da finalidade ao final da redação, optando, se couber, por retomar o repertório apresentado na contextualização.
- 5) Tente, se for possível no seu projeto de texto, empregar, ao menos, dois repertórios legitimados, pertinentes e produtivos.
- 6) Não se esqueça de iniciar seus parágrafos com conectivos, fazendo uso de, ao menos, dois operadores argumentativos.